

Volume 2 | Módulos 2, 3 e 4

Andreia Pereira de Macedo
Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Turismo e Sociedade





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 2 - Módulos 2, 3 e 4

Andreia Pereira de Macedo

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Turismo e Sociedade



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - William Domingues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Andreia Pereira de Macedo

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Anna Maria Osborne

Luiz Eduardo Feres

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thais de Siervi

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela Souza

Elaine Bayma

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

David Daniel Macêdo

Sanny Reis

ILUSTRAÇÃO

Jefferson Caçador

Sami Souza

CAPA

Sami Souza

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Verônica Paranhos

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M141t

Macedo, Andreia Pereira de.

Turismo e Sociedade. v. 2 / Andreia Pereira de Macedo, Maria Amália Silva Alves de Oliveira. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 190 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-602-2

1. Turismo. 2. Estratificação social. 3. Lazer turístico. 4. Espaço e sociedade. 5. Espaços urbanos. 6. Imagens urbanas. I. Oliveira, Maria Amália Silva Alves de. II. Título.

CDD: 338.4791

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Módulo 2 – Processos sociais

Aula 11 – Estratificação social _____ 7

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Módulo 3 – Abordagem sociológica do lazer

Aula 12 – O conceito de lazer _____ 31

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Aula 13 – Emergência dos estudos sociológicos sobre o lazer _____ 57

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Aula 14 – O lazer turístico _____ 81

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Aula 15 – Políticas públicas de lazer – Parte I _____ 111

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Aula 16 – Espaço e sociedade _____ 133

Andreia Pereira de Macedo

Módulo 4 – Impactos socioespaciais do turismo

Aula 17 – As cidades e os espaços urbanos _____ 153

Andreia Pereira de Macedo

Aula 18 – Produção e consumo de imagens urbanas _____ 171

Andreia Pereira de Macedo

Referências _____ 187

11

Estratificação social

Meta da aula

Apresentar a existência de grupos de pessoas que ocupam posições diferentes na sociedade, abordando as formas pelas quais ocorre a estratificação em camadas sociais, assim como a mobilidade social.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer o conceito de estratificação social;
- 2** identificar os três tipos de estratos sociais existentes, com atenção especial para o caso brasileiro;
- 3** reconhecer o conceito de mobilidade social, percebendo que este decorre do tipo estratificação adotado pelos distintos grupos sociais.

Introdução

Na Aula 5, você estudou o pensamento e a teoria desenvolvidos por Karl Marx. Este autor teve como preocupação central entender o capitalismo, e para isso ele estudou intensamente, produzindo obras de Filosofia, Economia e Sociologia. Por meio de suas pesquisas, ele concluiu que a análise do **modo de produção** é fundamental para saber como se organiza e funciona a sociedade.

■ **Modo de produção**

Maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e como os distribui. Releia a aula anterior para aprofundamento.

Como você já viu, o estudo do modo de produção é fundamental, pois as **relações de produção** são consideradas as mais importantes relações sociais. As leis, a religião, os modelos de família, os valores sociais, as idéias políticas são aspectos cuja explicação depende, em princípio, do surgimento, do desenvolvimento e do colapso de diferentes modos de produção.

■ **Relações de produção**

São aquelas estabelecidas entre os seres humanos no processo de produção, troca e distribuição de bens e serviços.

Na visão marxista, cada modo de produção representa diferentes formas de organização da propriedade privada, e a desigualdade promovida coloca os homens em posições diferenciadas dentro do contexto social, contribuindo para a formação da estrutura social.

Além de Marx, outros autores, como Weber, Sorokin e Tumin, preocuparam-se com as maneiras pelas quais os homens em sociedade diferenciam-se entre si, por meio da divisão da riqueza, do poder e de prestígio.

Nesta aula, vamos estudar as diferentes formas que as sociedades assumem para se dividirem em camadas hierarquizadas, a estratificação social.

Estratificação social

Conceito

Podemos definir estratificação social como sendo a diferenciação de indivíduos e grupos em *status* (posições), estratos ou camadas, mais ou menos duradouros e hierarquicamente sobrepostos. A estratificação social possui algumas características que nos permitem analisar a estrutura social vigente. São elas: tem

caráter social, é antiga, é onipresente, é diversa em suas formas, tem influência, isto é, as coisas mais importantes, mais desejadas e mais escassas na vida humana constituem os materiais básicos, que são desigualmente distribuídos entre os componentes das distintas camadas.

Ao longo dos estudos sobre estratificação social, vários autores se debruçaram sobre a questão e elaboraram conceitos que dão conta de perceber essa divisão formada a partir da hierarquização social. Dessas análises resultaram os conceitos de classe, casta e estamento. Esses conceitos revelam formas de estratificação social.

Origens

Em todas as sociedades, os indivíduos e grupos não ocupam a mesma posição, pois não partilham os mesmos privilégios. Assim diferem entre si. As diferenças resultam de vários fatores e formam uma hierarquia de posições, camadas ou estratos. Dessa observação surgiu o conceito de estratificação social, isto é, a diferenciação de indivíduos e grupos em camadas sobrepostas hierarquicamente.

As desigualdades podem ser explicadas porque as relações que as pessoas mantêm com os elementos que constituem o modo de produção diferem entre si. De um modo geral, há as pessoas que são proprietárias dos meios de produção. Essas estão entre os indivíduos de renda mais alta e, portanto, com maiores possibilidades de consumo. O prestígio está associado à posse e ao consumo; assim, quanto mais posses, maior o poder de consumo e maior o prestígio e o poder que o indivíduo detentor daquelas condições possui. Por outro lado, o indivíduo que não está na condição de proprietário dos *meios de produção*, isto é, o proletariado, é obrigado a trabalhar para aqueles, recebendo para isso um salário. O proletariado, por possuir um poder menor de consumo, goza de prestígio e poder inferiores aos dos indivíduos que detêm os meios de produção.

Meios de produção

Forças materiais para a produção e realização de qualquer tipo de trabalho.

São as matérias-primas e os instrumentos da produção.

Os aspectos econômicos (propriedade dos meios de produção e consumo), político (a distribuição do poder), social e cultural (relações sociais, o prestígio, os valores sociais etc.) de uma sociedade estão inter-relacionados. Assim, não é possível que a estratificação possa ser entendida separadamente como, por exemplo: o filho do dono de uma cadeia de hotéis ocupa uma alta posição econômica e, certamente, tem poder e desempenha uma função profissional valorizada socialmente (talvez seja o vice-presidente da rede hoteleira). Dessa forma, podemos perceber que o aspecto econômico ocupa papel determinante na estratificação social de determinado grupo, mas há outros tipos, como a política e a profissão.

Principais tipos de estratificação social

Estratificação econômica – é a que se baseia na posse dos bens materiais, fazendo com que haja pessoas ricas, medianas e pobres.

Estratificação profissional – tem como base os diferentes graus de importância atribuídos a cada profissão. Em nossa sociedade, por exemplo, a profissão de médico é mais valorizada do que a de motorista.

Estratificação política – é aquela que forma a hierarquia a partir da situação de mando na sociedade.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Explique a relação entre os elementos da produção e a estratificação econômica.

Comentário

Produção vem a ser a transformação da natureza em bens que vão satisfazer as necessidades humanas. Há várias formas de produção, sendo que o modo de produção de uma sociedade é, de acordo com Marx, formado por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes nessa sociedade. Como o processo produtivo envolve os dois aspectos anteriormente citados, temos uma diferenciação entre os componentes das distintas sociedades, pelo fato de a produção promover essa diferença. A diferenciação produzida pela produção dos bens é denominada estratificação econômica, que vem a ser aquela baseada na posse dos bens materiais. Assim, todo o grupo de pessoas que apresenta uma mesma situação com relação aos elementos da produção (recursos naturais, trabalho e capital) está colocado numa mesma posição ou estrato, denominado classe social.

Divisão da sociedade em estratos sociais

Muito já se cogitou acerca da igualdade entre os homens. As idéias liberais consideram os homens, por natureza, iguais política e juridicamente; mas terá existido alguma sociedade realmente igualitária, em que todos desfrutassem da mesma forma de bens e oportunidades? A história da humanidade aponta para o fato de que isso nunca existiu, pois desde seus primórdios a cultura humana foi sendo construída na base da distinção e discriminação entre grupos e indivíduos.

A Antropologia nos informa que, em sociedades mais simples e homogêneas, já existiam as diferenças de sexo e idade, resultando em atribuições diferenciadas e determinando direitos e deveres, conferidos a partir de parcelas de poder decorrentes do pertencimento a essa ou aquela posição.

O processo histórico tem revelado a tendência marcante pela diferenciação e hierarquização, e no mundo contemporâneo nota-se o resultado desse processo em grupos que procuram monopolizar seus privilégios e possibilidades de acesso à produção de bens e aos mecanismos de distribuição desses bens na sociedade. Assim sendo, veremos a seguir como são formados os grupos de pessoas que ocupam posições sociais diferentes nas sociedades.

Classes sociais

Na teoria de Marx, a sociedade é dividida em somente dois segmentos, denominados classes, resultantes da divisão do trabalho. De acordo com o referido autor, as classes não são constituídas de agregados de indivíduos e sim definidas estruturalmente, pois são o resultado da estrutura vigente. Como podemos observar nos vários modos de produção já existentes, no modo de produção antigo as classes eram a dos patrícios e a dos escravos; no modo de produção feudal, havia senhores e servos; no modo de produção capitalista, burgueses e operários. Há sempre uma relação de oposição entre as duas classes, de modo que uma não existe sem a outra, e essa oposição ele chamou luta de classes.

Nas sociedades que adotam o modo de produção capitalista, a luta de classes se dá entre capitalistas ou burgueses (donos dos meios de produção) e trabalhadores ou proletariado (donos da força de trabalho). O trabalho nessas sociedades é entendido por Marx como sendo um elemento altamente explorado pelos capitalistas que se apropriam da força de trabalho do proletariado sem a devida compensação.

Weber e Sorokin também se preocuparam em analisar as sociedades por meio de suas estratificações e, diferentemente de Marx produziram uma reflexão na qual as sociedades comportam a ocorrência de mobilidade social, sendo possível a análise das mesmas por meio de um recorte em classes.

De acordo com Lakatos e Marconi (1999), Max Weber entende que a sociedade é formada por três dimensões, sendo elas: a ordem econômica, representada pela classe; a ordem social, representada pelo *status* ou estado; e a ordem política, representada pelo partido.



Classes sociais no Brasil – diferenças no acesso à educação e cultura revelam perfil da desigualdade social

A educação é o segundo fator para a desigualdade entre ricos e pobres no Brasil – perde apenas para o acesso à cultura. A conclusão está no estudo Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O trabalho aponta que as famílias mais ricas gastam 30% a mais que as mais pobres e que quanto maior a renda per capita e o nível de escolaridade dos chefes de família, maior a parcela das despesas com educação.

Enquanto no biênio 1987/88 as despesas das famílias mais ricas brasileiras eram 11,9 vezes superiores às das mais pobres, em 2002/03 essa diferença cresceu para 24,5 vezes, sobretudo pelo aumento com gastos nos cursos regulares – de 13,9 para 44,5 vezes. Em 2002/03, os itens que apontam maior desigualdade de despesas entre as classes sociais brasileiras são os cursos de pós-graduação e os de idiomas, seguidos pelos de ensino superior e médio.

Por Renato Brandão – Da Agência Brasil

Fonte: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/06/22/materia.2007-06-22.0934802600/view>

Castas

Casta é o grupo social fechado, *endógamo* e de fundamentação religiosa. Todos esses atributos tornam a casta uma forma de estratificação social extremamente rígida.

Um sistema de castas compõe-se de um número muito grande de grupos hereditários, geralmente locais, rigidamente endogâmicos, dispostos em uma hierarquia de inferioridade e superioridade; correspondem geralmente a diferenciações

Endógamo

Termo que deriva de *endogamia*. Endógamo é aquele que só se casa com membros de sua própria classe ou tribo, com a finalidade de conservar sua nobreza ou sua raça.

profissionais, são impermeáveis a movimentos de mobilidade social, sendo reconhecidos por lei e possuindo quase sempre fundo religioso.

Segundo Lakatos e Marconi (1999), as características principais de um sistema de castas são:

a) participação hereditária na casta: o processo de pertencimento a uma determinada casta ocorre e se processa pela hereditariedade do nascimento;

b) participação atribuída para toda a vida: esta característica indica que a pessoa não modificará sua posição durante toda a sua vida, exceto em casos de rebaixamento, cuja determinante estará em acordo com as regras do grupo. Significa que não há possibilidade de mudança social;

c) casamento endogâmico: o casamento só poderá ocorrer entre pessoas da mesma casta;

d) contato limitado entre castas: não há troca cultural, relações sociais e convívio entre pertencentes a castas distintas;

e) identificação do indivíduo com a casta: todos os pertencentes a uma casta estão submetidos as regras, costumes e leis relativos a ela, sendo todos reconhecidos por um nome em comum;

f) profissão ou ocupação caracterizam a casta: os pertencentes a determinada casta desempenham funções particulares que os assemelham;

g) grau de prestígio próprio para cada casta: construído em relação às outras castas.

Dentre todas as sociedades de que temos notícia de hierarquização social por meio de castas, a Índia é o exemplo mais significativo. Lá, a divisão em castas alcançou seu mais pleno desenvolvimento, embora a Constituição de 1949 tenha estabelecido a igualdade entre todos os cidadãos, proibindo expressamente sua discriminação por fatores relacionados ao sistema de castas; observa-se que a mobilidade social é inexistente no país.

Podemos visualizar a estratificação social indiana por meio do esquema de uma pirâmide social de castas. Vejamos:

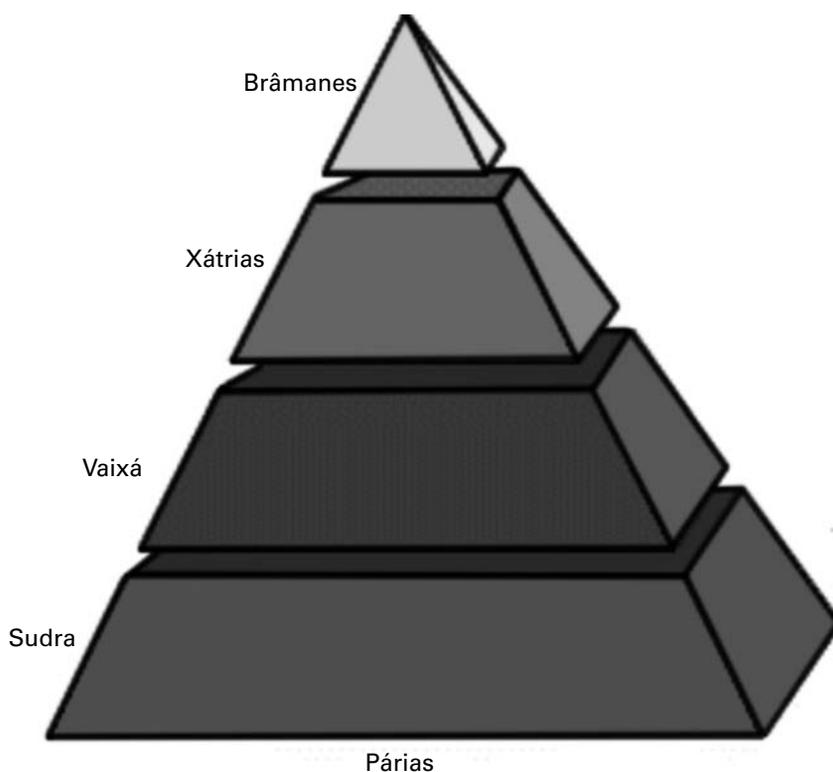


Figura 11.1: Estratificação social de uma sociedade de castas.
Fonte: www.onlineplanets.com.br/img/detalhes/p2.gif



A partir do esquema exposto em forma de pirâmide, podemos localizar abaixo e fora do segmento um grupo denominado *párias*, que é composto por pessoas miseráveis, sem profissão definida, sem direitos a privilégios, discriminados pelos componentes das demais castas, pois inspiram-lhes repugnância e nojo. Os párias vivem da piedade alheia e são considerados impuros, sendo por esse motivo vedado a eles a leitura dos livros sagrados dos hindus (Vedas) e banharem-se no rio Ganges.

Na base da pirâmide, está localizada a casta denominada *sudra*, que vem a ser formada pelos que executam trabalhos manuais e ocupações servis. Por constituir a casta mais baixa, seus componentes devem servir às três castas superiores.

Na faixa acima dos sudras estão os componentes da casta *vaixá*, que vem a ser composta pelos comerciantes, camponeses e artesãos. Acima situam-se os *xátrias*, a casta dos guerreiros, que tem a função de proteger a ordem social e o saber sagrado. Na faixa superior da pirâmide está a casta dos *brâmanes*, composta pelos mestres da erudição sacra e sacerdotes. Aos brâmanes estão reservadas as funções de orientar de forma divina essa sociedade e preservar a ordem de todo o grupo.

É importante ressaltar que nesse tipo de estratificação social há a resignação e aceitação da impossibilidade de mudança de lugar social em relação à posição ocupada pelos membros de todas as castas. Dessa forma, os párias aceitam passivamente e se conformam com sua posição desprezível e inferior, pois todos acreditam na transmigração da alma, isto é, depositam fé em uma outra vida, em que poderão ocupar uma posição social melhor. Os pertencentes a castas superiores, de acordo com essa crença, não retroagiriam, somente os de condições inferiores talvez subissem de posição em vidas futuras.

Nas sociedades ocidentais os indivíduos de classes sociais diferentes podem manter relações sociais e casar, além de ter a possibilidade de usar sua capacidade e seu esforço para mudar de posição social. Em sociedades que adotam o regime de castas isto não ocorre, pois a posição social individual é atribuída logo no nascimento, fazendo com que a pessoa carregue consigo por toda a vida a posição social herdada.

Vale ressaltar que o sistema de castas, assim como as demais formas de estratificação social, é construído ao longo do processo de formação histórico-cultural dos distintos grupos e deve, por esse motivo, ser observado, explicado e até mesmo comparado levando em conta esse aspecto.



Índia no século XXI

Devido à industrialização e à modernização do país, vários pontos da Índia começaram a romper com o sistema de castas, e agora no século XXI é possível perceber significativas alterações no sistema de castas hindu. Nos grandes centros isso já acontece em larga escala, mas ainda observa-se uma rigidez em partes do interior do país, devido à influência da religião, que produziu uma cultura bastante arraigada nesses valores.

Estamentos ou estados

Uma sociedade estamental é aquela formada por um tipo de estratificação social em que há a possibilidade de mobilidade social, mas esta é muito restrita. Estamento ou estado é uma camada social semelhante à casta, porém mais aberta.

A estratificação estamental aparece de forma bem definida em camadas hierarquizadas em que o grupo que compõe o estamento superior é bem mais organizado que o estamento inferior, sendo os superiores uma camada claramente definida enquanto o estamento inferior é composto por uma coletividade semi-organizada.

As sociedades estamentais distinguem-se das sociedades estratificadas em castas por não serem tão fechadas quanto essas e, principalmente, pelo fato de os regimes de castas estarem apoiados em aspectos religiosos. No caso dos estamentos, é marcante a influência do Estado, que desempenha papel importante na legalização e imposição do lugar de cada estamento.

Um dos grandes exemplos que a História nos mostra de sociedade estamental é a sociedade feudal européia da Idade Média. Naquele momento histórico, a Europa estava estratificada em quatro camadas, sendo elas: a nobreza e o alto clero (no topo da pirâmide social), os comerciantes logo abaixo, em seguida vinha o estamento dos artesãos, camponeses livres e baixo clero e, por último, na base da pirâmide, estavam os servos.

A nobreza e o alto clero eram os detentores de terras e obtinham sua renda por meio do trabalho dos servos. Os nobres ocupavam-se com o exercício do poder judiciário, com as guerras e a caça; já o alto clero, isto é, os cardeais, arcebispos, bispos e abades, formava um grupo intelectual poderoso, a elite eclesiástica. Os pertencentes a essa elite eram oriundos da nobreza. O estamento dos comerciantes não gozava dos mesmos privilégios e direitos dos nobres e, mesmo sendo ricos, sofriam restrições para o livre e legal exercício de suas funções. Os artesãos viviam nas cidades, os camponeses livres trabalhavam a terra e vendiam o produto de seu trabalho nas cidades e o baixo clero prestava assistência religiosa ao povo, com o qual convivia, pois a origem dessa parte do clero era pobre. O estamento colocado abaixo de todos os anteriores era o dos servos, que viviam de acordo com a vontade de seus senhores, trabalhavam a terra para seu sustento e para o atendimento ao pagamento dessa utilização.

Na sociedade feudal que era estratificada em estamentos, raramente se observava ascensão social, embora isso pudesse ocorrer. O casamento de um membro do estamento de comerciantes com um nobre, a atribuição de um título de nobreza a um homem de qualquer outro estamento, determinadas ocasiões em que a Igreja permitisse ou recrutasse membros de outros estamentos e servos emancipados por seus senhores, eram casos específicos de ascensão social observados nessa sociedade, pois o comum era a pessoa morrer no estamento em que nasceu.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Como vimos anteriormente, há três tipos de estratificação social. Dentre eles, há um que parece ser o mais abrangente, pois aparece com mais frequência. Assim sendo, informe qual é esse tipo e explique sua importância na caracterização da sociedade.

Resposta Comentada

Com o colapso de vários países que adotavam o modo de produção socialista, o capitalismo ganhou força e praticamente todo o mundo está se relacionando por meio desse tipo de produção de bens. Embora a cultura desses povos ainda não seja totalmente capitalista, é possível observar a força do referido modo de produção sobre as culturas dos antigos países socialistas. Por esse motivo, podemos deduzir que o tipo de estratificação que aparece com mais frequência é a estratificação por classes sociais, isto é, a que se baseia na hierarquização por critérios econômicos produzindo grupos mais ou menos fechados, determinados pela propriedade, pelo tipo de trabalho desempenhado e pela formação profissional. Uma análise de sociedades a partir de classes sociais permite observar com clareza as possibilidades de mobilidade social existentes no grupo e o nível de consumo permitido entre os distintos grupos que formam aquela sociedade.

Estratificação social no Brasil

Uma análise da estratificação social brasileira não pode deixar de considerar o fato de sermos uma sociedade capitalista, e por esse motivo não há como não levar em consideração o aspecto econômico e compreender nossa estratificação a partir de uma divisão em classes. Esse recorte, como vimos anteriormente, coloca basicamente duas classes: a burguesia e o proletariado. Mas observamos que a propriedade dos meios de produção possibilita maior nível de consumo, que favorece o prestígio social e maior poder, enquanto os indivíduos da classe trabalhadora recebem salários que variam de acordo com o grau de valorização do trabalho desempenhado.

Da variação de salários decorrem as distintas classes sociais, que nesse caso são entendidas a partir de uma classificação em níveis de consumo de seus membros. Esse é o caso brasileiro, em que conseguimos perceber tantas classes quanto faixas de nível de consumo quando for feito um recorte. Assim, da estratificação básica em duas classes (burgueses e proletariado), temos a formação de classes quanto ao nível de consumo, que vem a ser um reflexo do seu nível de renda.

O nível de renda no Brasil do final do século XX apresentava uma grande divisão em três classes: alta, média e baixa, sendo que destas surgiam subdivisões como: classe média alta, classe média média, classe média baixa, classe baixa superior, classe baixa inferior, entre outras possibilidades.



O consumo de bens entre as classes no Brasil

Uma pesquisa da consultoria Target, especializada em consumo, mostra que o consumo da região Nordeste cresce expressivamente há cinco anos seguidos. Este ano (2008), com um crescimento de 25,4% em relação ao ano passado (2007), a região Nordeste passou a região Sul no *ranking* do consumo nacional.

A região que mais consome no país é a Sudeste, que é responsável por 51,8% do consumo do Brasil. Em seguida vem a região Nordeste (18,2%), a região Sul (16,8%), a região Centro-Oeste (7,8%) e a região Norte (5,4%).

Fonte: <http://www.paulohenriqueamorim.com.br/materias144.asp>



Atividade

Atende ao Objetivo 2

3. Procure em jornais, revistas, na internet e demais fontes de informações dados que possibilitem formar um panorama da estratificação social no Brasil de hoje. Relate suas observações e conclusões.

Comentário

As desigualdades sociais são nitidamente perceptíveis no nosso cotidiano. Basta sairmos às ruas para notar, de um lado, uma grande massa de pessoas que, embora diferentes entre si, revelam certa semelhança e, de outro, uma minoria que se destaca claramente da grande massa. Essas diferenças aparecem, num primeiro plano, vinculadas às coisas materiais, ou seja, à roupa que se usa, ao modo de se locomover (a pé ou de carro) etc. Mas existem outras desigualdades que não se expressam tão claramente: as que estão relacionadas com a religião, com os conhecimentos, as profissões, com o sexo ou a raça.

Fonte: www.portalimpacto.com.br/docs/EdilsonVestAula16.pdf. Acesso em: 17 jul. 2008.

Mobilidade social

Nas sociedades atuais, as velocidades das mudanças são cada vez maiores. As inovações tecnológicas e científicas têm participação fundamental no processo de mudança, pois são difundidas entre as populações de diversos territórios. Atentos a esses processos, sociólogos e antropólogos buscam analisar como essas mudanças afetam a estratificação social dos grupos, tendo em vista que seus componentes acabam por alterar seu *status* no decorrer desses processos.

Dos estudos sobre as mudanças de *status* que um indivíduo ou grupo pode percorrer em sua vida social surgiu o conceito de mobilidade social, que pode ser definida como a mudança de posição social de uma pessoa ou grupo em um determinado sistema de estratificação social.



Caso de mobilidade social

Filho de imigrantes judeus gregos de poucos recursos, Senhor Abravanel, nome real do apresentador de TV e empresário Silvio Santos, iniciou sua vida profissional ainda menino, vendendo carteiras plásticas que funcionavam como porta-títulos nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Um dia, quando a fiscalização municipal fazia um movimento de repressão ao comércio ilegal, Silvio Santos, já um estudante adolescente, foi notado por ter uma voz adequada a trabalhos de locução de rádio, sendo por este motivo encaminhado para um concurso na Rádio Guanabara. Vencedor do concurso, Silvio Santos ficou apenas três meses na referida rádio e voltou a trabalhar nas ruas, pois o salário que conseguia como camelô era mais vantajoso que o do rádio.

Aos 18 anos passou a dedicar-se novamente ao rádio, mas paralelamente desenvolve um empreendimento junto à barca que fazia a travessia entre Rio de Janeiro e Niterói, no estado do RJ. Posteriormente tornou-se sócio de Manuel da Nóbrega, no que hoje é conhecido como Baú da Felicidade.

Após passagens por várias estações de rádio, em 1964 Silvio Santos lançou-se na televisão como animador na TV Globo, canal 5 de São Paulo. O programa cresceu e tomou conta das tardes de domingo, dando origem ao “Programa Silvio Santos,” que por treze anos ocupou nove horas da programação de domingo da Rede Globo e cinco horas semanais na extinta TV Tupi. Atualmente, Silvio Santos é dono de seu próprio canal de televisão, o SBT.

O exemplo da trajetória de Silvio Santos revela que os indivíduos podem não ocupar um mesmo *status* durante toda a vida, e como já mencionamos anteriormente, essa possibilidade é denominada mobilidade social, que é sempre resultante de uma mudança de papel ou função social. O fenômeno da mobilidade social acontece com mais frequência em sociedades capitalistas, estratificadas em classes sociais, pois a própria estrutura permite a ascensão ou queda social.

Não é possível observar mobilidade nas sociedades mais antigas como, por exemplo, o Egito dos faraós, onde a justificação religiosa da organização social dividia-a praticamente em três partes: o faraó e sua corte, os sacerdotes religiosos e o restante da população.

Tal configuração impedia que integrantes de uma camada pudessem passar para outra, o que faz com que classifiquemos esse tipo de sociedade como estamentária. Outro exemplo claro de sociedade estamentária foi a sociedade feudal, composta basicamente pelo senhor e sua família servos e sacerdotes.

Como fenômeno social pode-se dizer que a possibilidade de mobilidade social foi potencializada a partir da Idade Média. A atividade econômica tornou-se mais complexa, sendo atualmente uma das características mais importantes das sociedades contemporâneas, mas que não ocorre de forma semelhante em todas elas, pois há uma variação de sociedade para sociedade. Há aquelas em que a mobilidade acontece de forma mais fácil e há outras sociedades em que é praticamente impossível que ocorra.

A mobilidade social surgiu acompanhada do desenvolvimento das atividades profissionais e da educação. Considerando que a partir de um certo momento a profissão passa a ser a principal ocupação de um indivíduo, a maior ou menor especialização de sua atividade e a maior ou menor qualidade de seu trabalho influenciam para que a participação desse indivíduo na sociedade seja vista com proporcional grau de importância. Nesse ponto, a mobilidade pode ser vista como um reflexo da divisão do trabalho. Mas a difusão da educação fundamental e a livre circulação de informações são outros fatores essenciais, na medida em que permitem aos indivíduos melhorar sua atividade pela aquisição de novos conhecimentos.

De maneira geral, identificamos três causas para a mobilidade. A primeira refere-se à mudança de *status*, e pode ser entendida como mudança no estilo de vida de uma pessoa, resultado da alteração na posição em que ela ocupa na sua sociedade. Um bom exemplo de mudança de *status* é o de um médico que se muda da cidade grande para o campo; apesar de continuar exercendo a mesma atividade, a pequena quantidade de médicos naquela localidade faz com que sua importância cresça. Se na cidade ele era visto como uma categoria média, no campo ele muitas vezes pode se tornar um integrante da elite.

Outra causa de mudança diz respeito à modificação na situação de classe de um indivíduo. Lembrando que classe é um conceito eminentemente econômico, pode-se entender uma mudança de classe como qualquer alteração na renda de uma pessoa, seja por meio de uma promoção no emprego, um aumento salarial ou uma herança. Todos esses exemplos transformam suas possibilidades aquisitivas frente ao mercado, que é o determinador das classes sociais.

A última causa de mobilidade social é aquela realizada pela alteração do poder de um indivíduo. Sem mudar de cidade ou receber um aumento, um indivíduo pode aumentar seu poder, por exemplo, ao assumir qualquer cargo representativo. Ao participar da administração de uma associação de moradores, de um sindicato ou de um órgão público, o indivíduo adquire poder sobre as pessoas que integram aquela organização, pois obtém recursos (ajudantes, equipamentos) que antes não estavam sob seu controle.

É importante deixar claro que, na maioria das vezes, essas causas não são únicas, mas encontram-se combinadas umas às outras. Certamente no exemplo do médico ocorrem também alterações na sua classe e no seu poder dentro daquela localidade. Outro aspecto que deve ser ressaltado: a mobilidade social apresenta uma característica dialética ou contraditória. Quando alguns indivíduos ascendem socialmente, outros que não melhoram sua performance são ultrapassados, deixados para trás. Portanto, em uma sociedade que apresente mobilidade, muitas vezes permanecer onde se está significa retroceder em seu padrão de vida.

De acordo com a estratificação social, podemos perceber que as possibilidades de mudança de posição social do indivíduo ou grupo podem ser tanto no sentido horizontal quanto no sentido vertical. A mobilidade social vertical divide-se em ascendente, também chamada ascensão social, ou descendente, também conhecida como queda social. O primeiro caso ocorre quando a mudança ou alteração da posição se dá com a ocupação de

uma nova posição em grupo economicamente superior ao de seu grupo anterior. Já a descendente ocorre quando o indivíduo passa a integrar um grupo economicamente inferior ao seu anterior. Dessa forma, a mobilidade social vertical é caracterizada pela subida ou descida na hierarquia social. Assim, o exemplo do apresentador Silvio Santos é de ascensão social, mas se esse mesmo apresentador de repente viesse a entrar em um processo de empobrecimento, aí teríamos um exemplo de queda social.

A mobilidade social horizontal é a mudança de posição social que acontece dentro da mesma **camada social**. Um bom exemplo de mobilidade social horizontal é o casamento entre pessoas da mesma classe social; neste caso, tanto o noivo quanto a noiva, por pertencerem à mesma classe social, modificam somente seu *status*, pois deixam o *status* de solteiros e adquirem o de casados.

Camada social

É o mesmo que estrato social. É cada uma das partes de uma sociedade hierarquicamente sobreposta.

Mobilidade social no Brasil

Um dos grandes estudos sobre a mobilidade social brasileira foi publicado pelos sociólogos José Pastore e Nelson do Valle Silva. Com base nos dados do censo nacional de 1996, eles compararam as profissões dos brasileiros com idade entre 20 e 64 anos às de seus pais. Em 50% dos casos, os representantes da nova geração tinham ocupações melhores. Mais recentemente, surgiu outro trabalho de fôlego sobre o tema, de autoria do sociólogo Carlos Costa Ribeiro, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Utilizando uma metodologia semelhante, Ribeiro elaborou um índice que mostra as chances de ascensão social em vários lugares do mundo. No Brasil, segundo a pesquisa, os trabalhadores têm 4,5 vezes mais chances de subir na vida do que de sofrer um revés. Somente a Coréia do Sul, com índice 6, supera o país nesse quesito.



O percentual de profissionais liberais que nasceram no campo e ganham a vida hoje nas grandes cidades é outro indicador de mobilidade social. De acordo com o trabalho do pesquisador Carlos Ribeiro, o Brasil também se destaca por esse critério.

Em diferentes países, o sociólogo Carlos Ribeiro comparou a atual condição de vida das pessoas em relação à de seus pais. Com isso, chegou ao índice que mostra a chance de ascensão social em vários lugares do mundo. Uma das explicações para o fenômeno da mobilidade social no Brasil foi o intenso processo de urbanização pelo qual o país passou nas últimas décadas. Com o crescimento acelerado das grandes cidades, deixar o campo passou a ser a melhor alternativa para subir na vida.

Esse ambiente que permite a ascensão, porém, não eliminou o fosso que há entre as classes menos favorecidas e a elite brasileira. A melhor imagem para definir o problema é a de uma corrida.

Nessa competição, os filhos das famílias ricas largam na frente e, por isso, têm um lugar quase certo no ponto mais alto do pódio. “As chances de um filho da elite permanecer em sua classe são 20 vezes maiores do que as de um filho de um trabalhador ultrapassar um degrau na escala social”, afirma Ribeiro, do IUPERJ.

Fonte: Revista *Exame* – 10/10/2007. Por Gustavo Poloni



Atividade

Atende ao Objetivo 3

4. Faça um quadro com pessoas de seu convívio ou conhecidos que passaram por processos de mobilidade social vertical e horizontal.

Comentário

Entendendo mobilidade social como a mudança de posição social de uma pessoa num determinado sistema de estratificação social, percebemos que esse fenômeno pode variar, pois as pessoas podem mudar de posição dentro do grupo a que pertencem (mobilidade horizontal) ou mudar de grupo (mobilidade vertical). Assim, podemos montar o seguinte quadro:

Indivíduo	Tipo de mobilidade	Motivo da mobilidade
Ganhador da loto	Vertical ascendente	Com o prêmio, passou a integrar um grupo economicamente superior
Uma ex-dona de casa que se formou em medicina	Horizontal	Com a formatura e o trabalho como médica, alcançou prestígio e mais rendimentos
Uma ex-pertencente à alta sociedade	Vertical descendente	Com a falência, passou a integrar um grupo economicamente inferior

Conclusão

A estratificação social revela a existência de diferenças e desigualdades de posições entre pessoas de uma determinada sociedade. São três os principais tipos de estratificação social: estratificação econômica, estratificação política e estratificação profissional. Desses tipos de estratificação originou-se a divisão das sociedades em três grandes camadas ou estratos sociais: as castas, as classes sociais e os estamentos ou estados. Como essa divisão favorece a formação de grupos sociais mais ou menos fechados, pode ocorrer mudança na posição social dos indivíduos, denominada mobilidade social, e que se divide em mobilidade social vertical e mobilidade social horizontal.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula iniciaremos o Módulo 3, no qual analisaremos a abordagem sociológica do lazer por meio do estudo desse conceito.

12

O conceito de lazer

Meta da aula

Apresentar o conceito de lazer e sua relação com a atividade turística, reconhecendo que esta atividade está inserida no universo do lazer.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer a evolução histórica do tempo destinado a atividades de livre escolha;
- 2 identificar o conceito de lazer e sua importância nos dias atuais;
- 3 reconhecer a diferença entre lazer e recreação.

Introdução

Atualmente o lazer tem ocupado uma posição de destaque nas várias sociedades. Em decorrência desse fenômeno, muitos estudiosos têm se dedicado ao estudo desse componente da vida social, tendo em vista a importância para o ser humano de momentos de ócio, divertimento, descanso, entretenimento etc.

Considerando que a vida moderna impõe um ritmo acelerado de trabalho e demais atribuições necessárias ao desempenho da vida em sociedade, o ser humano cada vez mais se distancia dos momentos de relaxamento e tranqüilidade.

Diante desse fato, nossa qualidade de vida fica comprometida e até mesmo a saúde pode vir a sofrer abalos em consequência dos problemas relacionados à ausência de momentos livres da imposição da rotina pesada de trabalho. Os momentos em que estamos livres de obrigações e nos quais temos a possibilidade de realizar as atividades que nos dão prazer podem ser entendidos como momentos de lazer, e esse ponto será abordado nesta aula.

A noção de lazer ao longo da história

Podemos perceber, ao longo da história social da humanidade, a reserva de momentos destinados ao cumprimento de nenhuma obrigação. O conteúdo desses momentos e sua própria noção passaram por várias interpretações. Desta forma, o que entendemos hoje como lazer, que vem a ser uma das formas de preenchimento desse tempo reservado para o que não é obrigatório, foi entendido distintamente ao longo da trajetória da humanidade. Segundo Camargo (2000), até pouco tempo não havia uma delimitação do conceito, pois não existia uma preocupação em estudar essa noção.

Grande parte da dificuldade em entender e delimitar a noção de lazer deve-se ao fato de ela estar atrelada a outras noções, tais como: tempo livre, ócio, recreação, lúdico, prazer, entre outras. Diante disso, ao retomarmos uma análise histórica

do que hoje é definido como lazer, podemos afirmar que, na **Grécia Antiga**, temos a noção de lazer baseada no tempo livre, sendo os gregos os responsáveis pelo estabelecimento de um tempo social destinado a um momento reservado para atividades não relacionadas ao trabalho.



Grécia Antiga

Estava localizada no sudeste da Europa, na bacia oriental do mar Mediterrâneo, entre os mares Egeu e Jônio. Usa-se o termo geralmente para descrever o período clássico antigo, compreendido pelos anos 2000 a 30 a.C.

Fonte: http://correiogourmand.com.br/images/cg_rot_greek_59_540.jpg

O conteúdo que preenchia o tempo não destinado ao trabalho entre os gregos era percebido como o que entendemos hoje como aprendizagem, entretenimento e o cultivo de possibilidades que favorecessem ao enriquecimento e ao desenvolvimento do corpo e do espírito. Esse tempo social, denominado *scholé*, era marcado pelo contraste com o momento de trabalho. Na interpretação grega de então, os homens deveriam trabalhar pouco e utilizar todo seu tempo livre para se desenvolver de maneira nobre. Nesse sentido, as atividades que compunham o momento da *scholé* não deveriam estar ligadas a nenhuma ocupação ou trabalho, pois se assim fosse, não estariam incluídas entre as possibilidades a serem desenvolvidas no período da *scholé*.

De acordo com Camargo (2000), *scholé* tinha, como significado, o lazer e a educação de forma simultânea, sendo um tempo que se situava de forma distinta dos demais tempos, como o do trabalho, dos cultos e da atividade política. A *scholé* tinha uma causa e finalidade em si mesma, não estando relacionada com mais nada e, como esse tempo, se opunha radicalmente ao trabalho e outras ocupações; portanto, não eram todos os membros daquele grupo social que tinham a possibilidade de se dedicar ou se beneficiar da *scholé*.

Para existir, a estrutura que possibilitava a *scholé* assentava-se no trabalho dos escravos, sendo que estes sustentavam o tempo livre de uma minoria, pois estavam sempre fazendo algo para alguém, tendo em vista que toda forma de trabalho manual e comércio era considerada indigna de ser realizada pelos cidadãos livres. Ainda de acordo com Camargo (2000), *scholé* representava o ideal de vida do cidadão grego livre.

A filosofia grega, a reflexão, a busca pelo saber; assim como a música, as artes, a poesia e outras formas de refinamento dos sentidos são frutos desse ideal e a *scholé*, no sentido de uma estrutura organizada a partir dessa divisão econômica e social, ajuda a pensar a nossa moderna noção de lazer, pois nesta está incluído o tempo livre como fator principal para sua ocorrência.



Figura 12.1: Filósofos na Grécia Antiga.

Fonte: <http://forum.valinor.com.br/picture.php?albumid=196&pictureid=1685>

A Idade Média trouxe uma nova visão acerca da relação entre trabalho e tempo livre. Naquela época, a sociedade estava organizada em outras bases econômicas e sociais. Não temos mais a figura do escravo e sim a do servo, ao qual competiam tarefas que não eram mais interpretadas como indignas e sim como sendo as resultantes de uma vontade divina. Assim, o trabalho não era algo ruim e sim, aquilo que “dignifica o homem”, enquanto os momentos de não trabalho, isto é, o tempo livre tornava-se ameaçador, devido à idéia de que o ócio corrompia o homem.

Essa mentalidade era produzida e reafirmada pelos ideais da Igreja, que entendia o momento de ócio como fator que conduzia ao desregramento e aos excessos, tal como a máxima “cabeça vazia, oficina do diabo”. Santo Agostinho foi um dos filósofos que mais chamou a atenção para essa ameaça, pois entendia que a disciplina e a obediência deveriam ser as marcas do comportamento humano.

A preocupação de Santo Agostinho repercutia principalmente em suas reflexões acerca da formação e educação das crianças e, ao se deter nesse ponto, afirmava que havia um conflito entre a obrigação escolar e o desejo das crianças em se divertirem. Por esse motivo, ele alertava para os perigos das brincadeiras infantis, tendo em vista que, se essas não fossem coibidas, conduziriam a uma vida desregrada.



Figura 12.2: Santo Agostinho.

Fonte: <http://www.arscientia.com.br/sas/fotos/materia/7479df2119c04937b648c7364122dd31.jpg>

A mentalidade de Santo Agostinho reflete os valores daquela sociedade que distinguia a vida social em duas esferas: o trabalho e o ócio. Os valores que compunham a esfera do trabalho estavam relacionados ao que era digno, sério e correto, pois este era o dever daqueles que, naquela sociedade, possuíam o encargo do desempenho de funções entendidas como trabalho, ou seja, dos servos, camponeses, entre outros; já que os nobres e o clero não trabalhavam. Os valores que estavam relacionados à ociosidade eram os vícios, o desregramento, os prazeres; assim, a ociosidade era um mal a ser combatido desde tenra idade.

Na sociedade medieval, a forma de percepção do trabalho e da ociosidade reafirmava a manutenção de um sistema que visava à reprodução das três classes sociais existentes, para as quais o trabalho estava reservado; a dignidade marcaria seu caráter e se refutassem essa atividade, mantendo-se na ociosidade, estariam no desregramento. Assim, a lógica da época pode ser descrita desta forma: trabalho para os servos e ociosidade para os nobres e o clero, já que ambos não têm a obrigação de trabalhar.

O século XVI é marcado por disputas no interior da Igreja Católica e as mudanças decorrentes desses movimentos favorecem uma valorização ainda mais intensa do trabalho. Na visão anterior, o trabalho era o ideal a ser mantido contra a ameaça da ociosidade e não havia o estímulo à acumulação material. Nesse momento, dissidentes da Igreja Católica e pertencentes ao movimento denominado Reforma, estudado na Aula 2, enfatizaram para a população que a pobreza não era algo desejado e dado por Deus. Nessa linha de raciocínio, o trabalho deveria ser buscado, pois a pobreza significava estar privado da graça divina e a ociosidade era somente o descanso necessário à reabilitação das forças físicas para um novo início de jornada e não algo ameaçador.

O processo de industrialização produziu uma nova realidade social resultante das grandes mudanças ocorridas na economia, na cultura, na política, enfim em toda a vida social.

A relação trabalho e tempo livre foi sendo gradativamente alterada e surgiu nova forma de perceber essas dimensões, pois com a industrialização, o tempo livre é produto da gradativa redução da jornada de trabalho e, nesse sentido, um existe por oposição ao outro.

Na Idade Média, o homem produzia apenas para sua subsistência, seu ritmo obedecia à Natureza, não havia a idéia do acúmulo. Com a Revolução Industrial, a produção visa a um mercado consumidor, os horários e o ritmo de vida que eram dados pela Natureza passam a ser dados pela produção das mercadorias e o acúmulo é a grande necessidade. Todos esses elementos que visam ao aumento da produção permitiram que, naquele momento, as jornadas de trabalho fossem extremamente pesadas. Estima-se que a média de horas trabalhadas chegasse a 17 horas diárias. O trabalho infantil era algo comum e a expectativa de vida era muito baixa. Some-se a esses pontos a insalubridade do ambiente das fábricas e as condições precárias de habitação.

A reunião desses elementos produzia um sentimento de revolta por parte dos trabalhadores. Da exploração sofrida, vieram os movimentos e lutas pela redução da jornada de trabalho e por melhores condições de vida. Muitas ações foram empreendidas, tais como greves, destruição de máquinas, corte nas produções, enfrentamento de forças policiais, até que acordos foram sendo feitos e direitos trabalhistas foram sendo instituídos.

Os direitos trabalhistas foram um grande avanço na regulamentação do tempo de trabalho e do tempo livre, mas o reconhecimento desses direitos passa exatamente pela noção de que o tempo livre é algo necessário para a vida do trabalhador, ou seja, trabalho e tempo livre estão em relação direta e necessária. E um dos autores que percebeu essa relação necessária de forma pioneira, foi Paul Lafargue que escreveu em 1888 o manifesto intitulado "O direito à preguiça".

Posteriormente, em 1899 Thorstein Veblen também abordou a questão do tempo livre na obra *A teoria da classe ociosa*,

mas o fez observando como a classe dominante se apropriava desse tempo. Segundo Veblen, a classe ociosa, isto é, classe dominante, usava esse tempo de forma ostentatória, utilizando todo seu tempo em atividades supérfluas com o intuito de exibir seu poder econômico.

Como foi demonstrado, ao longo da história da humanidade, o trabalho sempre esteve presente na vida dos integrantes de um grupo social, pois ele é necessário para o estabelecimento e manutenção da vida do grupo. Mas se o trabalho é necessário, momentos reservados ao não-trabalho também são imprescindíveis. O que mudou ao longo do tempo foi a visão acerca do que é e do que não é trabalho. Assim sendo, chegamos aos dias atuais tendo como referência a valorização do tempo livre, pois dele depende a nossa qualidade de vida. Dessa forma, o estudo e o entendimento acerca das atividades e os conteúdos do tempo livre assumem relevante importância.

O tempo livre está intimamente associado a atividades de lazer, mas o lazer também evoca outras associações, tais como: escolha pessoal, não obrigatoriedade e prazer. Com base nessas relações, analisaremos o lazer no próximo item.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Responda à seguinte questão: Qual é a diferença entre *scholé* e lazer?

Resposta Comentada

Ambos são formas de aproveitar o tempo desobrigado das atividades de trabalho. Entretanto, scholé é uma noção grega de aproveitamento desse tempo e teve sua possibilidade baseada na estrutura social da Grécia Antiga, na qual o trabalho escravo sustentava esse tempo que poderia ser desfrutado pelos cidadãos livres. A scholé tinha como fim o refinamento intelectual dos indivíduos que poderiam praticá-la e embora muitos acreditem que essa noção está próxima ao que entendemos hoje como escola, não é bem assim, pois a scholé envolvia prazer e o caráter não obrigatório, diferentemente das escolas modernas.

O lazer tal como entendemos atualmente só se tornou possível devido à mudança na estrutura social. Com a Revolução Industrial, o trabalho transformou-se em um valor e todos, em maior ou menor escala, são obrigados a trabalhar. Dessa forma, há o momento livre do trabalho e é nesse período que ocorre o lazer, que se manifesta por meio de atividades que dão prazer, enriquecimento cultural, satisfação, mas, sobretudo, revigoram as forças para o retorno ao trabalho. Assim, o lazer só existe porque existe o trabalho.

Lazer

A Sociologia considera que uma definição de lazer deve distingui-lo de objetos do mesmo gênero e para ser válida deve respeitar os comportamentos sociais, além de considerar a divisão dos diferentes ramos.

Um dos maiores teóricos sobre o tema lazer é o sociólogo francês **Joffre Dumazedier**, cujo trabalho em muito contribuiu para a delimitação do conceito de lazer.



Joffre Dumazedier

Nasceu em 1914 na França em uma família humilde. Formou-se em Sociologia, publicou em 1961 a obra *Vers une Civilisation du Loisir?* (Editora Seuil, traduzido no Brasil como *Lazer e Cultura Popular*, pela Perspectiva, em 1974), *Sociologie Empyrique du Loisir* (Editora Seuil, traduzido no Brasil, também pela Perspectiva, com o título *Sociologia empírica do lazer*), *Société Éducative et Pouvoir Culturel* (certamente um de seus mais proféticos livros que, talvez por isso mesmo, teve tão pouco eco) e *La Révolution du Temps Libre* (Editora Méridiens-Klincksack, traduzido no Brasil pela Studio Nobel, em 1995, com o título *A revolução do tempo livre*). Na totalidade desses livros, o lazer da população revela-se em toda a sua amplitude e importância, sendo este o tema de estudos para o qual dedicou boa parte de sua vida.

Fonte: www.sescsp.org.br/.../images/ed66_memoria.jpg



Joffre Dumazedier esteve no Brasil em 1960 e retornou no final da década 1970 atendendo a um convite do Sesc de São Paulo, organização que o tomou como referência no Brasil no que se refere ao fomento de atividades de lazer para o trabalhador. No Sesc de São Paulo dirigiu seminários; formou profissionais; estimulou uma programação voltada para o lazer; auxiliou na estruturação do centro de estudos do lazer e do tempo livre, por meio de uma linha de publicações; assessorou uma ampla pesquisa sobre práticas culturais no tempo livre na cidade (então média) de Americana. Seus esforços também atingiram outros centros institucionais que envolviam parceria público-privada, daí ter recebido o título de “pai da civilização do lazer”.

Fonte: www.sescsp.org.br/.../images/ed66_memoria.jpg

A teoria sobre o lazer elaborada por Dumazedier foi construída a partir de pesquisas com vários grupos da sociedade civil e partiu do referencial teórico fornecido pela Sociologia de então. Desse referencial, podemos reunir quatro definições de lazer existentes no referido campo de estudos.

Definição 1: O lazer não é uma categoria definida de comportamento social e sim um estilo de comportamento, podendo ser encontrado em qualquer atividade. Assim, mesmo no trabalho profissional, podemos encontrar comportamentos de lazer. Muitos sociólogos defendem a idéia de que essa perspectiva de entendimento sobre o lazer está mais próxima da Psicologia do que da própria Sociologia, pois não permite definir um campo específico entre as diferentes atividades que assumem distintas funções na sociedade.

Definição 2: Situa o lazer somente com respeito ao trabalho profissional em oposição a este último. Neste caso, o lazer é resumido ao não-trabalho e possui adeptos, sobretudo, entre os economistas. Na Sociologia, os autores que estudam o lazer sob essa perspectiva estão localizados dentro da denominada Sociologia do Trabalho.

Definição 3: Exclui do lazer as obrigações domésticas e familiares, mas coloca como possibilidade de lazer as atividades sociopolíticas e socioespirituais. Na análise de Dumazedier, os adeptos dessa definição acabam caindo em uma definição confusa e **polissêmica**.

Definição 4: Entende que o lazer faz parte do conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último. Este tempo seria permitido ao indivíduo pela sociedade quando este já se desincumbiu de suas tarefas e obrigações profissionais, familiares, espirituais (religiosas) e políticas. O tempo disponível para ser preenchido com atividades de lazer não seria resultado de uma decisão do indivíduo e sim da evolução da economia e da sociedade. Nesta linha de raciocínio, teríamos quatro períodos de lazer: o lazer do fim do dia, o do fim de semana, o do fim do ano (férias) e o do fim da vida (aposentadoria).

Como resultado da análise anteriormente descrita, Dumazedier conclui que um conceito de lazer deve considerar primordialmente quatro propriedades, isto é, caracteres constitutivos dessa instância da vida social na atualidade. Vejamos:

Caráter liberatório: liberação de algumas obrigações, as institucionais (impostas por organismos da sociedade – instituições profissionais, famílias, socioespirituais e sociopolíticas).

Polissêmica

Vem do termo polissemia, que é o nome que se dá quando uma palavra pode ter mais de uma significação.



Figura 12.3: Homem descansando.

Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 30498

Caráter desinteressado: não está fundamentalmente submetido a fim lucrativo ou ideológico algum. Se o lazer obedece parcialmente a um fim lucrativo, sem se converter em lazer, torna-se um lazer parcial: o semilazer (atividade mista em que o lazer é misturado a uma obrigação institucional).



Figura 12.4: Criança assistindo à televisão.

Caráter hedonístico: marcado pela busca de um estado de satisfação, a condição primeira do lazer. Tal estado pode ser a rejeição de toda a tensão, de todo cuidado, de toda concentração. O lazer é tomado como um fim em si, sendo esta busca de natureza hedonística.

O caráter hedonístico é fundamental pois quando o lazer não propicia a alegria, a fruição esperada, seu caráter é traído. O lazer não é mais, totalmente, ele mesmo, é um lazer empobrecido.



Figura 12.5: Momento de lazer.
Fonte: <http://www.sxc.hu> image ID 1046674

Caráter pessoal; todas as funções manifestas do lazer respondem às necessidades do indivíduo, podendo estar diretamente ligadas à deterioração deste indivíduo, como no alcoolismo. Oferece a possibilidade de a pessoa se libertar do tédio cotidiano abrindo o universo real ou imaginário do divertimento.

As reflexões de Joffre Dumazedier o conduziram à seguinte definição de lazer: “conjunto de atividades desenvolvidas pelos indivíduos seja para descanso, seja para divertimento, seja para seu desenvolvimento pessoal e social, após cumpridas suas obrigações profissionais, familiares e sociais.” (Dumazedier, 1976, p. 34).



Figura 12.6: Diversão.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1066397



Figura 12.7: Pescaria.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1106361

A partir das colocações abordadas anteriormente, podemos observar que muitas atividades interpretadas como lazer para alguns podem não o ser para outros, vai depender de como cada pessoa se relaciona com o que está fazendo.

Os principais trabalhos de pesquisa e reflexão acerca do conceito e prática do lazer no Brasil fundamentam-se nas acepções teóricas de Dumazedier. Sua concepção repercutiu de tal modo nas formulações brasileiras, que o referido autor transformou-se em pouco tempo na principal fonte de pesquisa sobre o assunto.

Assim, o conceito de lazer de Camargo (1989) reflete a forte influência de Dumazedier, pois o primeiro exclui do conceito qualquer atividade que seja profissional ou doméstica e define lazer como:

Um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Apesar da generalização deste conceito, que compreende as manifestações do lazer como inúmeras atividades (exceto as domésticas e as trabalhistas), Camargo aponta um elemento importante e que merece destaque: afirma que o lazer é uma conquista vinculada à jornada de trabalho/tempo livre.

Requixa, outro autor brasileiro estudioso do tema dá a seguinte definição: “Um conjunto de ocupações não obrigatórias, de livre escolha do indivíduo que as vive e cujos valores propiciam condições de desenvolvimento pessoal e social.”

No âmbito internacional, temos, além de teóricos que se dedicam ao tema lazer, uma associação que busca cuidar, regulamentar e fomentar o lazer: a World Leisure and Recreation Association (Associação Mundial do Lazer e Recreação) e esta define assim o lazer:

Tempo em que temos autonomia e limites para buscarmos experiências significativas sem comprometer as normas e costumes da sociedade e que valorizem o desenvolvimento individual, grupal e coletivo.

O longo itinerário do pensamento humano acerca da noção de lazer conduz nosso entendimento à seguinte conclusão: as bases do moderno conceito de lazer estão intimamente relacionadas ao momento histórico denominado Revolução Industrial, pois foi a partir daí que a sociedade ocidental chegou à delimitação de um tempo destinado à reposição das forças físicas, intelectuais e emocionais, desgastadas com as intensas jornadas de trabalho. O tempo destinado a essa reposição é denominado tempo livre e o moderno conceito de lazer está assentado nessa premissa, tendo em vista que ele vem a ser fruto da sociedade do trabalho industrial.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. José acordou às 4:00h da manhã, saiu de casa e pegou três conduções para chegar ao seu local de trabalho. José é um excelente funcionário, mas foi preocupado para o trabalho porque o setor em que desempenhava suas tarefas estava passando por uma crise de baixa produtividade. Nervoso, José iniciou suas funções, objetivando dar o melhor de si até porque temia perder o emprego. Logo pela manhã, seu chefe que estava aborrecido devido às pressões que sofria de seus superiores, chamou a atenção de todos e ameaçou a todos de demissão caso não fosse revertido o quadro de baixa produtividade. Na hora do almoço, José não teve fome e resolveu ficar no escritório para tentar melhorar seu desempenho. Assim como ele, outros colegas ficaram no setor. O clima estava bastante tenso e a semana, que apenas estava se iniciando, prometia ser muito nervosa e sobrecarregada de trabalho. Ao final da jornada de trabalho do dia, José ainda permaneceu por mais três horas além de seu horário. O retorno também foi exaustivo, pois novamente ele teve de pegar três conduções até chegar em sua casa. Durante o trajeto de volta, José lembrou de suas férias e percebeu que as mesmas já estavam próximas; a

lembrança o animou, pois era essa uma excelente oportunidade para descansar e se retirar do estresse que estava ocorrendo em seu local de trabalho.

Após essa pequena história, explique por que o lazer é algo tão importante nos dias atuais e, com suas palavras, defina-o.

Resposta Comentada

Com o grau de importância que o trabalho assumiu na sociedade atual, o momento do não-trabalho vem ganhando destaque. Um complementa o outro e, dessa forma, as atividades realizadas nesse momento têm despertado interesse devido à própria necessidade de voltarmos em condições plenas para o trabalho. Assim, o cuidado com esse momento, pela percepção de que este é um momento de lazer vem cada vez mais se tornando importante. Pelo exposto, podemos conceituar ou definir lazer a partir do momento em que estamos liberados do trabalho e que gastamos esse tempo sem nenhuma outra obrigação social, privilegiando a auto-satisfação.

Recreação

No item anterior, você observou que o lazer envolve o aspecto do prazer, do entretenimento, da diversão. Essa dimensão do lazer acaba por produzir uma confusão com um outro termo que muitos acreditam ser a mesma coisa: a recreação.

A palavra “recreação” vem do latim *recreatio*, que significa recriar, restaurar, enquanto a palavra “lazer” deriva do latim *licere*, ou seja, “ser lícito”, “ser permitido”. Recreação pode ser definida como uma função do lazer, sendo o momento ou a atividade em que o indivíduo está se auto-expressando por meio da ação. Soma-se a esse ponto, a procura de uma satisfação imediata,

enquanto no lazer, o processo é mais amplo, tendo em vista o fato de envolver possibilidades como o descanso, por exemplo, que se opõe radicalmente à recreação.

Na recreação, a atividade é espontânea, mas isso não equivale a dizer que seja algo realizado de qualquer forma, é um processo que, mesmo em sua espontaneidade, abrange uma renovação e recriação da atividade que foi colocada em prática como motivo de recreação.



Figura 12.8: Crianças em atividade recreativa.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1065649

O jogo é o principal elemento utilizado pelas várias formas de recreação. O termo vem do latim *jocus* e significa brincadeira, divertimento, representação, zombaria e desafio. Já em grego, encontramos a palavra *ludus* com os mesmos significados que *jocus*.

Quando pensamos em jogos, devemos distinguir duas dimensões desse termo que estão intimamente relacionadas a fases da vida humana. Assim, temos os jogos infantis e os

jogos adultos. Os jogos infantis estão inseridos no universo da brincadeira e, desta forma, ambos podem ser interpretados como sinônimos. Já os jogos de adultos vão além dessa perspectiva e, muitas vezes, assumem características que os colocam em posição radicalmente oposta à de uma brincadeira.



Figura 12.9: Crianças em atividade de jogo.



Figura 12.10: Brincadeira de adultos.
Fonte: <http://www.sxc.hu.ID> 1066398

Vulgarmente, o termo brincar remete à inconseqüência, a algo não sério e à futilidade. Entretanto, brincadeira significa o lúdico em ação por meio do uso ou não de um brinquedo, podendo ou não ter regras, mas quando as tem são simples e podem ser modificadas. Os conteúdos das brincadeiras se aproximam do jogo quando envolvem maior complexidade de regras e ficam próximos à *paidia* quando resultam da ausência de regras, pois, neste caso, primam pela espontaneidade.

Paidia ■

Barulho, agitação e excesso de riso.



Figura 12.11: Crianças em atividade que se assemelha à paidia.



Figura 12.12: Brinquedos.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1044108

A teoria sociológica classifica brincadeiras e jogos humanos em quatro tipos:

1) Agon – jogos e brincadeiras de desafios, competições e disputas.



Figura 12.13: Jogos de competição.
Fonte: <http://www.sxc.hu>. ID 1007993

2) Mimicry – jogos e brincadeiras de imaginação e representação.



Figura 12.14: Brincadeira que envolve a imaginação.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1111351

3) Alea – jogos e brincadeiras de azar, de sorte e de destino.



Figura 12.15: Jogo de azar.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1083685

4) Ilinx – jogos e brincadeiras de risco, vertigem e perigo.



Figura 12.16: Atividade recreativa que envolve perigo.
Fonte: <http://www.sxc.hu.ID 379153>

Atividades recreativas são muito importantes para o ser humano em todas as etapas da vida, desde a infância até a maturidade. Na sociedade moderna, as interações sociais entre crianças e adultos, mesmo entre cada fase por meio da recreação, estão seriamente comprometidas devido ao avanço tecnológico. Por este motivo, é importante relacionar os benefícios do lazer e conseqüentemente da recreação para nossa vida cotidiana. E isto se chama *qualidade de vida*.

Qualidade de vida

A vida moderna impõe um ritmo cada vez mais estressante, pois todos nós somos obrigados a nos submetermos a prazos, horários apertados, trânsito caótico, violência dos grandes centros urbanos, enfim, a uma série de constrangimentos que nos fazem temer e adotar uma postura de não relaxamento diante das coisas e das situações que nos são impostas. Todos esses elementos reunidos contribuem para o surgimento de doenças, para tensões e conseqüentemente para uma vida sem prazer e alegrias. Entretanto, estudos revelam que precisamos sentir prazer, bem-estar e alegria para continuarmos a produzir. Vem

daí o alarme de muitos estudiosos no sentido da importância de termos qualidade de vida.



Figura 12.17: Lugar para recompor as energias.
Fonte: www.sxc.hu ID 1115653

A qualidade de vida de que contemporaneamente tanto se fala é essencial para a reposição de energias que vão além das físicas e que envolvem principalmente o bem-estar social e psicológico dos indivíduos. Não basta termos horas e dias destacados para a interrupção de nossas atividades cotidianas, é necessário que essas horas e dias tenham qualidade para nos devolver aspectos sociais e psicológicos perdidos durante o estresse que a rotina diária nos envolve. Descansar é importante assim como as atividades físicas, o enriquecimento cultural e emocional.

A Organização Mundial de Saúde informa que qualidade de vida é a percepção de cada indivíduo acerca de sua posição na vida, de acordo com o contexto cultural e os sistemas de valores nos quais vive e em relação a seus objetivos, normas e interesses.

Em sentido mais amplo, qualidade de vida envolve aspectos emocionais e culturais, além das já tradicionais questões relacionadas à alimentação básica, moradia, saúde física, isto é, ausência de doenças, entre outros. Assim, vemos que qualidade de vida envolve várias áreas que trazem benefícios para que as pessoas vivam de forma saudável mental, emocional, cultural e fisicamente.

Os momentos de lazer são extremamente propícios para o exercício de uma vida com qualidade. Tendo em vista que o lazer envolve um tempo livre para seu desempenho, prazer, liberdade e a ausência de obrigação para sua realização, podemos concluir que o lazer é uma instância fundamental na vida contemporânea.



Figura 12.18: Atividade de lazer que envolve troca com a natureza.

Fonte: www.sxc.hu ID 553365



Figura 12.19: Atividade física para cuidar do corpo.

Fonte: www.sxc.hu ID 915227



Atividade

Atende ao Objetivo 3

3. Faça um quadro com atividades recreativas e de lazer para um grupo de turistas de um hotel.

Resposta Comentada

Geralmente, um hotel possui, em suas instalações, espaços voltados para o oferecimento de maior conforto aos seus hóspedes. Assim, um piano-bar, instalações de internet ou de leitura, podem ser consideradas áreas de lazer para esse hóspede. Já um salão de jogos, uma academia de ginástica, atividades físicas realizadas na piscina são interpretadas como atividades de recreação, pois envolvem, entre outras coisas, o jogo e a brincadeira.

Conclusão

O tempo é dotado de significado em relação às atividades desempenhadas pelo homem em sociedade. Ao longo da história humana, o tempo destinado liberado das atividades obrigatórias assumiu diversas conotações, até chegarmos à noção de tempo desobrigado como equivalente a algo necessário para nossa realização pessoal, para a saúde e a qualidade de vida.

A moderna noção de lazer assumiu proporções de um valor em si mesma e, nesse sentido, trabalho e lazer são interfaces de uma mesma relação. Paralelamente, dada a natureza do lazer e do turismo, pois ambos pressupõem tempo livre e conteúdos que

Resumo

No decorrer da história, a noção de lazer, ócio e tempo livre foram sendo modificados acompanhando as mudanças de valores e comportamentos, relacionados sempre com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais vigentes em cada época.

As transformações condicionaram e determinaram novos hábitos de vida e aquilo que conceituamos como lazer foi sendo incorporado à sociedade e adquirindo maior importância com o passar do tempo, embora ainda seja pouco estudado em termos acadêmicos.

O lazer como tempo outorgado ao indivíduo pela sociedade após ter desempenhado suas obrigações permite ao ser humano repor suas forças físicas e mentais. Nesses momentos, ele se libera a seu gosto da fadiga, mas este tempo disponível não é sua decisão e sim, um direito social com a finalidade de auto-satisfação.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula você irá estudar o contexto histórico que levou o lazer a ser objeto de reflexão acadêmica. Analisaremos especialmente a emergência dos estudos sociológicos sobre o tema.

13

Emergência dos estudos sociológicos sobre o lazer

Meta da aula

Apresentar o contexto histórico que favoreceu a formação de um campo de estudos sobre o lazer e as atuais linhas de pensamento sobre o tema no Brasil.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar que as lutas trabalhistas decorrentes dos movimentos sociais do século XIX na Europa favoreceram o surgimento do tempo livre;
- 2** reconhecer que o tempo livre, regulamentado pelas lutas trabalhistas do século XIX, marcou o surgimento do lazer.

Introdução

Para a nossa sociedade, usufruir períodos de descanso entre as jornadas de trabalho é algo natural. Mas, nem sempre foi assim, sendo essa conquista resultado de muitas lutas que possibilitaram aos trabalhadores o direito a um tempo de reposição das energias. Desde então, a utilização deste tempo é escolha pessoal e varia conforme os costumes sociais e estilo de vida das pessoas.

No modo de produção feudal, as pessoas ditavam seus horários e suas rotinas a partir do ritmo da natureza. Com a invenção da máquina e de novos métodos de trabalho, esse ritmo foi alterado, sendo dado pela necessidade da produção manufatureira. As pessoas foram obrigadas a se adequar ao ritmo da máquina, além de se submeterem à exploração por parte dos donos dos meios de produção. Com essa nova realidade, o tempo que até então era algo espontâneo passou a ser controlado, vigiado e adquiriu equivalência ao dinheiro pago por ele.

Nesta aula, você verá como ocorreu o surgimento do tempo livre, isto é, um tempo social construído em oposição ao tempo trabalhado. Analisaremos o papel da Revolução Industrial nessa transformação, assim como o surgimento da reflexão sociológica acerca desse fenômeno típico do modo de produção capitalista.

Uma nova ordem social

A Revolução Industrial foi, sobretudo, a passagem de um modo de produção marcadamente agrário e artesanal para outro de cunho industrial, dominado pelas fábricas e pela maquinaria. Caracterizou-se por sucessivas inovações tecnológicas, que podem ser assim resumidas: aparecimento das máquinas modernas, que substituíram o trabalho do homem, que anteriormente o executava à mão; utilização do vapor como fonte de energia para acionar a máquina, enquanto anteriormente a energia utilizada era muscular, eólica e hidráulica; utilização de novas matérias-primas, especialmente os minerais.

A Inglaterra do século XIX foi o ambiente propício para o desenvolvimento dessas inovações que, adequadamente aproveitadas, deram ao país as condições de implantar definitivamente o modo de produção capitalista, baseado na produção em massa, nas relações sociais estabelecidas a partir do capital e na propriedade privada dos meios de produção.

A Revolução Industrial foi um conjunto de profundas transformações de ordem social, tecnológica e econômica e, embora tenha tido seu início na Inglaterra, espalhou-se por toda a Europa. As transformações que envolveram esse período foram muito mais sociais que técnicas, pois todas as relações sociais passaram a se apoiar em bases estritamente econômicas.

Entre os resultados das mudanças ocorridas naquele período, vemos que o capital cada vez mais se concentrou nas mãos de uma minoria e o número de trabalhadores que não mais detinham os instrumentos de trabalho aumentava consideravelmente em proporção inversa à qualidade de vida que cada vez mais se reduzia.

Outro ponto que chama atenção nesse momento histórico é a intensificação da pobreza e da miséria, pois as camadas populares empobreceram tanto a ponto de aparecer um grande número de indigentes. Entre os que tinham trabalho, as condições para sua realização eram subumanas devido às horas excessivas de trabalho, à baixíssima remuneração, ao ambiente insalubre das fábricas e às próprias condições de moradia e higiene a que estavam submetidos esses trabalhadores.



Invenção da máquina a vapor

Poucas invenções tiveram maior influência na história dos tempos modernos que a da máquina a vapor. Ao contrário do que geralmente se pensa, não foi a causa inicial da Revolução Industrial, mas sim, em parte, efeito desta.



Máquina a vapor criada por James Watt.
Fonte: <http://sxc.hu>. ID 922476

O motor de James Watt, pelo menos, nunca se teria tornado realidade se não fosse a procura de uma fonte eficiente de energia para mover as pesadas máquinas já inventadas na indústria têxtil. Por outro lado, é indiscutível que o aperfeiçoamento da máquina a vapor promoveu um desenvolvimento mais rápido da industrialização. Deu uma nova importância à produção do carvão e do ferro; possibilitou uma revolução nos transportes; abriu oportunidades quase ilimitadas à aceleração das manufaturas, tornando as nações industrializadas as mais ricas e poderosas do mundo.

Antes do desenvolvimento da máquina a vapor, as reservas de energia estavam à mercê das variações atmosféricas. Durante as secas, a baixa dos rios podia forçar os moinhos a restringir suas atividades ou mesmo a suspendê-las por completo. Os navios, nas travessias do oceano, atrasavam-se semanas inteiras por falta de vento. Com a máquina a vapor haveria o fornecimento constante de energia, que poderia ser aproveitada quando necessário.

Veja, agora, modelos de duas máquinas desenvolvidas durante a Revolução Industrial:



Figura 13.1: Máquina de coser inventada por Timonier. Posteriormente, Isaac Singer reformulou o invento e sua elaboração entrou para a história.



Figura 13.2: Avanço nos transportes.

Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 682606

O conjunto de transformações decorrentes da introdução da máquina no processo de produção de mercadorias afetou e impactou de forma marcante toda a vida em sociedade naquela época. Os trabalhadores destituídos dos meios de produção passaram a sobreviver apenas da venda de sua força de trabalho e a sujeitar-se às severas normas de disciplina impostas pelos proprietários das fábricas.

As condições favoráveis à exploração do trabalho humano naquela época eram bastante amplas devido ao numeroso quantitativo de trabalhadores necessitados de emprego e conseqüentemente ao baixo custo dessa mão-de-obra. Dessa forma, o proletariado era submetido a extensas jornadas de trabalho, que duravam em média dezesseis ou dezessete horas por dia, sem repouso semanal ou férias. O trabalho de mulheres e das crianças era largamente utilizado, pois elas recebiam um salário menor que o dos homens.

As lutas trabalhistas

A superexploração salarial, horas excessivas de trabalho, condições subumanas de alimentação e moradia levaram os operários a buscarem uma reação e assim surgiu o antagonismo entre as duas classes: empresariado e operariado, configurando o início dos movimentos de luta entre os donos do capital e os que viviam da venda de sua força de trabalho. Os empresários tentavam preservar sua posição como classe dominante e os operários buscavam a solução de seus problemas de fome e emprego.

Data deste século, o surgimento de **movimentos organizados** de luta contra a exploração e o direito ao reconhecimento de associações. As movimentações iniciais foram o ataque às máquinas e fábricas, que eram identificadas como responsáveis pela situação de miséria em que aqueles trabalhadores se encontravam. Posteriormente, o instrumento utilizado era a reivindicação em forma de greves e estas configuram um início de mudanças no embate entre empresários e operários, fato que resultou em grandes conquistas para a classe operária.

■ **Movimentos organizados**

Sob a denominação movimentos organizados estão os vários movimentos sociais ocorridos no século XIX, entre os quais as lutas trabalhistas. Vale ressaltar que movimentos sociais sempre ocorreram ao longo da história da humanidade, mas como estamos nos reportando aos acontecimentos do século XIX na Europa, demarcamos o período.



Figura 13.3: Lutas operárias.

Fonte: <http://www.aojesp.org.br/imagens/trabalho.jpg>



Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher é uma homenagem a um episódio trágico ocorrido nos Estados Unidos. Em 1857, mulheres operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque se rebelaram contra suas condições de trabalho. No bojo das manifestações pela redução da jornada de trabalho, 129 tecelãs da Fábrica de Tecidos Cotton, em Nova Iorque, cruzaram os braços e paralisaram os trabalhos pelo direito a uma jornada de 10 horas, na primeira greve norte-americana conduzida unicamente por mulheres.

Violentemente reprimidas pela polícia, as operárias, acucadas, refugiaram-se nas dependências da fábrica. No dia 8 de março de 1857, os patrões e a polícia trancaram as portas da fábrica e atearam fogo. Asfixiadas, dentro de um local em chamas, as tecelãs morreram carbonizadas.

Em 1910 surgiu a idéia de se criar uma data para homenagear essas operárias e marcar um dia de luta feminina. Em 1975 a Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) decretou o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher.



Figura 13.4: Protesto popular.
Fonte: www.sxc.hu ID 673211



Figura 13.5: Criança trabalhando no tear mecânico de uma fábrica.
Fonte: <http://br.geocities.com/historiandogabriel/tearmecanico.jpg>



Figura 13.6: Movimentos sociais.

Fonte: <http://www.worldrevolution.org.uk/content/images/3d35fdf16bd9d54cd59415d53515c62c.jpg>

A reação do operariado

A luta por melhores condições de trabalho e vida levou os operários a reagirem das mais diferentes formas e, assim, em uma seqüência histórica podemos localizar três movimentos específicos. São eles: o movimento ludista, o movimento cartista e o movimento sindicalista.

Movimento Ludista (1811-1812)

Reclamações contra as máquinas inventadas após a Revolução para poupar a mão-de-obra já eram normais. Mas foi em 1811 que o estopim estourou e surgiu o movimento ludista, uma forma mais radical de protesto. O nome deriva de Ned Ludd, um dos líderes do movimento. Os ludistas chamaram muita atenção pelos seus atos. Invadiram fábricas e destruíram máquinas, que, segundo os ludistas, por serem mais eficientes que os homens, tiravam seus trabalhos, requerendo, apenas, duras horas de jornada de trabalho. Os manifestantes sofreram uma violenta repressão, foram condenados à prisão, à deportação e até a forca. Os ludistas ficaram lembrados como “os quebradores de máquinas”.

Movimento cartista (1837-1848)

Organizado pela associação dos operários, que exigia melhores condições de trabalho como limitação de 8 horas da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino, extinção do trabalho infantil, folga semanal e salário mínimo. Além de direitos políticos como estabelecimento do sufrágio universal e extinção da exigência de propriedades para se integrar ao parlamento e o fim do voto censitário. Esse movimento se destacou por sua organização, e por sua forma de atuação, chegando a conquistar diversos direitos políticos para os trabalhadores.

Movimento sindicalista

Refere-se ao sindicalismo e ao movimento social de associação de trabalhadores assalariados para a proteção dos seus interesses. Ao mesmo tempo, lutavam por uma doutrina política segundo a qual os trabalhadores agrupados em sindicatos deveriam ter um papel ativo na condução da sociedade. Os empregados das fábricas também formaram associações denominadas Trade Unions, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. Na segunda metade do século XIX, as Trade Unions evoluíram para os sindicatos, forma de organização dos trabalhadores com um considerável nível de ideologização e organização, pois o século XIX foi um período muito fértil na produção de idéias antiliberais que serviram à luta da classe operária, seja para obtenção de conquistas na relação com o capitalismo, seja na organização do movimento revolucionário cuja meta era construir o socialismo objetivando o comunismo.

O movimento sindical que se realiza normalmente até hoje, dentro do capitalismo, tem por preocupação organizar associações de defesa e coordenação dos interesses econômicos e profissionais de todos os que exercem atividades e profissões idênticas ou similares. Distingue-se do sindicalismo revolucionário, movimento nascido na França na segunda metade do século XIX, que durante setenta anos prosperou nesse país, na Itália e na Espanha.

O sindicalismo revolucionário pregava a violência como a única forma eficaz de negar a ordem então existente. Serviam-se de greves gerais e sabotagens, coordenadas pela Confederação Geral dos Trabalhadores dos países.

Já os demais adeptos do sindicalismo não pretendiam derrubar o governo da classe dominante e transferi-lo para o proletariado. Estes queriam apoderar-se do controle dos trabalhadores e dos meios de produção, distribuição e comércio.

Os movimentos sociais do século XIX, por meio da luta da classe operária foram responsáveis pela melhoria relativa das condições de trabalho e salário do proletariado. As pressões exercidas por parte dos sindicatos e partidos operários sobre o empresariado favoreceram o alcance de várias conquistas, sendo que muitas dessas estão presentes no nosso cotidiano. Entre as conquistas que eles nos legaram e que agora figuram como direitos trabalhistas, estão uma legislação trabalhista, jornada de trabalho de oito horas, repouso remunerado, férias remuneradas, décimo terceiro salário, entre outros que variam de país para país.

Algumas conquistas trabalhistas:



Figura 13.7: Aposentadoria.

Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 519288



Figura 13.8: Férias de verão.

Fonte: <http://www.vilakostkaitaici.org.br/fotos/ferias.jpg>



Figura 13.9: Exemplo de atividade típica de final de semana.

Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1095551



Figura 13.10: Direito trabalhista.

Fonte: <http://www.sindmar.org.br/fotos/1170carteira%20de%20trabalho.jpg>



Dia do Trabalho

O dia primeiro de maio foi a data escolhida na maioria dos países industrializados para comemorar o Dia do Trabalho e celebrar a figura do trabalhador. A data tem origem em uma manifestação operária por melhores condições de trabalho iniciada no dia 1º de maio de 1886, em Chicago, nos EUA. No dia 4 do mesmo mês, vários trabalhadores foram mortos em conflitos com as forças policiais. Em consequência, a polícia prendeu oito anarquistas e os acusou pelos distúrbios. Quatro deles foram enforcados, um suicidou-se e três, posteriormente, foram perdoados. Nos Estados Unidos, desde 1894, o Dia do Trabalho é comemorado na primeira segunda-feira de setembro.

O surgimento do tempo livre

A partir de 1831, uma série de leis foi estabelecida na Inglaterra para diminuir o número de horas do trabalho infantil e das mulheres, alterando em seguida a jornada de trabalho dos homens, que ficou fixada em 8 horas diárias, tornando obrigatório o descanso semanal aos domingos e feriados, inicialmente ligados às festas religiosas, às férias remuneradas e à aposentadoria.

Na França, foi lançada uma lei que fixava os oito anos de idade como mínima para o trabalho, mas ainda não existia uma lei que limitasse a duração de trabalho por dia. Somente entre 1850 e 1950 neste país e nos Estados Unidos, as horas de trabalho diminuíram, em média, de 65 para 40 horas por semana.

Paulatinamente, os países europeus foram construindo um sistema de ordenamento do trabalho e leis que visavam à proteção do trabalhador. Todo esse processo foi muito lento, sendo fruto de muitas discussões, acordos, greves e demais formas de disputas entre as classes antagônicas.

O caso brasileiro é distinto do da Europa, pois o processo de industrialização foi tardio e conseqüentemente as leis trabalhistas só foram sistematizadas posteriormente. As décadas de 1930 e 1940 foram os períodos mais ricos em termos de regulamentação de direitos trabalhistas. Datam dessa época a concessão das férias remuneradas, a estipulação de uma duração da jornada de trabalho de oito horas diárias e o quadro dos horários de serviço.

Com a instituição de Leis Trabalhistas em praticamente todos os países, algo que até o final do século XIX ainda não existia, surgiu um novo tempo na vida social da humanidade. Trata-se do tempo livre que, segundo Bacal (2003), “é a denominação atual de uma parcela do *tempo liberado* do trabalho, entendido como tempo de que o homem dispõe legalmente.” A autora ainda acrescenta que o significado desse tempo é estabelecido por cada grupo social, segundo o sistema de referência de valorização de atividades relacionadas ao mesmo.

A introdução de um novo tempo na vida social fez com que novas rotinas fossem estabelecidas, assim como novos padrões de sociabilidade e de relações sociais. Novos valores foram engendrados e a vida humana se assentou em bases totalmente distintas das da Idade Média, em que a inexistência de parâmetros precisos de referência em relação ao tempo resultava na despreocupação e na ausência da obrigação de seguir um determinado ritmo produtivo.

Nas sociedades industriais, há a necessidade da divisão do tempo e, em conseqüência, modificam-se os valores atribuídos às atividades humanas, configurando novas relações interpessoais, familiares, no trabalho e o próprio valor atribuído ao tempo. O trabalho, como veremos no próximo item, passa por um processo de ressignificação que implica novos valores atrelados a ele.

■ **Tempo liberado**

De acordo com Bacal (2003), é o tempo constituído pela parcela subtraída ao tempo necessário, que vem a ser aquele em que o homem atua em função de objetivos que lhe garantem a satisfação das urgências vitais (atividades de consumo, funções fisiológicas, o trabalho, entre outras exigidas pelo nosso organismo físico e pela sociedade).



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Entre os diversos movimentos sociais ocorridos na Europa do século XIX, estão as lutas trabalhistas. Relembre sua história de vida e comente sobre algum movimento social que você já tenha participado ou tenha tomado conhecimento.

Comentário

Você poderá discorrer sobre uma greve, uma passeata ou movimentos de âmbito nacional como as Diretas Já ou o impeachment do ex-presidente Fernando Collor.

O tempo livre e a ressignificação do trabalho

São muitos os valores que sofreram mudanças resultantes do processo denominado Revolução Industrial, mas o surgimento de um novo tempo, isto é, o tempo livre, forneceu elementos para que uma instância que sempre esteve na história da humanidade também ganhasse um novo significado. Trata-se do trabalho, que na sociedade ocidental moderna alcançou o *status* totalmente distinto de outras épocas da humanidade.

Por volta do século XI, a palavra *trabalho* passou a designar a utilização e o oferecimento da força pessoal em favor de uma outra pessoa. O termo nasceu sob uma conotação negativa e depreciativa, estando relacionado à dificuldade em viver ou mesmo de sobreviver, e até hoje tudo o que é difícil de ser alcançado é denominado *trabalhoso*. Inicialmente a expressão era usada para indicar as obras e tarefas humildes dos homens e mulheres que daí retiravam qualquer proveito.

A origem etimológica da palavra *trabalho* vem do radical romano *labor*, que é equivalente à palavra *ponos*, ou seja, pena. Durante o período em que o Império Romano dominou o mundo conhecido de então, as pessoas que precisavam trabalhar para se sustentarem consideravam a sua prestação de serviços a terceiros como uma pena imposta a eles em favor de seus senhores.

Podemos observar, também, que na França a palavra *travail* (trabalho) originou do termo *tripaliare* que significa pena, tortura, ou fazer sofrer. Este termo, por sua vez é uma derivação de *tripalium*, mais precisamente um instrumento de tortura com três paus, ou pontas de ferro, uma espécie de tridente como o associado ao deus Netuno e às gravuras do diabo. A palavra *travail* designa também um tipo de dispositivo feito de várias traves às quais se prendiam os cavalos ou bois para serem ferrados.

Em sentido semelhante, a palavra *operário* tem sua origem ligada a formas de restrição, além de revelar uma sintonia com a palavra *escravidão*, pois em francês o termo *ouvrier* significa *opera* e *opus*, *operarum*. E a palavra *operarum* era uma designação para se referir aos escravos. Ainda na França, em meados do século XV, aparece a figura do *prolétaire*, designação derivada de *proletarius*, significando aquele que não consta na cidade, no Estado e que por ser um indivíduo pobre estava livre do pagamento de impostos. O termo francês *prolétaire* designa um indivíduo desprovido de recursos para produzir e de subsistência, o que o distinguia de um indivíduo possuidor de suas próprias ferramentas.

Pelo exposto, a origem das palavras já revela o lugar que era ocupado pelo trabalho e por aqueles que necessitavam dessa forma de sobrevivência. Demonstra que a necessidade de laborar para sustentar-se era considerada como uma pena imposta à pessoa do trabalhador, pois este não possuía possibilidade de escolher outras formas de viver, sendo necessário laborar para possuir pelo menos uma “sobrevida”.

Na língua portuguesa encontramos as palavras *labor* e *trabalho*, sendo que ambas possuem significados semelhantes estando atreladas ao esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade,

de resultado consumível e incômodo inevitável; fadiga; labutação; ação mecânica dos agentes naturais; luta; lida. Encontramos também a palavra *trabalhoso*, cujo sentido vem daquilo que dá trabalho; penoso; custoso; difícil; árduo.

Atualmente, com as mudanças de valores sociais a que nos referimos no item anterior, a palavra *trabalho* está intimamente associada ao termo *capital*, isto é, ao dinheiro, e suas percepções por parte dos integrantes da sociedade ocidental moderna parecem necessitar de uma existência mútua para subsistirem.

A relação trabalho e dinheiro alcançou um nível de valorização nessa sociedade que o próprio significado do trabalho foi sendo alterado com o passar do tempo. A vida atual tem como elemento fundamental o trabalho e este não é mais interpretado como uma punição, sofrimento ou tortura e sim como um instrumento que enobrece o ser humano, pois o coloca na condição de colaborador da sociedade a que pertence e como um indivíduo capaz de se auto-sustentar, assim como sustentar seus dependentes. Não é mais uma vergonha o exercício de um trabalho qualquer, e muito menos indigna, a condição de trabalhador.

Dessa forma, viver passou a ter o significado de trabalhar e o tempo do trabalhador transformou-se no tempo do trabalho significando ora tempo para produzir, ora tempo para recuperar as forças necessárias para voltar a produzir. Trabalho e tempo livre são dois valores positivos para a nossa sociedade. Valorizar o trabalho significa valorizar o tempo livre, pois nesse momento nos recuperamos para trabalhar mais e melhor; valorizar o tempo livre equivale a produzir mais, pois queremos aproveitar os momentos livres realizando ou consumindo atividades, fruto do nosso trabalho.

A emergência dos estudos sociológicos sobre lazer

Você viu no início desta disciplina, quando analisamos o surgimento da Sociologia, que esta ciência nasceu com o intuito

de explicar e entender a vida do homem em sociedade e, para isso, ela se vale do estudo das relações e instituições sociais. As mudanças e as continuidades que permeiam a dinâmica social são excelentes materiais de análise para os sociólogos.

As mudanças provocadas pelo processo deflagrado com a introdução das máquinas no cotidiano da sociedade provocaram uma série de impactos, que acabaram por estabelecer novas relações sociais e o surgimento de novas instituições. A economia, a política, a família, a religião, o conhecimento, enfim todos os elementos que compõem a vida do homem em sociedade foram submetidos a uma nova ordem.

Explicitamos anteriormente que o trabalho foi alçado a uma categoria de valorização que o colocou como centro da vida do homem ocidental. Por este motivo, a Sociologia, como ciência que busca oferecer o entendimento acerca dessas mudanças sociais, não poderia deixar de se ocupar com esse fenômeno que, dada a sua magnitude, recebeu um ramo específico de estudos dentro da Sociologia como um todo e que foi denominado Sociologia do Trabalho. Vale ressaltar que outras áreas do conhecimento humano também se debruçaram sobre o tema “trabalho” e seus desdobramentos na sociedade contemporânea, mas vamos nos ater aos conceitos elaborados pela Sociologia do Trabalho.

A Sociologia do Trabalho é o ramo da Sociologia que procura estudar os sujeitos ocultos do ambiente de trabalho, principalmente as fábricas e os sindicatos estruturados, bem como os fenômenos que surgem das relações de trabalho. Foi a partir da segunda guerra que surgiram os conceitos da Sociologia do Trabalho: “divisão de trabalho”, “classe social”, “estratificação social”, “conflito”, “poder”.

A Sociologia do Trabalho também presta atenção e estuda as implicações sociais das relações de trabalho com as ferramentas utilizadas para seu desempenho (técnica e tecnologia). Estuda ainda as profundas transformações que derivam do trabalho com simples ferramentas individuais (artesanato), do trabalho indus-

trial com grandes máquinas (maquinismo), do trabalho com computadores (sociedade de informação). Constituem um permanente tema de estudo sociológico.

Com a importância que o tempo livre ocupa na relação homem/trabalho, essa nova instância da vida social passou a ser objeto da Sociologia do Trabalho, mas, devido à amplitude do tema, podemos afirmar que já há espaço para uma Sociologia do Lazer. A formação de um campo de estudos, como o de uma Sociologia do Lazer ainda é algo tímido e muitas vezes se mistura a outras sociologias, como a do Trabalho, a do Turismo, das Profissões, entre outras. Afirmamos anteriormente que um dos grandes teóricos do lazer foi Dumazedier. Mas temos também, ligado a uma Sociologia do Trabalho, o sociólogo Domenico de Masi, cujas reflexões em muito contribuíram para o pensamento sobre lazer.

No Brasil, o estudo sobre lazer vem ganhado cada vez mais destaque e o tema possui interpretações que seguem algumas linhas de pensamento que variam de acordo com os distintos autores. Muitos desses autores foram bastante influenciados pelo pensamento de Dumazedier, como Camargo (1989) e Marcelino (1983). Para Camargo o lazer é uma conquista vinculada à jornada de trabalho/tempo. Já Marcelino defende uma educação para o lazer, aproveitando o potencial das atividades desenvolvidas no “tempo livre”, para acelerar o processo de mudança que possibilitará a instalação de uma nova ordem no plano cultural. O referido autor acredita que o momento de lazer é favorável para mudanças no plano cultural e a ação dos educadores poderia transformar o lazer em fator de humanização, ao invés de um simples bem de consumo. Ainda para o autor, a perspectiva de difusão social do lazer passa pela democratização do acesso aos equipamentos e espaços necessários a sua prática.

Requixa (1977), preocupado com o tema, na década de 1970 procurou estimular as discussões sobre lazer considerando as especificidades brasileiras. Procurou resgatar as diferentes manifestações de lazer no país, focalizando-o dentro da reali-

dade urbana e industrial. Na obra intitulada *O lazer no Brasil*, ele defendeu a idéia de que o lazer é um produto do próprio desenvolvimento industrial, com tendência a tornar-se mais importante, segundo o aumento do tempo livre dos trabalhadores.

Rolin (1989) procurou entender o lazer dentro de uma perspectiva psicossocial, apresentando-o como um tempo livre, empregado pelo indivíduo na sua realização pessoal como um fim em si mesmo. Sua teoria sobre o lazer centra-se na idéia de que o indivíduo depende apenas de si próprio para desenvolver suas atividades de lazer. Essa perspectiva afasta a atual concepção de que o Estado deve promover, por meio de políticas públicas para o setor, programas que visem a levá-lo a uma parcela da população que não tem condições para realizá-lo por conta própria.

Pelo exposto, podemos perceber que a emergência dos estudos sociológicos sobre o lazer elevou essa instância da vida social a um objeto de reflexão acadêmica, cujos desdobramentos levam a questões acerca do papel do Estado na promoção do lazer, no lazer como instrumento de “humanização”, fator que permite ao homem retornar a sua essência que não é a da produção incessante. Enfim, a Sociologia do Lazer vem contribuindo para o entendimento acerca de um momento específico e importante de nosso cotidiano.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. O lazer é definido a partir do tempo que temos para nos dedicar a ele, isto é, do tempo livre de obrigações. Assim sendo, por que podemos afirmar que as lutas trabalhistas do século XIX na Europa marcam o surgimento do lazer?

Resposta Comentada

Por meio das lutas trabalhistas, os trabalhadores conseguiram a legitimação de um tempo para repor as forças perdidas durante o processo de produção industrial. Essa legitimação envolve não somente o direito a esse tempo, mas também o pagamento por esse tempo não trabalhado. Essa possibilidade favorece o investimento em lazer no seu sentido mais amplo, ou seja, não somente como período de recuperação de forças e sim como um momento de enriquecimento cultural e emocional, de prazer e liberdade.

Conclusão

O tempo livre foi uma conquista resultante de um longo processo de lutas entre patrões e empregados. Essas lutas são fruto dos movimentos sociais do século XIX na Europa, cujo maior destaque é o movimento sindicalista. O movimento sindical que se realiza normalmente até hoje tem por preocupação organizar associações de defesa e coordenação dos interesses econômicos e profissionais de todos os que exercem atividades e profissões idênticas ou similares. Por meio das lutas trabalhistas, os trabalhadores alcançaram uma série de direitos, e entre eles está o desfrute do tempo livre, possibilidade que está intimamente relacionada ao lazer e ao turismo.

pagamento de baixíssimos salários. Desse conflito entre explorados e exploradores, surgiram os movimentos sociais europeus do século XIX. Após longo período de reivindicações e lutas por melhores condições de trabalho e vida, foram estipulados os direitos trabalhistas que concediam entre outros itens um tempo livre para reposição das energias físicas e mentais. Temos, assim, o surgimento do tempo livre que posteriormente transformou-se em objeto de estudos dentro da Academia.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você verá a emergência dos estudos sociológicos sobre lazer turístico. Este tipo de lazer cada vez mais vem recebendo atenção por parte de pesquisadores e do Poder Público, de onde vemos originar-se políticas que visam à inclusão de uma parcela da população que historicamente não tem acesso ao universo do Turismo.

14

O lazer turístico

Metas da aula

Apresentar o conceito de lazer turístico e de recreação turística por meio de uma análise sociológica do tema e demonstrar o Turismo Social como um desdobramento da aplicação do lazer à esfera turística para as classes menos favorecidas.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 verificar a trajetória do surgimento da noção de lazer aplicada à atividade turística;
- 2 reconhecer a diferença entre lazer turístico e recreação turística;
- 3 reconhecer que o Turismo Social é uma ferramenta de inclusão das camadas menos favorecidas ao universo do lazer turístico.

Introdução

O lazer é parte integral da vida moderna e cada vez mais as pessoas estão consumindo distintas formas de lazer. Há demanda para o consumo de *shows* musicais, de filmes, de danças, de espaços naturais e culturais, entre outras formas de lazer. Entretanto, há um tipo de lazer que está assumindo posição de destaque entre a preferência dos consumidores. Trata-se do lazer turístico, ou seja, o lazer que é obtido por meio do deslocamento e da utilização de determinados equipamentos do setor de turismo, tais como hotéis, pousadas, restaurantes, bares etc.

A percepção de que o lazer é uma necessidade somada ao incremento tecnológico dos meios de transportes, que contribuiu para o barateamento dos preços dos bilhetes aéreos, por exemplo, favoreceu a busca pelo lazer turístico. Com algumas semanas de férias durante o ano, ou seja, tempo livre, o desejo de sair da rotina e a redução dos valores dos transportes, reúnem as condições necessárias para que ocorra a atividade turística.

Esse processo ganhou força nos anos de 1950, especialmente nos países ricos e paulatinamente vem ganhando espaço também nos países em desenvolvimento. Como a Sociologia está sempre preocupada em entender e explicar a sociedade, logo esse fenômeno produzido pela relação entre lazer e turismo passou a ser analisado por estudiosos que se interessaram pelo tema. Assim sendo, você verá no decorrer desta aula, como surgiram os estudos sobre o lazer turístico e verá também como os países em desenvolvimento, especialmente o Brasil, têm produzido políticas que visam favorecer o lazer turístico para vários segmentos da sociedade que não têm como se beneficiar do turismo se não forem auxiliados.

Surgimento do lazer turístico

Após a Segunda Guerra Mundial, as férias deixaram de ser concebidas de maneira generalizada como uma “concessão”

do empresário para o trabalhador. As legislações nacionais estabeleceram de forma explícita o período obrigatório de férias, e desenvolveu-se o que é atualmente denominado Turismo Social.

A partir do ano de 1945, a aviação incorpora-se como meio de transporte utilizado pela indústria turística, sendo ampliado o número de destinos turísticos. E com a crescente disposição dos turistas de viajar em aviões, ocorrem três fenômenos relevantes a partir dessa época:

1) um aumento substancial no fluxo anual de norte-americanos que, graças ao avião, podem cruzar com comodidade e em curto espaço de tempo o Atlântico rumo à Europa;

2) grande crescimento da indústria turística na Zona do Caribe, para onde se dirigiam um grande número de turistas norte-americanos, pois a população desse país estava em condições econômicas favoráveis para investir em viagens;

3) na Europa tem lugar uma espetacular explosão dos centros de férias do Mediterrâneo.

Com o advento do turismo de massas, nos países industrializados, praticamente todas as classes sociais tendem a praticar o turismo, que se incorpora gradativamente aos hábitos e costumes, convertendo-se em um fato significativo da vida das pessoas, principalmente daquelas que habitam os grandes centros. Essa tendência, rapidamente, é absorvida pelo sistema capitalista e entra em sua fase de “indústria de serviços”, sendo controlada por agências ou operadores turísticos que dirigem e manipulam a oferta e a demanda turísticas.

Uma série de fatores pode ser indicada para justificar a transformação do turismo em fenômeno de massas, após a Segunda Guerra Mundial: o crescimento econômico dos países capitalistas; o período de paz relativa após a guerra; a modernização e o acesso aos meios de transporte de viajantes, principalmente o automóvel e o avião; a diminuição da qualidade de vida urbana pela densidade populacional dos grandes centros; os investimentos em infra-estrutura; o aparecimento de operadores turísticos e o desenvolvimento das agências de

viagens; o incremento do consumismo; o aumento da oferta de alojamentos turísticos; a liberalização do movimento de pessoas entre os países capitalistas; as férias remuneradas à classe trabalhadora; menor inclinação à poupança; a simplificação dos trâmites aduaneiros; a emancipação da mulher; a tendência a novas atitudes e modas; a relativa estabilidade político-social nos países emissores e receptores; o rejuvenescimento dos velhos e a antecipação da aposentadoria.

Os transportes turísticos ao longo do tempo

Transporte ferroviário

As grandes cidades nasceram ou se desenvolveram à beira de linhas férreas, cruzadas por lentas e antigas composições férreas que geravam a riqueza econômica desses lugares, transportavam milhares de pessoas, enfim contribuíram para o desenvolvimento e o progresso social. Atualmente, desse passado imponente, muitas composições e linhas férreas servem ao turismo como atrativo cultural.



Figura 14.1: Locomotiva a vapor.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1072471

Os trens continuam sendo um importante meio de transporte e temos uma infinidade de equipamentos classificados conforme sua utilização (carga ou transporte) e velocidade. Na Europa e em outras partes do mundo, como no Japão, temos os trens de grande velocidade (TGV) que alcançam uma velocidade superior a 250 quilômetros por hora. A eles se aproximam, em rapidez, seus assemelhados da Grã-Bretanha e da Alemanha Ocidental, da Itália, dos Estados Unidos, do Canadá e da Suécia. Todos econômicos e confortáveis, controlados por computador e movidos por uma rede elétrica externa ou por energia produzida por locomotivas diesel, autênticas usinas energéticas, capazes de iluminar cidades de pequeno porte.

Transporte hidroviário

No século XIX, os antigos barcos chegaram ao apogeu de sua perfeição como meios de transportes, cruzando todos os oceanos e mares em viagens comerciais e turísticas. Até os anos de 1940 pertencia a esse setor a primazia dos transportes de passageiros para cobrir grandes distâncias litorâneas e travessias oceânicas. Os transatlânticos eram de alto luxo e confortáveis, seguros e rápidos. Posteriormente, devido a sua velocidade, rapidez de viagem e excelência de desempenho, as aeronaves passaram a receber a preferência do público e se esmeraram por consolidá-la, assumindo definitivamente a preferência no transporte de passageiros em viagens de longa distância. Hoje, o estágio do desenvolvimento aeronáutico alterou a filosofia de tráfego das empresas navais, que diminuíram suas linhas regulares de passageiros para dedicar-se ao transporte de cargas e à operação de cruzeiros marítimos, para os quais adaptaram seus navios, dotando-os de instalações mais confortáveis e com os atrativos de melhores condições de repouso, recreação e luxo. Os cruzeiros marítimos estão entre o segmento turístico que mais tem crescido no Brasil.



Figura 14.2: Transatlântico.

Fonte:<http://www.sxc.hu> ID 937717

Transporte rodoviário

No século XX, a evolução automobilística não parou, especialmente a partir de 1912, quando Henry Ford passou a produzir carros em série, vendendo-os montados e equipados. Hoje, os veículos automotores, de aerodinâmica e formas diversas, por seu barulho e sua quantidade, fazem parte da paisagem urbana e mesmo rural de quase todos os rincões do planeta. Por suas dimensões, o automóvel é tido como veículo de utilização individualizada ou familiar.

Já o veículo de grandes dimensões que se destina ao transporte urbano e interurbano de passageiros, através de ruas, avenidas e estradas, denomina-se ônibus, termo derivado do latim *omnibus* (de *omnis*), que significa “para todos”. O primeiro ônibus foi a vapor e apareceu, em 1833, na Inglaterra, inventado pelo engenheiro Church, que cobriu o trajeto entre Londres e Birmingham conduzindo diversos passageiros. A eles se sucederam os carros coletivos de menores dimensões, que foram evoluindo até chegar aos modernos ônibus confortáveis, potentes e velozes.



Figura 14.3: Ônibus de turismo.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 1102430

Transporte aéreo

A indústria aeronáutica não parou de desenvolver-se em sua produção e na evolução de sua tecnologia, cujos limites até hoje não foram atingidos e são desconhecidos. O comércio aeronáutico, em permanente expansão, desde essa época, representou uma demanda maior do que a própria oferta de aeronaves e os recursos delas decorrentes e para elas convergentes.

Segundo as datas de sua primeira operação comercial oficial, as empresas internacionais mais antigas do mundo são as seguintes:

Empresa	Ano
Avianca (Colômbia)	1919
KLM (Holanda)	1920
Aeroflot (Rússia)	1923
TWA (Estados Unidos)	1926
Lufthansa (Alemanha)	1926
Varig (Brasil)	1927
Ibéria (Espanha)	1927



Figura14.4: Avião comercial.
Fonte: <http://sxc.hu> ID 971064

O lazer turístico como objeto de estudos

Esse panorama de mudanças sociais provocou uma análise sociológica oriunda dos estudos relacionados às modificações no universo do trabalho, isto é, da Sociologia do Trabalho. Entretanto, as mudanças eram tão fortes que pesquisadores e estudiosos de outros ramos da Sociologia também se interessaram pelo fenômeno em processo. Assim, sociólogos ligados ao estudo do desenvolvimento social interpretaram, nos anos de 1960, o fenômeno do lazer turístico por meio de uma visão excessivamente otimista, pois o turismo internacional era concebido em termos de crescimento econômico. Chegou-se a criar um conjunto de mitos que constituíram uma ideologia baseada unicamente no êxito da atividade turística, que pode ser resumida nos seguintes pontos:

- 1) o turismo é gerador de emprego e riqueza;
- 2) o turismo é via de comunicação cultural;
- 3) o turismo é o caminho mais positivo para conservar as belezas do mundo;
- 4) o turismo é um gerador de mudanças sociais positivas.

A interpretação descrita, quando analisada com o olhar atual, revela que eles não estavam totalmente errados, pois a atividade turística é capaz de promover todos os elementos elencados, mas essa visão não é mais apoiada porque ela é extremamente focada no elemento econômico e a atividade turística não se restringe somente ao aspecto econômico. Ela é, antes de tudo, uma atividade social e assim sendo provoca impactos positivos e negativos em todas os elementos que a envolvem, tais como a comunidade receptora, a cultura local, o meio ambiente, entre outros. Se privilegiarmos o aspecto econômico, certamente haverá um desequilíbrio entre todos os componentes do fenômeno e da atividade turística.

Na década de 1970, a visão otimista do turismo começou a ser contestada, pois estudiosos passaram a perceber que as comunidades receptoras de turistas estavam sendo devastadas pela prática turística. Os primeiros estudos que demonstraram esse problema foram produzidos por antropólogos e, a partir daí, iniciou-se uma série de questionamentos de um modelo que, na realidade, estava tornando os países que apostaram no turismo como fonte de riqueza cada vez mais dependentes do país emissor e que causava problemas para as populações receptoras.

Pelo exposto, você pôde observar como o lazer turístico tornou-se objeto de reflexão e estudos científicos. Resta dizer que esse tema continua a ser acompanhado pelos estudiosos, sendo que atualmente essa análise está focada em produzir conhecimento que dê conta do entendimento acerca do que está sendo feito para promover a inclusão de pessoas no universo do lazer turístico e será esse o tema do item Turismo Social. Mas antes, no próximo item, você verá a diferença entre lazer turístico e recreação turística.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. O contexto histórico e social facultou à atividade turística a possibilidade de ser encarada e vivenciada como forma de lazer – o lazer turístico – a uma parcela maior da população mundial. Assim sendo, descreva esse contexto. Disserte sobre alguns fatores que contribuíram para o incremento desse fenômeno.

Resposta Comentada

O avanço tecnológico dos meios de transporte somado à remuneração das férias foram os grandes propulsores do incremento da atividade turística. Nesse período, a referida atividade cresceu de tal forma que passou a ser adjetivada com termo “massa” ou “massivo”. O Turismo de Massa foi um fenômeno típico dos países industrializados ou “desenvolvidos”, pois a economia desses países permitia que seus cidadãos viajassem para outros. Os países de onde saíam esses turistas tornaram-se conhecidos como países ou pólos emissores de turistas e esses se interessavam, sobretudo, em conhecer países tropicais que coincidentemente eram os países menos ou não industrializados, denominados pólos receptores. Daí as denominações turismo emissor, turismo receptor, pólo emissor, pólo receptor que encontramos até os dias atuais.

Turismo: lazer e recreação

Lazer turístico

Existe hoje uma classificação que divide o lazer em seis tipos:

1) Lazer contemplativo – são as atividades ou conteúdos de lazer onde há apreciação dos valores relacionados à beleza

plástica, ou seja, tudo aquilo considerado bonito e agradável de ser visto. Este tipo de lazer é muito importante, pois vai mostrar ao usuário o respeito pelo uso, diminuindo, assim, a degradação e/ou depredação. Além disso, gera agradáveis sensações de repouso mental, de bem-estar, de relaxamento, entre outros.



Figura 14.5: Museu do Louvre – Paris.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 130066

2) Lazer recreativo – são as atividades ou conteúdos de lazer que utilizam a terapia ocupacional para com as pessoas. Para as crianças, seriam os parquinhos, o *playground*, as praças, e para os mais velhos, os locais com bancos fixos e mesas para jogos de cartas, dominós, xadrez, conversas etc.



Figura 14.6: Idosos com deficiências diversas realizando tarefas manuais.

3) Lazer cultural – são atividades de lazer ou conteúdos que envolvem a cultura de alguma forma, seja ela de apresentação, de ensinamento ou de conhecimento. É o tipo de lazer que, além de satisfazer o desejo de diversão e entretenimento, é indispensável para a produção de conhecimentos que contribuam até para a solução dos graves problemas que comprometem o desenvolvimento do país. Este tipo de lazer necessita de espaços bem projetados para a realização de manifestações culturais, apresentações teatrais, musicais, entre outros.



Figura 14.7: Apresentação de orquestra sinfônica.

Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 419675



Figura 14.8: Corrida matinal.

Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 657075

4) Lazer esportivo – são as atividades ou conteúdos de lazer que visam ao atendimento da aquisição de benefícios à saúde física e mental dos usuários. Esse tipo de lazer necessita de espaços como campo de futebol, quadras poliesportivas, pistas de *cooper*, área para ginástica, piscinas, e/ou qualquer equipamento para a realização da prática esportiva.

5) Lazer aquisitivo – são as atividades ou conteúdos de lazer que ocorrem em equipamentos ou edificações destinados às compras de objetos de uso pessoal ou doméstico como shoppings, feiras de artesanatos, hipermercados, restaurantes, lanchonetes, barraquinha etc., onde as pessoas também freqüentariam para passear e trocar idéias.

6) Lazer turístico – são as atividades ou conteúdos de lazer realizadas em grupos ou individualmente, onde haja o deslocamento e utilização de equipamentos típicos da atividade turística, tais como hotéis, pousadas, entretenimento etc.



Figura 14.9: Compras no shopping.



Figura 14.10: Viagem de ônibus.

A opção pelas viagens para ocupação do tempo livre é algo marcante em nossa sociedade. O conhecimento de novos lugares, novas pessoas, novas culturas e a quebra da rotina são percebidos pelos membros da sociedade ocidental como satisfação, relaxamento, divertimento, enriquecimento cultural e emocional.

Krippendorf acrescenta que “nos nossos dias, a necessidade de viajar é, sobretudo, criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. As pessoas viajam porque já não se sentem à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho, seja onde moram” (KRIPPENDORF, 2000, p. 14).

Camargo (1998) define lazer turístico como aquele que tem conteúdo ou atividade relacionados ao turismo. Nesse caso, o autor explica que as viagens turísticas são manifestações de lazer, pois algumas de suas propriedades (escolha pessoal, liberação e prazer) estão presentes nesse conteúdo ou atividade.



Figura 14.11: Turistas apreciando a vista.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 943288

O lazer turístico, devido a seu conteúdo que pode ser traduzido em enriquecimento cultural e social, pelo seu caráter integrador, por envolver o deslocamento, favorecendo a movimentação física e mental, está sendo encarado como algo necessário à qualidade de vida dos membros de nossa sociedade.

Como já foi apontado, o forte impacto das vicissitudes da vida urbana contribuem para que o lazer turístico seja apontado por muitos estudiosos como um elemento capaz de restaurar e promover as forças físicas e auxiliar no processo de relaxamento mental.

O ato de viajar traz benefícios para o indivíduo que objetiva aproveitar este tempo para seu desenvolvimento, seja por meio da descontração, do entretenimento, do conhecimento. A quebra na rotina, a compensação das energias perdidas no dia-a-dia e uma melhor qualidade de vida são os resultados do lazer em seu conteúdo turístico.

Por esse motivo, há um forte debate acadêmico acerca das possibilidades de elaboração e implantação de políticas públicas que visem incluir pessoas no universo do lazer turístico. Os estudos que dão conta dessa análise estão inseridos no item “Acesso ao lazer turístico: Turismo Social”, ao final desta aula. Mas antes, dando continuidade à distinção entre lazer turístico e recreação turística, você vai estudar este último.

Recreação turística

Você viu que o lazer turístico é aquele que se manifesta pelas viagens. Entretanto, dentro do período em que o turista estiver exercendo o lazer turístico, há espaço para atividades que se encaixam no que foi anteriormente definido na Aula 12 como recreação. O conceito de recreação, tal como foi explicitado informa que:

Recreação pode ser definida como uma função do lazer, sendo o momento ou a atividade em que o indivíduo está se auto-expressando através da ação. Soma-se a esse ponto, a procura de uma satisfação imediata, enquanto no lazer, o processo é mais amplo, tendo em vista o fato de envolver possibilidades como o descanso, por exemplo, que se opõe radicalmente à recreação... Na recreação, a atividade é espontânea, mas isso não equivale a dizer que seja algo realizado de qualquer forma, é um processo que mesmo em sua espontaneidade abrange uma renovação e recriação da atividade que foi colocada em prática como motivo de recreação... O jogo é o principal elemento utilizado pelas várias formas de recreação (p. 20 – 21).

A recreação turística pode ser definida como a recreação utilizada no preenchimento ou ocupação do tempo daqueles que estão realizando o lazer turístico. Exemplos de recreação turística:

- 1) brincadeira de mímica durante um trajeto de ônibus que leva turistas de São Paulo ao Rio de Janeiro;
- 2) atividades de cavalgadas de um hotel-fazenda.



Figura 14.12: Cavalgada em hotel-fazenda.
Fonte: <http://www.sxc.hu> ID 950366

A utilização do tempo que compreende o lazer turístico com atividades recreativas é algo que não deve ser desprezado pelos planejadores, organizadores e por todos aqueles que trabalham ou irão trabalhar nessa área, pois essas atividades possuem a capacidade de promover a integração dos participantes de um determinado roteiro de viagem, de minimizar a monotonia de

grandes percursos realizados em ônibus, de contribuir para o entretenimento em caso de algum imprevisto durante a viagem, de enriquecer o equipamento hoteleiro, entre outras possibilidades.

É muito importante para os equipamentos de lazer, sejam eles centros culturais, centros esportivos, clubes, museus, bibliotecas, parques, academias esportivas, entre outros estarem preparados para a promoção de programação de atividades recreativas, pois cada vez mais o público deseja interagir e não mais permanecer na posição de meros expectadores. Muitos museus, por exemplo, já perceberam essa mudança no público e têm adotado paralelamente às exposições oferecidas, atividades de recreação para crianças e idosos.

No que se refere ao turismo, hotéis convencionais, hotéis de lazer, pousadas e *resorts* investem na organização de atividades que visam ao entretenimento e recreação de seus hóspedes. Esses meios de hospedagem entendem que não basta o lazer turístico, pois é necessário fazer com que seus hóspedes aproveitem ao máximo a experiência produzida pela viagem e para isso colocam à disposição recreadores para ocuparem as crianças e adolescentes, para produzir atividades recreacionais para os pais e também uma infinidade de espaços para que os próprios hóspedes escolham o que fazer.



Espaços e atividades de lazer e entretenimento do Club Med Rio das Pedras

Pertencente à famosa rede francesa Club Mediterranée, o Club Med Rio das Pedras está localizado entre Mangaratiba e Angra dos Reis, a 120km ao sul do Rio de Janeiro, entre o mar e a Mata Atlântica, num dos pontos mais belos da região. Dotado de uma das mais diversificadas estruturas de lazer em *resorts* no Brasil, com destaque para as atividades realizadas pelos GOs (Gentil Organizador), isto é, os recreadores de plantão para atender ao hóspede em todas as suas necessidades de diversão, o Club Med oferece muita diversão e conforto para todas as idades, em meio ao cenário paradisíaco da Costa Verde do Rio de Janeiro. O resort conta em sua área de lazer e entretenimento com:

- 9 quadras de tênis oficiais (cobertas e não cobertas)
- 2 quadras de *squash*
- Vôlei de praia
- Campo de futebol
- Arco e flecha
- Salão de jogos
- Boate
- Bares e restaurantes
- *Fitness Center* com modernos equipamentos
- Sauna seca e a vapor
- Lazer náutico (*banana boat*, esqui aquático, *windsurf*, caiaques, canoas, vela, etc.)
- Passeios de escuna e lancha
- Míni clube para crianças a partir de 3 anos
- Recreadores para adultos e crianças



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. A seguir, você terá um quadro de atividades de lazer. Escreva ao lado se estão relacionadas ao lazer contemplativo, recreativo, cultural, esportivo, aquisitivo, turístico ou se é uma atividade de recreação turística.

Fazer <i>cooper</i>	
Visitar um museu de sua cidade	
Assistir à apresentação de uma orquestra	
Jogar xadrez na praça de seu bairro	
Fazer compras de <i>souvenirs</i> quando está viajando	
Fazer compras no <i>shopping center</i> de seu bairro	
Mergulhar na piscina do hotel em que se está hospedado	
Fazer caminhadas pelas trilhas de um parque quando estamos viajando	
Visitar uma exposição de artes gráficas	
Viajar para a Itália nas férias	
Brincar de pique-esconde	
Assistir a uma peça teatral	
Passar o final de semana em uma cidade diferente da nossa	
Pular corda	
Praticar atividades programadas pelos GO's do Club Med	

Resposta Comentada

Para identificar as atividades é necessário, que, primeiro, você observe a situação a que ela se refere. Se vier a indicação de que a atividade refere-se a algo que está ocorrendo durante uma viagem, pode-se pensar em recreação turística. Você deve observar que a recreação turística ocorre dentro da experiência da viagem, mas não é a viagem em si, pois a viagem em si mesma é denominada

lazer turístico. Já as demais atividades de lazer devem ser analisadas a partir dos referenciais informados durante a aula. Assim, as atividades relacionadas à observação, ao prazer de ver podem ser consideradas como lazer contemplativo; as de lazer recreativo envolvem brincadeiras, jogos e movimento; o esportivo, alguma atividade esportiva; o lazer cultural, os benefícios resultantes da fruição de conhecimento ou aproveitamento de algo que gere enriquecimento para a cultura do indivíduo e o aquisitivo envolvem compras e aquisições.

Acesso ao lazer turístico: turismo social

O lazer turístico tem sido um tema bastante pensado e estudado por todos aqueles que estão preocupados com a sociedade moderna. Para os estudiosos do turismo e aqueles que irão trabalhar na atividade turística, a criação e a implementação de possibilidades que visam atender ao maior número de pessoas é algo instigante. No caso brasileiro, por exemplo, há uma série de programas com essa finalidade, entre eles, o Viaja Mais Terceira Idade e um outro programa, bem mais antigo denominado Albergues da Juventude.

Os exemplos mencionados têm em comum o fato de estarem relacionados a um público específico: idosos e jovens. Ambos partiram do princípio de que os segmentos para os quais eles se dirigem não teriam condições econômicas para usufruírem o lazer turístico se não fossem “ajudados” por políticas públicas. Os jovens, geralmente não possuem condições financeiras, pois estão se iniciando no mercado de trabalho e os idosos, embora possuam suas aposentadorias, muitas vezes recebem valores insuficientes para o investimento em viagens. Daí a idéia de promover projetos e programas que facilitem a vida dessas pessoas no que se refere ao lazer turístico. Essa é a idéia-base do Turismo Social. Veja agora como isso ocorreu.

No século XIX, o fenômeno da industrialização continuava influenciando e modificando os hábitos e costumes das diversas camadas sociais. Nos anos finais do século XIX, alguns Estados estabeleceram o direito de férias a seus funcionários

e, historicamente, essa foi uma das primeiras classes a desfrutar desse direito. À medida que as exigências do trabalho permitiam, os empregados do Estado, que hoje entendemos como funcionários públicos, contavam com uma série de dias livres ao ano, embora fossem descontados de seus salários.

Regulamentações semelhantes foram sendo cada mais estendidas aos empregados de todos os níveis da organização do Estado. Posteriormente, o direito às férias foi aplicado aos empregados e agentes comerciais. No começo do século XX, intensificou-se a pressão para que as férias fossem remuneradas. Na Alemanha daquela época, isso já era um costume nos ambientes comerciais.

Antes da Primeira Guerra Mundial, as férias ainda eram algo incomum para o operariado, pois não estavam regulamentadas e eram defendidas unicamente por empresários simpaticizantes da idéia ou preocupados com a maior humanização da atividade trabalhista.

A introdução das férias resultou em um maior tempo livre, elemento que favoreceu, além da possibilidade de um descanso prolongado, a busca por outras atividades de interesse dos trabalhadores. Inicialmente, as férias não eram remuneradas, entretanto, avanços nas leis trabalhistas facultaram aos trabalhadores essa remuneração. A partir daí, houve uma valorização do lazer.

A valorização do lazer por parte da sociedade de então gerou uma série de ações conduzidas pelos sindicatos de trabalhadores, pelos governos de alguns países europeus e por ordens religiosas. Um dos grandes movimentos ocorridos nessa época e que tinha como intenção principal o lazer dos trabalhadores foi o surgimento de colônias de férias, que, em sua maioria, eram dirigidas por ordens religiosas.

No período entre as duas guerras mundiais surgiram na Europa organizações vinculadas aos sindicatos que buscavam organizar o tempo livre dos trabalhadores e oferecer um quadro de atividades possíveis para se ocuparem durante as férias.

Data desse momento o aparecimento de diversas organizações turísticas, que tinham como objetivo oferecer programas de férias ao conjunto de trabalhadores menos favorecidos. Essas organizações se desenvolveram graças ao apoio de centrais sindicais, grupos religiosos, escolas e associações de jovens, e muitas delas contavam com subsídio do Estado.

Ao serem percebidas como um valor central na ordem social resultante do sistema capitalista, as várias manifestações de lazer ganharam destaque. Assim, o que é atualmente denominado lazer turístico, isto é, aquele tem conteúdo ou atividade relacionados ao turismo, foi também incentivado. Entretanto, para a maioria esmagadora dos trabalhadores daquela época, a viagem em si, ou seja, o deslocamento, assim como a estada fora do local de suas residências, elementos constitutivos da atividade turística, eram coisas quase impossíveis, pois o preço cobrado por esses serviços ia muito além do que eles podiam pagar.

Com o objetivo de favorecer o acesso ao lazer turístico, foi instituído em Bruxelas, na Bélgica, no dia 7 de junho de 1963, o Bureau International du Tourisme Social (BITS), cuja missão era e ainda é promover mecanismos de acesso e inclusão de grupos sociais desfavorecidos na prática turística, por meio do Turismo Social.

O BITS conceitua o turismo social como o conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas de caráter social bem definidas, mas que implicam o predomínio da idéia de serviço e não de lucro.

No congresso de Turismo Social ocorrido em Viena e Salzburgo no ano de 1959, propôs-se a seguinte definição: "O turismo social é aquele praticado por grupos de baixa renda, que não poderiam pagar os custos desse lazer sem uma intervenção social, isto é, sem assistência de uma associação à qual o indivíduo pertence."

O Turismo Social é caracterizado por dois elementos:

1) a idéia de meios limitados com que conta o indivíduo para viajar;

2) é subsidiado pelo Estado ou por autoridades locais, empregadores, sindicatos, clubes ou outras associações às quais o trabalhador pertença.

Pelo exposto, você pode perceber que o Turismo Social é uma concessão de facilidades, por meio dos serviços públicos, para que pessoas de recursos escassos viajem com fins recreativos, dentro das melhores condições possíveis de economia, segurança e comodidade.

A Abrastur é uma das iniciativas de Turismo Social criadas no Brasil com o objetivo de congregar as cooperativas e os clubes de turismo social, na busca permanente de observar, cumprir e fazer cumprir fielmente a legislação vigente, seu estatuto social e seu código de ética, zelando pelo prestígio moral, profissional e social de seus associados, defendendo seus direitos e interesses coletivos e individuais junto ao *trade* e aos poderes públicos.

O Sistema de Turismo Social tem como objetivo proporcionar ao trabalhador brasileiro e aos seus familiares saúde preventiva, por meio do lazer e do descanso, utilizando diárias da rede de hotéis conveniada nos principais destinos turísticos do país e em qualquer época do ano, gerando uma grande demanda e diminuindo de forma significativa a ociosidade da hotelaria nacional.



A Abrastur, representante da categoria no Conselho Nacional de Turismo, juntamente com as principais entidades representativas do setor, conscientes de que o turismo é uma das atividades que mais cresce no mundo, conta agora com visão simétrica dentro do governo, que estabeleceu o turismo como uma das prioridades no programa do Governo Lula, pelo Ministério do Turismo, tendo sua ministra, Marta Suplicy, confirmado que todo o investimento efetuado no turismo tem um retorno rápido e é a melhor forma de distribuição de emprego e renda, superando qualquer atividade econômica.

Fonte: <http://www.abrastur.com.br/>

Em 1948, o Sesc criou o projeto pioneiro do Turismo Social com o intuito de democratizar o acesso às belezas naturais e às riquezas culturais do país, além de permitir integração entre os viajantes. Comerciantes com renda mensal de até seis salários mínimos e grupos da terceira idade constituem a clientela principal do Turismo Social do Sesc. A programação, coordenada por profissionais e especialistas, inclui aspectos culturais, passeios, caminhadas e excursões pelo país. As opções vão do turismo de lazer e do turismo ecológico ao turismo cultural, rural e o de eventos, sem esquecer os aspectos relacionados com a educação, a religião e a saúde.

Quase 60 anos depois da implantação, o sucesso do Turismo Social do Sesc é tão grande que os números são comparados aos de uma operadora de turismo nacional. Em 2004, foram 1.950 excursões, atendendo a 191.161 turistas, que se hospedaram em algum dos 42 Centros de Lazer e Turismo do próprio Sesc, presentes em 20 estados. No roteiro, excursões rodoviárias, rodoviárias ou aéreas para destinos de praia, montanha, do segmento histórico ou do ecológico.

De acordo com Carlos Henrique Falcão, técnico em Turismo Social do Sesc nacional, o diferencial não está apenas no preço em conta que inclui hospedagem, meia pensão, transporte, passeios, seguro e guias e que pode ser parcelado por financiamento próprio (em alguns casos, em até 12 vezes) ou

cartão de crédito. Está também na qualidade dos serviços e na preocupação educacional, cultural e de integração.

Os números expressam ainda o perfil da clientela: 77% encontram-se na faixa de um a seis salários mínimos. O objetivo é criar nas pessoas o hábito de viajar, formar clientes para o turismo comercial, e não competir com ele.

Para atender a esta demanda, a infra-estrutura do Turismo Social do Sesc é constituída de uma rede nacional, que inclui hospedarias (hotéis) em 20 estados, inúmeras colônias de férias, balneários, centros campestres e estâncias ecológicas, além de duas unidades de RPPN (Reservas Particulares de Patrimônio Natural), dedicadas exclusivamente ao turismo ecológico.



Seguir as tendências do mercado também faz parte do Turismo Social do Sesc. O ecoturismo entrou nos roteiros, entretanto, a importância da preservação dos destinos faz parte dos programas, que não se resumem a apresentar as praias paradisíacas de Jericoacoara e Porto de Galinhas ou as belas cachoeiras de Bonito e Chapada dos Veadeiros. Eles permitem ao turista descobrir meios de contribuir para a preservação do patrimônio natural, seja participando de ações ambientais, seja conhecendo o trabalho desenvolvido por cientistas dentro das RPPN mantidas pelo Sesc. A do Sesc Pantanal é uma das mais notáveis, não só pela riqueza da flora e da fauna pantaneiras, mas também pelo teor das pesquisas que ali são desenvolvidas e pela infra-estrutura oferecida a turistas, ambientalistas e pesquisadores. Imperdíveis são os passeios pelas reservas e também ao Centro de Interpretação Ambiental. Lá, com recursos audiovisuais, é possível conhecer tudo o que o Sesc vem fazendo em termos de pesquisas e ações comunitárias para preservar a região para que as futuras gerações também possam desfrutar das belezas.

Além do Sesc, o Senai e os Albergues da Juventude também são sinônimos de Turismo Social no Brasil. No Senai, as opções são as colônias de férias para associados, que permitem lazer com a família a preços módicos. Já os albergues, que têm como lema promover o intercâmbio cultural, são garantia de integração entre jovens de diversos países, pagando diárias bastante em conta. Em todo o país são 88 unidades, espalhadas por 27 estados.

O Turismo Social do Sesc começou em 1948 com a inauguração da Colônia de Férias de Bertoga, no litoral paulista. Ao longo dos anos, outras unidades foram inauguradas por todo o país, dando início às Caravanas de Turismo na década de 1950. O que seria apenas mais uma opção de lazer para os comerciários teve seu conceito ampliado e, no fim dos anos 1970, foram realizadas as primeiras excursões rodoviárias, utilizando os equipamentos do Sesc existentes em vários estados. O sucesso da iniciativa obrigou o projeto a integrar redes hoteleiras, incrementar os passeios e investir em infra-estrutura. Tudo para atender à crescente procura. Hoje, 2.900 pessoas trabalham diretamente na Rede de Turismo Social do Sesc.

Os roteiros turísticos são destinados a comerciários ou prestadores de serviço matriculados no Sesc. Entretanto, os trabalhadores que não pertencem à categoria podem se matricular como usuário e pagam tarifas diferenciadas.

Fonte: <http://www.turinews.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=184&sid=8>

O lazer é um instrumento de promoção social que serve para auxiliar na reposição das forças físicas e relaxamento mental, estabelecer novas perspectivas de relacionamento social, promover a integração do indivíduo no seu contexto social, espaço onde desenvolve sua capacidade crítica, criativa e transformadora. Embora esteja clara a importância do lazer, está claro também que grandes camadas da população, nos mais diversos países, inclusive no Brasil, não têm acesso às distintas atividades de lazer.

No que se refere à possibilidade de acesso ao lazer, por meio do lazer turístico, o Turismo Social tem sido o mecanismo de inclusão dos grupos sociais que historicamente não contavam com essa possibilidade e que limitavam suas atividades de lazer ao recreacional ou esportivo. Dessa forma, o Turismo Social é um ato de justiça social a favorecer as camadas populacionais que mais o exigem e que são economicamente frágeis.

Assim sendo, o Turismo Social possui em sua essência a idéia da democratização de um serviço, com intenção de colocá-lo ao alcance das maiorias. Esse tipo de turismo procura entender e atender às necessidades de grupos específicos (trabalhadores, jovens, estudantes, idosos, deficientes, etc.) e, por esse motivo, diferencia-se do Turismo Comercial (aquele que atende ao público que pode pagar integralmente por esse serviço).

O Turismo Social é caracterizado como um setor com identidade própria porque é composto por elementos particulares como, por exemplo, os preços inferiores aos praticados no turismo comercial, sendo a diferença suportada pelas organizações ou instituições que o promovem; a subvenção, que vem a ser o apoio financeiro concedido pelo Estado, sindicatos ou empresas que o viabilizam; instalações de hospedagem dotadas de espaços de sociabilidade e de adaptação às necessidades de cada grupo; os locais escolhidos para sediar os empreendimentos que se dirigem ao Turismo Social não são necessariamente os mais belos ou bem localizados e sim pela oportunidade do negócio. A recreação turística organizada para os grupos de Turismo Social tem um caráter sociocultural, cujo propósito é o aumento da

Conclusão

A regulamentação de uma série de direitos trabalhistas e o avanço tecnológico, entre outras mudanças ocorridas na sociedade no período posterior à Segunda Guerra Mundial, foram os responsáveis pelo fenômeno denominado “Turismo de Massas”. Entretanto, o referido fenômeno restringiu-se a um aumento do número de pessoas que passaram a fazer turismo, mas, embora tenha sido bastante significativo o crescimento do número de turistas, não houve de fato uma popularização da atividade turística, pois essa continuou restrita àqueles que podiam pagar valores mais baixos, devido ao preço competitivo do transporte aéreo, por exemplo, mas ainda muito alto para a grande maioria dos trabalhadores. Portanto, como o lazer turístico é algo percebido como necessário, devido ao enriquecimento cultural e social que proporciona, ao relaxamento mental e físico com que beneficia seus adeptos, surgiu o Turismo Social como uma estratégia de inclusão de pessoas que individualmente não teriam como arcar com os custos dessa prática. Dessa forma, o Turismo Social é uma possibilidade de lazer turístico para aqueles que não conseguiriam usufruir dos benefícios da experiência turística se não fossem subsidiados por entidades de classe, do Estado ou mesmo empresas privadas.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Na sua opinião, o Turismo Social é uma forma de inclusão de pessoas aos benefícios do lazer? Justifique.

Resposta Comentada

O Turismo Social é fruto da proposta de popularização do turismo. Você viu nesta aula, que nos anos de 1950 e 1960 houve uma massificação da atividade; entretanto, o fenômeno denominado “massificação do turismo” não alcançou os países mais pobres e camadas populares dos países ricos. Com a mudança de paradigma social e a crescente valorização e reconhecimento dos benefícios, assim como a necessidade do lazer de qualidade, o turismo entrou na lista das atividades mais importantes para ser praticada nos momentos dedicados à fruição do tempo livre. Porém, como nem todos têm condições para arcar com os custos desse tipo de investimento, surgiu o Turismo Social como forma de corrigir e amenizar as dificuldades de acesso à prática turística, elemento que favorece a inclusão de pessoas aos benefícios do lazer turístico.

Resumo

O lazer turístico é aquele cujo conteúdo é pautado na experiência relacionada à utilização de elementos da atividade turística. Ele se distingue da recreação turística, pois esta pressupõe as atividades que são realizadas durante o período em que o turista estiver vivenciando o lazer turístico. Dada a importância que o lazer assumiu em nossa sociedade, a produção de estratégias de acesso a ele têm sido cada vez mais buscadas. O Turismo Social corresponde a uma dessas estratégias que, no âmbito da atividade turística, visa promover o acesso ao lazer em seu conteúdo turístico.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá estudar as políticas públicas de lazer. Tendo em vista que o lazer é algo fundamental e necessário à vida cotidiana, é importante pensar e entender que é importante haver políticas públicas para elaborar e organizar esse aspecto da vida social.

15

Políticas públicas de lazer – Parte I

Meta da aula

Apresentar as noções que permeiam o atual sistema de programas e projetos destinados ao lazer, assim como os conceitos relacionados à política de lazer.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer a necessidade do planejamento do lazer;
- 2 reconhecer a necessidade de políticas públicas voltadas para o lazer;
- 3 identificar que as políticas brasileiras que se destinam à organização do lazer não atendem a sua atual concepção.

Introdução

A Constituição Federal Brasileira dispõe no artigo 6º que: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” Os direitos sociais são aqueles que visam às melhores condições de vida e de trabalho. Entretanto, dentre todos os direitos sociais relacionados no referido artigo, o lazer tem ocupado posição periférica no que se refere a políticas voltadas para o fomento e desenvolvimento do mesmo, pois não encontramos um órgão governamental responsável pela elaboração e execução de políticas destinadas ao lazer.

As políticas governamentais estão bastante atreladas às leis do mercado e, dessa forma, não estão conectadas com as necessidades básicas. Nessa perspectiva, o lazer é encarado como um bem de luxo, restringindo-se às camadas economicamente superiores, que podem investir seu tempo disponível e recursos financeiros. Essa visão favorece a um determinado modelo de política pública de lazer, que reafirma as possibilidades de fruição daqueles que historicamente já possuem acesso ao universo do lazer.

Por outro lado, uma camada da população está excluída dos benefícios resultantes da prática de atividades de lazer, e deve ser para esta a formulação de políticas públicas de lazer atreladas a uma concepção de qualidade de vida, de inclusão social e de fortalecimento da cidadania. Assim sendo, na aula de hoje, você irá estudar os conceitos relacionados à política pública de lazer.

Qualidade de vida

Na aula 12, você estudou um pouco sobre qualidade de vida. Agora, você irá analisar essa mesma questão tendo como base de reflexão a discussão sobre as políticas públicas de lazer.

Quando o tema é qualidade de vida, há dois pontos que devem ser considerados: o que é e para quem, pois o conceito e o alvo de aplicação, isto é, o público para quem são direcionadas as atividades de lazer, tornam complexo o processo de elaboração de programas e projetos dessa finalidade.

O conceito, ou seja, o que é qualidade de vida, foi estudado na referida aula. Assim sendo, cabe neste momento refletir em “para quem” os projetos que visem à qualidade de vida devem incidir. A pergunta que se coloca é: há uma idade específica para que o ser humano viva com qualidade? A resposta é: a qualidade deve ser priorizada em todas as idades e nos diversos momentos da vida, no trabalho e no ócio, uma vez que não basta conseguir.



Figura 15.1: Ausência de qualidade de vida.
Fonte:www.sxc.hu Image ID: 987227

A qualidade de vida depende do acesso à informação, à instrução, ao lazer, à saúde, à moradia, enfim, a todos os direitos sociais. Nesse sentido, qualidade de vida é mais que um simples estado de bem-estar que geralmente associa felicidade com abundância, com possuir mais; deve buscar o pleno desenvolvimento do ser humano e do ambiente. Relacionar-se com o outro, com o ambiente, com o planeta de forma harmônica e responsável é pré-requisito para a qualidade de vida das pessoas e das instituições.



Figura 15.2: Relação ser humano e meio ambiente complicada pela ausência de harmonia com as condições de sobrevivência.

Fonte: www.sxc.hu

Essa visão da vida desconsidera a produtividade e o consumo como prioritários, pois prioriza a satisfação das necessidades humanas antes da econômica, e o tempo livre deixa de ser aquele momento em que somente recuperamos as energias para voltar a trabalhar, tendo em vista que este momento é percebido como uma possibilidade de envolvimento em atividades que melhorem nossa qualidade de vida, por meio dos momentos de lazer.

Na relação lazer e qualidade de vida, é necessário ver o lazer pela sua possibilidade socioeducativa, capaz de gerar na sociedade valores que transformem a relação predatória homem/natureza em uma relação harmônica e equilibrada.

Atualmente, quando se pensa em lazer, é comum justificá-lo como uma necessidade para a reposição das energias físicas perdidas durante o processo de trabalho ou então como a parte “boa” desse mesmo processo. No primeiro caso, o lazer seria uma terapia e, no segundo, um prêmio pelo trabalho realizado. Ambas justificativas não estão erradas, mas são insuficientes para dar conta de uma questão extremamente complexa.

O lazer é uma possibilidade de construção de valores sociais, inclusive de qualidade de vida. Por esse motivo, deve-se avançar na percepção de lazer como produto de consumo ou mercadoria e analisá-lo como uma possibilidade de realização humana, de transformação social.

Essa visão do lazer, como agregador de valores e melhoria da qualidade de vida, justifica e torna necessária a elaboração de políticas públicas. Políticas que venham a produzir a transformação de uma sociedade desigual no acesso à qualidade de vida em uma outra na qual as possibilidades, o acesso e a fruição dos bens sociais alcancem a todos.

Planejamento do lazer

O fator econômico é primordial quando se analisam possibilidades de dispor de tempo livre e de acessar opções de lazer. As pessoas precisam se preocupar cotidianamente com sua sobrevivência e para isso necessitam trabalhar para ganhar o salário que irá manter suas necessidades básicas. Devido às incoerências do mercado de trabalho e políticas econômicas, cada vez mais, o trabalhador é obrigado a criar novas estratégias que rendam mais recursos econômicos para sobreviverem.

Desse ciclo vicioso não resta tempo disponível para atividades de lazer, até porque as opções tradicionais, como as festas de bairro, confraternizações com a vizinhança, entre outras, estão desaparecendo devido à violência e à criminalidade cada vez mais alarmantes. Essa conjuntura torna a vida desse trabalhador ainda mais empobrecida porque ele fica restrito à

participação em atividades gratuitas (promovida pelo poder público) e próximas de sua residência (para não gastar dinheiro com a locomoção).

Nesse contexto, as atividades de lazer ficam restritas a uma pequena parcela da população, pois seu acesso é somente para aqueles que podem pagar por esse “luxo”. Essa elite, no que se refere ao acesso ao lazer, já conta com as condições próprias para a fruição do mesmo.

Vale acrescentar, que diferentemente do que é afirmado por muitos analistas e críticos sociais, aqueles que não têm acesso ao lazer também gostariam de participar de atividades semelhantes. A prova desse argumento está no fato de que o investimento implica somente o deslocamento, como a frequência a parques e a outras áreas verdes. A participação da população, em geral, é quase sempre muito acima da expectativa.

Se o lazer é uma das possibilidades de qualidade de vida, se há uma parcela da população que não tem acesso a esse tipo de atividades de lazer, mas que tem o interesse em usufruir do mesmo, a quem caberia a responsabilidade de produzir os meios de acesso e o lazer propriamente dito? Se entendermos o lazer como uma necessidade e ao mesmo tempo como possibilidade de melhoria da qualidade de vida, o Estado ganha um papel principal como elemento gerador de políticas para o atendimento dessa finalidade.

Entretanto, a falta de espaços destinados ao lazer público, a falta de equipamentos, como praças e quadras de esportes, por exemplo, e a inexistência de políticas efetivas e continuadas de lazer voltadas para as periferias revelam o descaso e o desinteresse com que a questão é tratada em muitos municípios brasileiros.

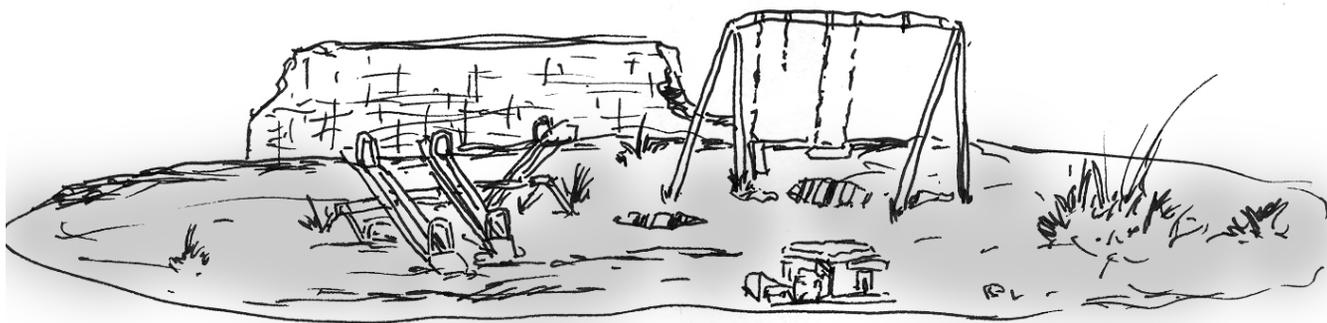


Figura 15.3: Praça pública abandonada.

Nesse sentido, é indispensável que o lazer passe a constar na pauta dos responsáveis pelas políticas públicas, visto que essa atividade em suas diversas dimensões é um componente fundamental na construção de qualidade de vida para a população como um todo. A carência de políticas públicas eficientes de lazer limita a parcela da população que por si mesma não tem condições de acessar as possibilidades de lazer e acaba por reafirmar o acesso daqueles que podem, pois favorece a privatização de atividades e espaços de lazer.



Figura 15.4: Espaço de lazer privatizado.

Fonte: www.sxc.hu

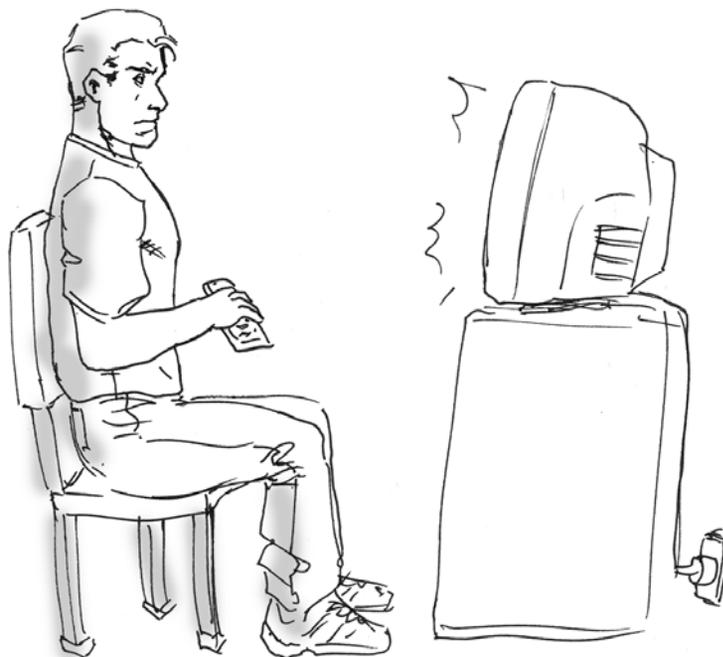


Figura 15.5: A televisão como possibilidade de lazer para a maioria da população.

Por outro lado, as poucas políticas destinadas ao lazer existentes carecem de planejamento para seu efetivo sucesso. Há várias definições de planejamento e todas remetem a um tipo de organização para o futuro. Assim, podemos definir planejamento como uma orientação que busca alcançar objetivos em futuro determinado, sendo que essa orientação visa afastar circunstâncias fortuitas ou externas. Planejar é uma tentativa de definir e seguir uma direção desejada.

Na esfera do poder público, planejar equivale à tomada de decisões para a escolha de objetivos bem determinados e os meios mais adequados para atingi-los.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Responda à seguinte questão: por que o planejamento é um instrumento importante na disseminação do lazer e da qualidade de vida?

Resposta Comentada

Todo o planejamento envolve um diagnóstico da situação atual. Ao analisarmos o momento presente é possível perceber onde estão situados os pontos que necessitam ser corrigidos ou excluídos do processo de planejamento. No caso do lazer, esse movimento responderá quais os setores da sociedade que carecem de atenção e do desenvolvimento de políticas públicas que visam ao fomento das práticas de atividades de lazer que envolvam também um ganho na qualidade de vida da população.

Conceito de política

Para o filósofo grego Aristóteles, política é a ciência que tem por objeto a felicidade humana. Ele dividiu o estudo sobre a política em Ética, que vem a ser a reflexão acerca da conduta individual do homem na *pólis*, e a política propriamente dita, que vem a ser a condução coletiva dessa *pólis*. A reflexão aristotélica tinha por finalidade o estudo das formas de governo e das instituições capazes de assegurar uma vida plena aos cidadãos.

Pólis

Significa cidade. Pode ser entendida também como a comunidade organizada e formada pelos cidadãos, isto é, pelos homens nascidos no solo da cidade, livres e iguais.

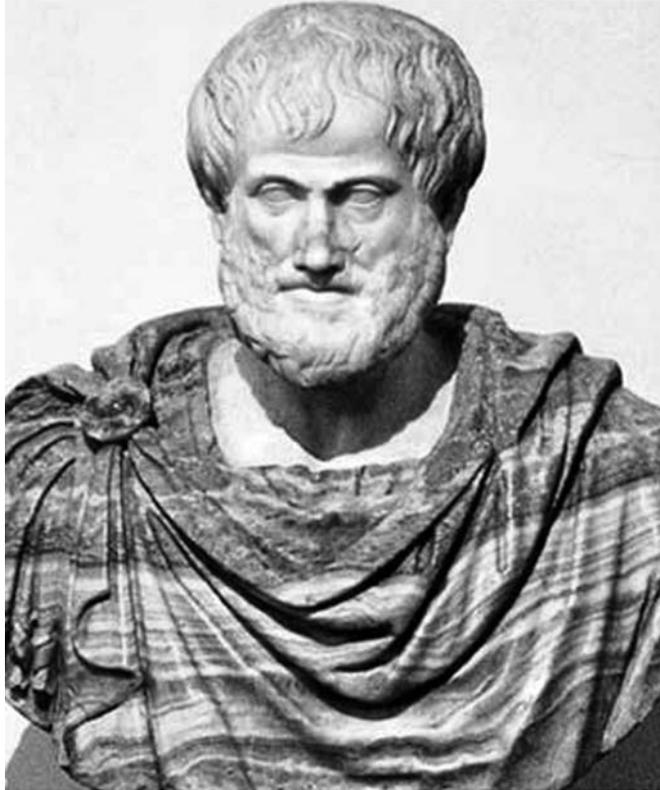


Figura 15.6: Aristóteles.

<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/a/fotos/aristoteles.jpg>

O termo política é derivado do grego antigo *politikós*, que indicava todos os procedimentos relativos a *pólis* ou cidade-Estado. A política, em sua definição mais elementar, é uma atividade social relacionada ao exercício do poder; indo mais além, podemos defini-la como a atividade que se propõe a garantir pela força, fundamentada no Direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade particular. O uso da força distingue o poder político das outras formas de poder.



Figura 15.7: O poder legislativo em Brasília.

Fonte: www.sxc.hu

Já o conceito de poder varia em função da corrente de pensamento abraçada pelos diferentes autores que se propuseram a estudar o tema. Para evitar uma longa retomada no pensamento de diversos autores, ficaremos com a definição de Max Weber, um dos maiores especialistas no tema, que conceituou poder como sendo “a probabilidade de um certo comando com um conteúdo específico ser obedecido por um grupo determinado”.

Todos os tipos de planejamento envolvem um grau significativo de poder. O conceito de planejamento está intimamente ligado ao fenômeno do poder, pois planejar é um processo de tomada de decisões que atingirá um conjunto de pessoas.

Conceito de política pública

Política pública pode ser definida como o conjunto de ações executadas pelo Estado e dirigidas a atender às necessidades de toda sociedade. Embora, como você viu no item anterior, a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é exercida somente pelo Estado, com linhas de ações que buscam atender ao interesse público e são direcionadas para o bem coletivo.

A teoria política e a teoria da administração em muito contribuíram para a formulação do conceito de política pública. Dessas perspectivas resultou a orientação da noção de tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos, mas existe diferença entre política e política pública. A primeira é uma escolha entre várias alternativas e a segunda é essa escolha voltada para a coletividade, sendo que engloba também uma decisão política.

Embora o conceito de políticas públicas seja oriundo da reflexão sobre política e administração, ele vem sendo utilizado em variadas áreas, pois permite considerar o estudo do espaço social antes da implementação de programas e projetos que atendam à população.

Por meio de um conjunto de ações voltadas para a garantia dos direitos sociais e que expressem a transformação de procedimentos em torno da alocação de bens e recursos públicos, as políticas públicas visam à solução de questões relacionadas à liberdade e à igualdade, ao direito à satisfação das necessidades básicas, como emprego, educação, saúde, habitação, acesso à terra, meio ambiente, transporte, lazer etc.

Breve histórico das políticas de lazer no Brasil

Entre os anos de 1946 e 1964, período da história brasileira que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista, ocorreram grandes transformações no que se refere ao desenvolvimento econômico. Até então, nossa economia era baseada em uma economia rural e de importações, sendo que nesse período surgiu a indústria automobilística, mineradora, siderúrgica e de extração de petróleo.

Com essas mudanças e a adoção de uma política trabalhista, o lazer é impulsionado pelo maior acesso a espetáculos e pela valorização dos momentos livres do trabalhador, que tinha nos clubes das empresas e indústrias em que trabalhava a possibilidade de lazer e diversão.

As classes média e alta concentravam suas atividades de lazer em peças de teatro e demais apresentações de cunho intelectual-reflexivo, em clubes esportivos e passeios de carro pelas estradas; já os setores operários usufruíam atividades de lazer programadas e realizadas por eles próprios nas ruas, nas festas em comunidades, nos circos, **quermesses** e demais festas católicas.

Quermesse

Festa de cunho comunitário e religioso elaborada com fins de obtenção de recursos para a manutenção de despesas da ordem religiosa que a organiza.

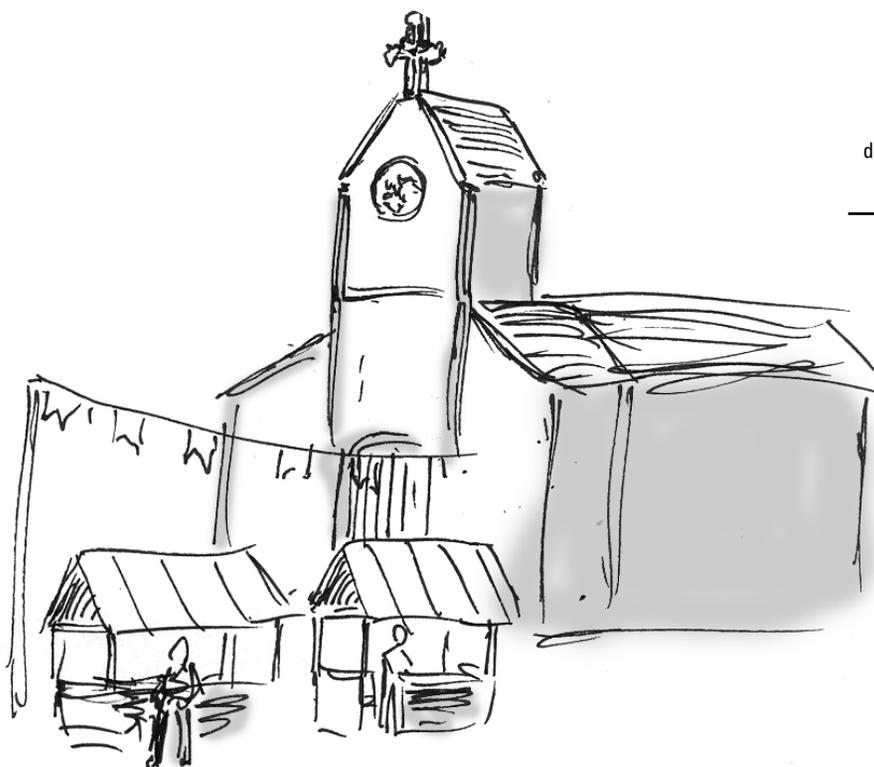


Figura 15.8: Quermesse.

Com o crescimento urbano e o desenvolvimento dos meios de comunicação e da indústria cultural, ocorridos a partir de 1964, as manifestações de lazer vão se transformar. O regime militar, pautado na repressão policial e na censura, promoveu a redução das expressões artísticas e transformou as ruas em lugares fortemente vigiados, resultando na resistência por parte de um movimento de esquerda que chegou à luta armada.

Esse contexto favorece o fortalecimento da televisão como um dos meios principais de lazer e diversão de todas as camadas sociais brasileiras, pois paralelamente houve a facilitação dos

preços para a compra de televisores. O cinema, viagens de fim de semana para as casas de praia ou campo e passeios de carro, assim como a televisão, estavam entre as atividades de lazer mais utilizadas nesse período pelas classes média e alta.

O operariado também teve o seu lazer transformado com o regime militar. O controle, necessário à manutenção da nova ordem social instalada pelo governo militar, era também exercido sobre todas as manifestações e atividades de lazer e esse panorama imprimiu uma nova dinâmica nas relações entre vizinhos e na espontaneidade das brincadeiras realizadas nas ruas pelas crianças. Dessa forma, para o operariado, a televisão passou a ser a grande possibilidade de lazer.

A política dos militares em relação ao lazer consistiu basicamente no investimento na área esportiva, por meio do incentivo à formação de atletas para participação em jogos olímpicos e campeonatos mundiais, na construção de estádios e parques esportivos. Todo esse incentivo ao esporte servia como propaganda e forma de divulgação das melhorias alcançadas pelo país por meio do regime militar.

Enquanto o esporte foi utilizado como forma de lazer e de propaganda política pelo regime militar, outras formas de lazer foram sufocadas e suprimidas nesse contexto. A cultura, por exemplo, foi dissociada do lazer e somente a televisão e filmes não censurados que eram apresentados nos cinemas possuíam espaço nesse regime.

A partir de 1985, o que se vê são os desdobramentos da política de lazer construída pelos militares. Dessa forma, as classes média e alta usufruem de um lazer próximo semelhante ao das elites internacionais como as viagens para outros países; passeios nos fins de semana, tendo em vista que as estradas foram um grande investimento do regime militar; clubes fechados; museus e apresentações musicais. Para a classe popular é reafirmada a prática de esporte, especialmente o futebol; parques de diversões e circos das periferias e as atividades programadas



Figura 15.9: Taça Jules Rimet.

e executadas pelo SESC (Serviço Social do Comércio) e SESI (Serviço Social da Indústria).

No começo da década de 1990, podemos perceber uma ênfase no lazer turístico, pois o processo de globalização e o novo paradigma da sustentabilidade ajudam a elevar o turismo no Brasil à condição de bem social, devido às possibilidades de trocas culturais, conhecimento de culturas e ambientes naturais distintos daquele de origem e de reequilíbrio físico e mental.



Figura 15.10: Uma possibilidade de lazer turístico.
Fonte: www.sxc.hu

Atualmente, as políticas públicas de lazer no Brasil estão passando por um processo de autocrítica e têm buscado o apoio não somente no esporte, mas também em outras formas de manifestações de seu conteúdo, como a aquisição de conhecimento e o turismo.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Esta atividade refere-se à necessidade de políticas públicas voltadas para o lazer. Assim sendo, faça uma pesquisa na internet, em jornais ou revistas ou mesmo na secretaria que cuida do lazer de seu município, para verificar quais os programas e projetos de políticas públicas estão em andamento. Caso haja, descreva-os e, caso não encontre, procure perceber as necessidades de lazer de sua região e estabeleça possibilidades de programas e projetos.

Resposta Comentada

Você pode verificar se há projetos de reformulação ou construção de equipamentos públicos de lazer, se há patrocínio de atividades relacionadas ao lazer ou se há promoção de eventos, mesmo que esporádicos, por parte de órgãos públicos de seu município.

Caso não encontre nenhuma ação nesse sentido, faça uma relação do que falta, como praças públicas, realização de atividades esportiva, festivais culturais, viagens turísticas etc.

Política pública de lazer

Analisar as políticas públicas voltadas para o lazer remetem, inicialmente, à observação de como as administrações públicas brasileiras têm organizado seus programas e projetos direcionados para o lazer.

Os programas e projetos relacionados ao lazer ou a qualquer outra esfera da vida social constituem unidades menores de detalhamento de como será executado determinado plano de ação.

Um plano de ação situa-se no topo da hierarquia do processo de planejamento e os programas estão localizados imediatamente abaixo daquele, quando temos como referência um planejamento qualquer. Os programas são compostos por informações específicas, contribuem para a concretização do plano e permitem sua operacionalização.

A definição de programa remete à noção de um conjunto de projetos orientados para o alcance de um mesmo objetivo. Já um projeto pode ser entendido como um propósito de ação definida e organizada de forma racional. Enquanto o programa é um conjunto de projetos que guardam relação entre si, os projetos são as expressões físicas do processo de planejamento.

Um exemplo de programa de lazer seria a construção e a reparação da infra-estrutura dos espaços de lazer e os projetos que poderiam compor esse programa seriam a construção de praças e parques públicos, melhoria do acesso a locais de lazer, realização de eventos ou atividades continuadas de lazer e entretenimento etc. Programas e projetos estariam dentro de um plano de ação voltado para o lazer, constituído por meio de um planejamento resultante de uma política pública.

As políticas públicas voltadas para o lazer no Brasil ainda são incipientes. Partindo do princípio de que essas políticas devem ser compostas por ações que traduzam o lazer como qualidade de vida, elementos tão comuns à política de governos brasileiros, tais como a falta de continuidade, o direcionamento para determinados grupos em detrimento de outros, e as dificuldades de implantação e execução colocam a possibilidade de sucesso das políticas públicas de lazer em condições desanimadoras.

Atualmente, o que é percebido em termos de políticas públicas para o lazer revela um panorama de oferta de eventos passageiros e muitas vezes onerosos ou discriminatórios. Onerosos porque uma parcela da população não tem como pagar para participar.

As iniciativas que visam atender aos que não podem pagar estão sempre relacionadas a algum tipo de passatempo no qual o indivíduo não obtém nenhuma possibilidade de reflexão, de aquisição de conhecimento ou de troca cultural. E como estamos atrelando o lazer a uma melhoria da qualidade de vida, a ausência de um desses aspectos já coloca em risco a relação lazer e qualidade de vida.

Muitas políticas públicas voltadas para o lazer reforçam as desigualdades sociais, o clientelismo e a banalização do lazer, elementos que o empobrecem devido ao fato de serem atividades ou momentos compostos por conteúdos sem valores ou trocas sociais e culturais. Em outros casos, as políticas públicas de lazer priorizam somente um determinado aspecto, como o esporte, por exemplo, ou não estão em sintonia com o público para o qual foram construídas, como é o caso de atividades em que as programações e horários são definidos em função da conveniência política, individual ou de patrocinadores que desejam somente a sua própria promoção.

Todo esse cenário é resultante de programas e projetos definidos, decididos e elaborados na esfera política e não por princípios de uma autêntica política pública, pois não contam com a participação da comunidade e nem de profissionais especializados e preparados para pensar o lazer em sua dimensão pública.

Enquanto a elaboração dos programas e projetos de lazer estiverem restritos aos gabinetes administrativos e o acesso aos mesmos estiver prejudicado devido ao preço, à discriminação, ao interesse particular, não se pode falar em política pública de lazer. Mesmo que os governos, de qualquer nível, assim denominem as ações voltadas para o lazer.

As políticas públicas de lazer que efetivamente alcançarão seu objetivo serão aquelas em que o governo, de qualquer âmbito, tenha a determinação de elaborar, fomentar, avaliar, garantir a participação da população e sua aplicação por meio de instrumentos, leis, envolvimento da comunidade e profissionais qualificados do lazer, garantindo um direito essencial do cidadão brasileiro perante a Constituição brasileira de 1988.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

3. De acordo com o exposto na aula de hoje, o conceito de lazer está atrelado à qualidade de vida. Assim sendo, discorra sobre a necessidade de políticas públicas que contemplem esse direito social.

Resposta Comentada

Atualmente o conceito de lazer não faz alusão somente ao tempo disponível como contraponto ao tempo de trabalho. Procura-se pensá-lo por meio do seu caráter educativo e como forma de mudança ou desvio de determinadas condutas. Soma-se a esses pontos, a noção de que o lazer é também um direito social que garante a melhoria da qualidade de vida e inclusão social. Assim sendo, políticas públicas que não reflitam esse pensamento estão em desalinho com a atual noção de lazer.

Conclusão

O lazer como direito social requer políticas públicas capazes de atender todos e não somente uma parcela da população. Isso obriga o Estado a elaborar programas e projetos situados dentro de um plano de ação que reflita a atual noção de lazer. Por esse motivo, as políticas públicas são um instrumento valioso de planejamento criterioso que reúne o poder público e setores da sociedade civil com vistas ao atendimento dos direitos sociais.

Resumo

A qualidade de vida é um bem e uma necessidade. Na sociedade moderna, várias são as causas de desgastes, estresse e desequilíbrios de toda a ordem. Nesse panorama, o lazer surge como um direito social que assim como os demais (moradia, saúde, educação etc.) são os pilares de uma vida harmônica. Como todos os direitos sociais, o lazer deve ser bem planejado pelas políticas públicas que atendam ao interesse coletivo e não de uma parcela da população.

Um retrospecto das ações e iniciativas do Estado brasileiro no que se refere ao lazer indicam uma ênfase em atividades esportivas, mas essa não é a única possibilidade de fruição de lazer. Nesse sentido, torna-se obrigatório pensar em políticas que estendam esse leque, englobando uma parcela maior da população e resultando na inclusão social e na melhoria da qualidade de vida.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá continuar estudando o tema políticas públicas de lazer, sendo que o foco será nas políticas que atrelam a interface lazer e esporte, lazer e cultura e lazer e turismo.

16

Espaço e sociedade

Meta

Apresentar a natureza social de espaço e a sua relação com a atividade turística.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar a natureza social do espaço geográfico;
- 2** distinguir as noções de espaço e paisagem;
- 3** reconhecer a importância da abordagem do espaço como objeto de consumo da atividade turística.

Introdução

A partir da aula de hoje, iremos introduzir a última unidade da nossa disciplina que constitui uma abordagem sobre as relações entre espaço, paisagem e turismo, no intuito de reconhecer as implicações sociais e espaciais do fenômeno turístico.

Você já deve saber que o turismo possui uma dimensão espacial, visto que consome de forma elementar o espaço, o que exprime a relevância do tema da nossa aula. Na realidade, é dessa característica que derivam as especificidades do turismo, como a fixidez de seu produto, o atrativo turístico e o deslocamento necessário do consumidor até o produto a ser consumido. Logo, é essa especificidade do turismo que orienta a lógica da organização espacial requerida pela atividade.

A organização espacial da sociedade constitui a principal categoria de análise da Geografia e nela estão contidas outras categorias, tais como território, lugar, região e paisagem. No entanto, dentro do conjunto das Ciências Sociais, também se faz referência ao espaço geográfico, com os estudos de comunidades, das dinâmicas socioespaciais, dos conflitos e das identidades territoriais.

A análise sociológica também privilegia o espaço das representações, aquele vivido por meio de suas imagens e símbolos associados, isto é, o espaço que a imaginação procura mudar e apropriar. Trata-se do espaço social descrito por Lefebvre (1979) como “o espaço de valores de uso produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana”.

Pois bem, nesta aula iremos privilegiar uma reflexão sobre a importância do espaço enquanto uma dimensão comparável às relações sociais. Trata-se de uma compreensão do espaço como produto social, visto que o mesmo não existe por si, mas pelo trabalho dos homens e pelos conflitos entre os agentes sociais, produtores e consumidores do espaço.

A natureza social do espaço

De acordo com Roberto Lobato Corrêa (1987), a organização espacial pode ser caracterizada como o conjunto de objetos fixos ou formas espaciais criadas pelo homem ao longo da história, dispostos sobre a superfície da terra como, por exemplo, os campos cultivados, as cidades, a rede urbana, as habitações, os templos, as fábricas, as lojas, os caminhos etc. É a Natureza transformada pelo trabalho social de acordo com as possibilidades concretas de cada sociedade, cuja transformação deriva do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais.

O espaço é construído pelos homens a partir de suas necessidades, por isso a sua essência está no trabalho social. Ele é palco de mudanças desencadeadas pelas relações sociais que, por sua vez, seguem um enredo de ação. Assim, os objetos ou formas espaciais não são apenas suporte e reflexo, mas um produto da dinâmica histórica da vida em sociedade.

Milton Santos (1979) analisa a relação entre espaço e sociedade, tendo como referencial a produção social, isto é, “o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta”. O autor destaca a importância da dimensão espacial, aliada às dimensões econômica, político-institucional e ideológico-cultural da sociedade, e seu papel fundamental na explicação dos processos sociais.

Nesse sentido, o autor reconhece que o espaço reproduz a totalidade social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. As relações sociais se materializam no espaço construído. Dessa forma, o espaço construído permite a leitura da dinâmica de uma determinada sociedade, uma vez que a vida social toma uma forma material, manifestando-se nos territórios a partir de suas práticas econômicas, políticas, culturais.

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios (SANTOS, 1979).

A necessidade da compreensão da natureza social do espaço ocorre pelo entendimento de que as relações sociais e de poder engendram os processos espaciais, já que a produção e a divisão social do espaço são marcadas por conflitos e contradições. A organização espacial das diferentes formações sociais evidencia a relação entre espaço e sociedade. A cidade capitalista, por exemplo, possui uma dinâmica profundamente desigual, tendo em vista que a contradição e a desigualdade são características próprias da sociedade capitalista.

Há uma relação necessária entre sociedade e espaço. A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, e também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas, etc.). Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar-se espacialmente, dando singularidade às parcelas do espaço, articuladas numa totalidade espacial (como produto histórico). A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo ter, isto é, pela sua condição de proprietários de bens (CARLOS, 1994).

As grandes cidades brasileiras são marcadas por contrastes, desigualdades sociais e pobreza. As periferias e as favelas aparecem como áreas que representam o melhor exemplo da **espoliação urbana** e que denunciam as contradições do sistema socioeconômico vigente, excludente e desigual. Nas últimas

■ **Espoliação urbana**

Conceito formulado por Lúcio Kowarick (1979) para dar conta da forma de exploração que caracteriza as regiões metropolitanas brasileiras. A noção de espoliação urbana orienta a dimensão política da urbanização e destaca a dupla espoliação sofrida pelas classes populares: como força de trabalho subjugada pelo capital e como cidadãos submetidos à lógica da expansão metropolitana que lhes nega o direito à cidade e o acesso aos bens de consumo coletivos.

décadas, a proliferação de favelas e de loteamentos irregulares e a expansão dos condomínios fechados e de centros comerciais e empresariais, tanto nas áreas centrais como nas áreas periféricas de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, revelam um processo de fragmentação socioterritorial.

A cidade fragmentada é assim, ou seja, abriga condomínios para a classe média e alta ao lado de ambientes urbanos degradados, como as favelas, alternativa habitacional daqueles que têm negado o direito à cidade, lugares onde equipamentos, serviços, infra-estrutura e lazer estão ausentes ou são precários. Na realidade, o direito à cidade vem acompanhado de outros direitos sociais para a satisfação das necessidades básicas de qualquer ser humano como emprego, saúde, educação, habitação, acesso à terra, meio ambiente, transporte, justiça, lazer etc.



Figura 17.1: Rio de Janeiro, um exemplo de cidade fragmentada.

isto é, fora dos padrões recomendados, como vias de circulação irregulares e construções não regularizadas por órgãos públicos, além de precariedade de serviços públicos, como rede oficial de esgoto, abastecimento de água potável e energia elétrica domiciliar, que também são características presentes nas favelas.



Favela

As favelas são ocupações de terra, com moradias, serviços e equipamentos urbanos precários. A autoconstrução, o aspecto inacabado, a precariedade, a aparência insalubre, o tamanho do lote e da casa são características presentes nas favelas, também identificadas como aglomerações subnormais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma favela para ser considerada como tal deve possuir algumas características, tais como: o aglomerado deve ter no mínimo 51 domicílios, além de não possuir título de propriedade; urbanização sem planejamento,

A distinção entre espaço e paisagem

Milton Santos, em seu livro *A natureza do espaço* (1996), estabelece uma distinção entre as noções de espaço e paisagem. O autor utiliza a definição dada por Hägerstrand, para o qual “a ação é uma ação na paisagem que dá forma à ação”. Para Santos, essa definição é de espaço e não de paisagem, já que, para ele, paisagem e espaço não são sinônimos.

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e Natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima (SANTOS, 1996).

Seguindo essa distinção, Santos define paisagem como o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área, bem como um sistema transtemporal que junta objetos passados e presentes em uma construção transversal. Já o espaço é sempre o presente, uma construção horizontal, uma situação única.

O autor oferece um exemplo desta distinção: a bomba de nêutrons, um projeto do Pentágono abortado por Kennedy durante a Guerra Fria. Esta bomba seria capaz de aniquilar toda a vida humana em uma dada área, mas mantendo as construções. Assim, se esta bomba fosse utilizada, teríamos antes o espaço e, após a explosão, somente a paisagem.

A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais (SANTOS, 1996).

O estudioso trabalha dentro de uma perspectiva crítica, incorporando o materialismo histórico e dialético em sua análise. Para ele, a paisagem é o que é possível de ser abarcada com a visão, destituída da sociedade, possuidora de um caráter histórico em suas distintas materialidades presentes. As contradições se realizam na dialética entre espaço e sociedade, como nas palavras do autor:

Não existe dialética possível das formas enquanto formas. Nem a rigor entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através das formas, atribuindo-lhe uma função que vai mudando ao longo da história. O espaço é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais. A contradição é entre sociedade e espaço (SANTOS, 1996).

Uma montanha, uma cachoeira, uma floresta, um lago ou um deserto não participam do processo dialético descrito por Milton Santos. No entanto, quando lhes são atribuídos determinados valores, a paisagem se transforma em espaço. O fato de existirem simplesmente enquanto formas, isto é, como paisagens, não basta. Porém, a forma utilizada é diferente porque o seu conteúdo é social. Assim, a paisagem se torna espaço porque possui um conteúdo social, como apresentada na figura a seguir:



Figura 17.2: A paisagem transformada em espaço.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1120217>

tica entre estrutura, processo, função e forma, categorias de análise que permitem a compreensão da espacialização da totalidade social.

As categorias de análise do espaço geográfico, vistas em seu conjunto, são:

1. Forma: é o aspecto visível ou exterior do objeto. Um bairro, uma casa, uma cidade e uma rede urbana são formas espaciais em diferentes escalas. Essas formas, todavia, não possuem autonomia, visto que a essência de sua aparência está nos processos e funções que emanam da estrutura.

2. Função: implica uma atividade ou papel desempenhado pelo objeto ou forma. Assim, forma e função estão interligadas, uma vez que o objeto criado tem um aspecto exterior, a forma, e desempenha uma ou várias atividades, a função. Habitar, trabalhar, comprar, divertir-se são algumas funções associadas à casa, à cidade, à rede urbana etc.

3. Estrutura: não se refere ao padrão espacial, mas às relações dos objetos em si, isto é, refere-se ao modo pelo qual os objetos são organizados e dispostos espacialmente. Ao contrário da forma, a estrutura não possui uma exterioridade imediata, estando subjacente à forma. Trata-se da natureza social e econômica de uma sociedade em um determinado momento.

4. Processo: definido como uma ação que se realiza continuamente, que implica mudanças em um espaço de tempo, culminando na mudança ou permanência das formas espaciais.

Santos, citado por Corrêa (1987), ressalta que, para a apreensão dos fenômenos espaciais na sua complexidade, essas categorias analíticas devem ser consideradas em seu conjunto, visto que exprimem a totalidade da organização espacial da sociedade.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS apud CORRÊA, 1987).

A estrutura social e econômica possui seus processos que demandam funções a serem cristalizadas em formas espaciais, que podem desaparecer, dando origem a outras. As áreas residenciais deterioradas próximas ao centro do Rio de Janeiro, por exemplo, foram habitadas no passado por famílias abastadas. A partir de um dado momento, o centro foi abandonado por essas famílias que buscaram novas residências em bairros mais distantes.

As antigas residências foram substituídas por edifícios de escritórios e lojas ou transformadas em cortiços habitados por famílias de baixa renda. Assim, a velha forma espacial ganhou funções diferenciadas, as quais resultam de um processo que está na estrutura da sociedade capitalista.

É importante ressaltar que os usos e ocupações do espaço, entendido como produto social, revelam a influência das práticas culturais e dos costumes que assumem conteúdos e formas distintas no espaço. Dessa forma, a análise da produção e do consumo do espaço permite identificar as permanências e as transformações ocorridas em um determinado espaço.

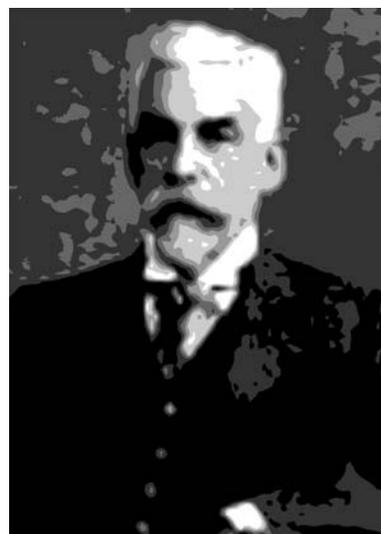
A cidade do Rio de Janeiro sofreu ao longo de sua existência profundas transformações urbanísticas. As mutações pelas quais passou essa cidade sempre refletiram um contexto da história presente e um modo de vida. Como afirma Carlos (1997), “a paisagem não é só produto da história como também reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve de morar, do habitar, do trabalhar, do comer, do beber, enfim, do viver”.

Dessa forma, percebemos a dinâmica histórica presente no processo de urbanização. A urbanização na cidade do Rio de Janeiro passou por adaptações, que vão desde a cidade colonial, passando pelos planos de expansão da cidade que ocupou mangues e terrenos alagados para acomodar burgueses, comerciantes, industriais e operários. Vale ressaltar que os planos e as reformas urbanísticas do século XX constituíram movimentos de adaptação e incorporação às condições históricas e sociais, sobretudo de

tentativas de modernização e de enquadramento da cidade nos moldes europeus da época, como foram as ações realizadas na gestão de **Francisco Pereira Passos**.

■ **Francisco Pereira Passos** **(1836-1913)**

Francisco Pereira Passos nasceu no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, filho de Antônio Pereira Passos, o Barão de Mangaratiba, e Dona Clara Oliveira Passos. Em 1856, formou-se pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde obteve o título de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Ingressou na carreira diplomática, e em 1857 foi nomeado adido à legação brasileira em Paris, onde permaneceu até 1860. Completou seus estudos de Engenharia na École Nationale des Pontes et Chaussées. Assistiu à reforma urbana de Paris, promovida por Haussmann, que exerceu profunda influência sobre ele. De volta ao Brasil, dedicou-se ao sistema ferroviário brasileiro. Em 1874, foi nomeado engenheiro do Ministério do Império, para acompanhar todas as obras do governo imperial. Integrou a comissão que iria apresentar o plano geral de reformulação urbana da capital, incluindo o alargamento de ruas, construção de grandes avenidas, canalizações de rios entre outras medidas urbanas e sanitárias. Em 1902, foi nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro, promovendo uma grande reforma urbanística na cidade. Inspirado nas reformas realizadas por Eugene Haussmann em Paris, Pereira Passos transformou a aparência da cidade do Rio de Janeiro, com demolições de encostas e cortiços e abertura de ruas, aliados à instauração da vacina obrigatória, liderada pelo ministro Oswaldo Cruz, em nome de uma cidade moderna e higienizada. Abriu a Avenida Central, um dos marcos de sua administração. Com 1.800 metros de comprimento e 33 metros de largura, a atual Avenida Rio Branco, um dos mais importantes logradouros da cidade do Rio de Janeiro, foi idealizada para exercer o papel de centro econômico e administrativo.



Principais obras da administração Pereira Passos:

1903: Inauguração do Pavilhão da Praça XV; prolongamento da rua do Sacramento (atual avenida Passos até a rua Marechal Floriano); inauguração do Jardim do Alto da Boa Vista; início do alargamento da antiga rua da Prainha (atual rua do Acre).

1904: Término do alargamento da antiga rua da Prainha; demolições do Morro do Castelo; construção do Aquário do Passeio Público; obras na rua 13 de Maio.

1905: Início da construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro (inaugurado em 1909); inauguração da nova estrada de rodagem da Tijuca; alargamento e prolongamento da rua Marechal Floriano até o largo de Santa Rita; decreto de alargamento da rua do Catete; alargamento e prolongamento da rua Uruguaiana; inauguração da avenida Central (atual avenida Rio Branco), marco da administração Pereira Passos; decreto para a construção da avenida Atlântica, em

Copacabana; inauguração da Escola-Modelo Tiradentes; decreto de abertura da rua Gomes Freire de Andrade; decreto de abertura da avenida Maracanã.

1906: Alargamento da rua da Carioca; inauguração da fonte do Jardim da Glória; inauguração da nova Fortaleza da Ilha de Lage; inauguração do palácio da exposição permanente de São Luiz (futuro Palácio Monroe); conclusão das obras de melhoramento do porto do Rio de Janeiro e do canal do Mangue; inauguração das obras de melhoramento e embelezamento do Campo de São Cristóvão; aterramento das praias do Flamengo e Botafogo, com construções de jardins; inauguração do alargamento da rua 7 de Setembro, do trecho entre as avenidas Central e Primeiro de Março; inauguração da avenida Beira-Mar; reforma do largo da Carioca; construção do Pavilhão Mourisco, Botafogo; construção do restaurante Mourisco, próximo à estação das barcas, no Centro; melhorias no abastecimento de água da cidade.



Marc Ferrez (1909)

Figura 17.3: Avenida Central (atual avenida Rio Branco). À esquerda o Teatro Municipal e à direita a Escola Nacional de Belas Artes (atual Museu Nacional de Belas Artes).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:TeatroMunicipal-MFerrez1909.jpg>

Espaço e turismo

Você já sabe que a sociedade age sobre o espaço como realidade social, como formas-conteúdo, ou seja, como objetos sociais valorizados. Assim, a paisagem é apenas uma parte da

situação que é definida pela sociedade, que atua sobre a mesma, originando o espaço, a síntese provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais.

Com o processo de urbanização, algumas paisagens permanecem, outras são transformadas e às vezes desaparecem. Uma grande fábrica desativada deixa as suas marcas no espaço e na paisagem, o que pode desvalorizar a localidade no mercado imobiliário. Por outro lado, formas como praias e montanhas, em um determinado momento, passaram a ser consideradas atrativas. Trata-se da paisagem transformada em mercadoria, de grande importância para o fenômeno turístico que impõe novos usos e ocupações aos espaços por ele explorados.

As praias são locais escolhidos para atividades recreativas e de lazer relacionadas com banhos de mar e sol, sendo geralmente espaços de grande atratividade turística, como pode ser observado na figura a seguir:



Figura 17.4: As praias, locais de grande atratividade turística.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1106432>

Na realidade, o espaço tem um papel fundamental no mundo moderno, pois passa a figurar, assim como outros elementos, o *status* de mercadoria. Espaços antes desocupados ou que tinham uma utilização específica para a população local têm o seu perfil modificado, sendo transformados em objetos de comercialização.

A transformação de espaços e paisagens naturais em atrativos turísticos, com intervenções destinadas à recepção e ao entretenimento de turistas, modifica a paisagem em espaço turístico e o sentido do lazer, que perde o seu caráter espontâneo e passa a ser um meio de consumo. Nesse sentido, o espaço criado pelo turismo tende a ser artificial, pois muitas vezes o cotidiano do turismo passa a ser controlado por uma ficção, isto é, pela criação de um cenário ilusório e distante da realidade, pontuado por atividades predefinidas, como objeto de seduzir e fascinar o visitante.

Ademais, essa transformação tende a causar um desconforto na população local pela fabricação de um cenário para o consumo turístico, portanto, voltado aos olhos do turista e desvinculado com a identidade do lugar, um espaço sem sentido ou sem qualquer vínculo com a população local.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

3. Realize uma pesquisa na internet sobre algumas regiões turísticas brasileiras e levante as modificações espaciais que foram impostas pelo turismo na região escolhida.

Resposta Comentada

O texto anterior apresenta uma síntese da Reforma Urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro por Pereira Passos nos primeiros anos do século XX. Essa reforma incluiu obras de saneamento, alargamento de ruas, embelezamento da cidade, abertura da Avenida Central, integrando o porto à cidade. Apesar de ser conhecida como a política do bota-abaixo e que teve graves custos sociais, depois da reforma supracitada, a cidade do Rio de Janeiro recebeu o título de “Cidade Maravilhosa”, moderna e segundo os padrões europeus da época.

O fenômeno turístico também impõe uma dinâmica à organização espacial das localidades, que são alvos da exploração turística. Desse modo, exigem-se obras de saneamento, urbanização de ruas, abertura de avenidas para a acessibilidade, embelezamento etc. Apesar de promoverem melhorias de infra-estrutura e serviços urbanos coletivos, essas transformações na organização espacial para o turismo têm implicações negativas, quando, por exemplo, criam cenários ou espaços fictícios para o turista-consumidor. Espaços sem qualquer ligação com a história e a cultura locais e, portanto, que se contrapõem às práticas e à realidade localmente vividas.

Resumo

O espaço é construído pelos homens a partir de suas necessidades, por isso a sua essência está no trabalho social. Ele é palco de mudanças desencadeadas pelas relações sociais que, por sua vez, seguem um enredo de ação. Assim, os objetos ou formas espaciais não são apenas suporte e reflexo, mas um produto da dinâmica histórica da vida em sociedade. Espaço e paisagem não são sinônimos. A paisagem pode ser caracterizada como o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. Já o espaço são as formas espaciais mais a vida que as anima, isto é, são formas ou objetos espaciais socialmente valorizados. A organização espacial deve ser interpretada a partir da relação dialética entre estrutura, processo, função e forma, categorias de análise que permitem a compreensão da espacialização da totalidade social. O espaço tem um papel fundamental no turismo, pois passa a figurar o

status de mercadoria. Espaços antes desocupados ou que tinham uma utilização específica para a população local têm o seu perfil modificado, sendo transformados em objetos de comercialização. Neste sentido, o espaço criado pelo turismo tende a ser artificial, pois muitas vezes o cotidiano do turismo passa a ser controlado por uma ficção, isto é, pela criação de um cenário ilusório e distante da história e da realidade localmente vivida, pontuado por atividades predefinidas, como objeto de seduzir e fascinar o visitante.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos abordar as cidades e os espaços urbanos como palco dos fenômenos sociais.

17

As cidades e os espaços urbanos

Meta da aula

Reconhecer a cidade e seus espaços como palco privilegiado de experiências humanas e de usufruto de bens materiais e culturais, assim como de lutas sociais.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 abordar a organização espacial das cidades e suas conexões com a estrutura social;
- 2 identificar fenômenos característicos da atual organização social e espacial das grandes cidades.

Pré-requisito

Para que você encontre mais facilidade na compreensão desta aula, sugerimos que releia o ponto que se refere à natureza social do espaço, da Aula 16.

Introdução

Na aula de hoje, iremos abordar a cidade, um tema que interessa aos diversos estudiosos da sociedade, historiadores, sociólogos, economistas, antropólogos, geógrafos, planejadores urbanos, arquitetos, urbanistas, entre outros. Os agentes públicos, empresários e trabalhadores envolvidos na produção e no consumo do espaço também se interessam pela temática. Na realidade, a cidade é o lugar de concentração de grande parcela da população e dos investimentos de capital, de infraestrutura urbana e serviços sociais coletivos, o que a torna arena de importantes conflitos sociais.

A cidade percebida como forma é aquela caracterizada por prédios, casas, ruas, avenidas, viadutos, carros, poluição, congestionamento, multidão etc. Entretanto, estas formas visíveis se sobrepõem ao real significado da cidade, aquele vinculado ao trabalho social. Isso ocorre porque a cidade atende às necessidades de reprodução do capital, sendo o sujeito que a produz capturado pelas necessidades de consumo.

Como você viu na aula passada, o espaço é muito mais que um elemento físico, visto que é construído pelos homens a partir de suas necessidades. Assim, o conceito de espaço é indissociável dos seres humanos que o constrói e o modifica nas suas relações cotidianas. Logo, o espaço é também humano e a sua essência está no trabalho social, sendo palco de mudanças desencadeadas pelas relações sociais que, por sua vez, seguem um enredo de ação.

As estruturas e as formas espaciais que compõem a cidade não são apenas suporte e reflexo, mas um produto da dinâmica histórica da sociedade. É neste sentido que destacamos a relevância da abordagem desta aula, pelo fato de a cidade ser um espaço privilegiado de experiências humanas e de apropriação e usufruto de bens materiais e culturais, constituindo-se, portanto, em um espaço de lutas e conquistas.

A cidade como espaço de lutas sociais

De acordo com Roberto Lobato Corrêa (1991), o espaço da cidade capitalista é constituído por um conjunto de diferentes usos da terra que definem áreas da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e de conteúdo social, de lazer e de reserva para futura expansão.

A cidade reflete e reproduz a dinâmica histórica da sociedade. A organização espacial das cidades capitalistas é bastante complexa e contraditória com diferenças nas condições e nos modos de vida, o que acarreta os movimentos sociais urbanos. Na realidade, a cidade tem-se constituído historicamente no principal palco das lutas sociais e dos conflitos entre capital e trabalho, visto que a diferenciação na organização espacial das cidades não revela apenas a heterogeneidade entre modos de vida, mas também formas de apropriação diferenciada dos espaços e, principalmente, as contradições da sociedade de classes.

O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social. O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes (CARLOS, 2007, p. 23).

A diferenciação na organização espacial das grandes cidades brasileiras é notável. Existem áreas residenciais habitadas por uma população de alto nível de renda e com excelente infraestrutura e serviços urbanos, que estão localizados nos setores de amenidades da cidade. Portanto, são áreas de alto preço da terra, chamadas zonas nobres da cidade.

Em oposição a estas áreas, existem outras habitadas por uma população de baixo poder aquisitivo, constituída por trabalhadores com baixa qualificação. Esses trabalhadores, em geral, são empregados do setor terciário, subempregados e desempregados que vivem em favelas dispersas pelo espaço da cidade, em conjuntos habitacionais ou em loteamentos irregulares, com casas autoconstruídas pela própria população nas horas de lazer.

Pois bem, é nesse contexto, de apropriação e usufruto desigual dos bens materiais e imateriais dos espaços, que surgem os movimentos sociais pelo direito à cidade, os quais não se restringem à luta pelo acesso às estruturas urbanas. Todas as pessoas têm o direito de encontrar na cidade as condições necessárias para sua realização política e social, portanto, para o exercício pleno da sua cidadania. Esse direito, no entanto, não está garantido a todos. Dessa forma, a cidadania estará comprometida pela falta de acesso não apenas à moradia digna, mas à educação, à saúde, ao trabalho, à justiça oficial, ao transporte, à cultura e ao lazer. Nas palavras de Milton Santos:

Na grande cidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes, desde o que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole toda até o que, por falta de meios, somente utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade, uma cidade local [...]. Para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso, são cidadãos diminuídos, incompletos [...]. Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar (1993, p. 112).

O discurso do urbanismo moderno é centrado no controle e na imposição de princípios que determinam a vida urbana por meio de um instrumento de regulação que traça a forma da cidade desde a silhueta das janelas das casas ao tamanho dos bairros. Neste sentido, a cidade formal (com bairros planejados,

ruas arborizadas, largas avenidas, privilegiada por equipamentos e serviços urbanos e coletivos) contrasta com a cidade informal, composta pela periferia e subúrbios pobres, pelas favelas, com ruas estreitas, ocupação espontânea e desordenada e sem infraestrutura urbana adequada.

Na cidade informal se concentram os problemas urbanos e sua população engrossa as estatísticas de desempregados e subempregados e de pobreza e violência. Para Edgar Morin (2001), a cidade informal evidencia a maneira com que a população pobre se apropria do espaço urbano e como constrói um *habitat* no qual se resolve, de maneira precária, o assunto da vida cotidiana. Nessa perspectiva, as ocupações irregulares acabam se convertendo em solução para o problema do acesso à terra e à moradia na cidade.

O Rio de Janeiro é um exemplo concreto do fenômeno da cidade informal e assentamentos irregulares com problemas de infraestrutura urbana e de crescimento desordenado. As favelas, ao longo da história desta cidade, foram um componente indesejável da estrutura urbana. Já os edifícios, situados nas áreas centrais e litorâneas, beneficiaram-se de infraestrutura custeada pelo poder público e, portanto, por toda a sociedade. Assim, o cenário encantador da Zona Sul é emoldurado pelas favelas, evidenciando que a pobreza urbana coabita na cidade maravilhosa.

Vale dizer que as favelas são um problema secular na dinâmica da urbanização do Rio de Janeiro. Ao longo de sua existência, foram objetos de intervenções públicas, representando um dos principais desafios para a sociedade carioca. Nos anos de 1920 e 1930, as favelas eram criticadas e consideradas manchas na paisagem urbana da cidade, sendo recomendada a sua extinção. Os planos e regulamentos urbanísticos as situavam fora da legalidade urbana e orientavam a sua remoção sob argumentos inspirados no sanitarismo e nos aspectos funcionais e estéticos.

Nos anos de 1940, a história das favelas cariocas é marcada por intervenções pontuais e desarticuladas, com propostas de construção de bairros operários para abrigar a população moradora de favela, por exemplo, cujos projetos não foram desenvolvidos. Nos anos de 1960 e 1970, configurou-se e desenvolveu-se um projeto para a erradicação das favelas por meio da política de remoção de famílias para conjuntos habitacionais na periferia da cidade, como os de Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança.

Ao final da década de 1970, foi instaurada uma polarização no debate sobre o problema das favelas, sendo o modelo de remoção contrastado à proposta de urbanização das favelas. A década de 1980 marca a inversão do rumo das ações relativas às camadas populares. Desenvolveram-se projetos de urbanização de favelas que estabeleciam uma metodologia que seria aperfeiçoada, possibilitando o desenvolvimento do programa Favela-Bairro na década seguinte. Leia o boxe a seguir.



O programa Favela-Bairro é parte integrante da política urbana e habitacional da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, desenvolvida desde 1994, e conta com investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo os termos do decreto número 14.332, de 7 de janeiro de 1995, o programa tem como meta complementar construir a estrutura urbana principal e oferecer condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade. A proposta do programa Favela-Bairro é integrar as favelas ao espaço urbano que as circunda, fazendo desaparecer aqueles condicionantes físicos e sociais, que podem ajudar a apartar ou separá-las da cidade formal. Para tanto, o programa tem como eixo central a implantação de infraestruturas de saneamento básico e de sistema viário, permitindo a livre circulação de veículos e pedestres, eliminação de áreas de risco e a construção de equipamentos públicos. O programa também promove a regulamentação urbanística com a definição dos espaços públicos e privados; presta assistência técnica necessária à obtenção, por parte dos habitantes, da documentação que lhes garante a permanência no local, além de ações de caráter social, como a implantação de creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades relacionadas ao esporte, à cultura e ao lazer.

Os problemas das cidades brasileiras levaram o atual presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a dedicar um ministério exclusivamente para as cidades, responsável pela política nacional de desenvolvimento urbano no país. Grosso modo, esse ministério tem como proposta construir uma cidade com justiça social, por meio de políticas públicas de infraestruturas da moradia e de transportes, além de permitir a troca de experiências e projetos bem-sucedidos nas cidades brasileiras.

Junto com a criação do Ministério das Cidades, também se constituiu o Conselho Nacional das Cidades, o qual tem o objetivo de discutir parcerias entre os municípios, buscar soluções para o desenvolvimento das cidades e definir diretrizes para a distribuição dos investimentos daquele ministério. Quanto à sua composição, integram o Conselho representantes dos poderes municipal, estadual e federal, movimentos populares, entidades empresariais e profissionais, sindicatos de trabalhadores, ONGs e instituições de ensino e pesquisa.

Apesar das iniciativas mencionadas, a democratização da cidade passa pelo combate aos mecanismos de espoliação urbana, fundados na desigualdade e na segregação socioespacial. Isso pressupõe mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo e nas formas de apropriação do território e dos recursos naturais, questões que representam um dos principais desafios à nossa sociedade. Indicam, ainda, a necessidade de se repensar as políticas e o modelo de gestão urbana, de modo a produzir cidades mais humanas e menos segregadas, devolvendo aos cidadãos o direito à cidade em que habitam.

Embora o processo de ocupação irregular no Rio de Janeiro seja histórico, os dados revelam que os lotes urbanizados em localidades providas de serviços, equipamentos e infraestrutura continuam inacessíveis à população fluminense, especialmente a de baixa renda. Dessa forma, a população desprovida de recursos é levada a ocupar irregularmente áreas inadequadas e precárias em termos de infra-estrutura urbana e serviços públicos essenciais, estimuladas pelo aumento das desigualdades sociais na cidade.

A atual organização espacial das grandes cidades

Você já sabe que as grandes cidades são marcadas por profundos contrastes e desigualdades. Portanto, mais do que nunca, as grandes cidades do mundo albergam tanto grandes concentrações de poder e riqueza como desconcertantes situações de desigualdade e pobreza, caracterizando a justaposição de vidas e meios de vida.

O fenômeno da globalização e a disseminação das tecnologias da informação intensificaram o processo de urbanização, tornando as cidades um lugar de encontro de culturas, línguas e origens. Neste contexto, os impactos da globalização e das transformações econômicas sobre a estrutura das cidades passaram a ocupar destaque na reflexão atual sobre as metrópoles mundiais, onde estão presentes preocupações com o desenvolvimento, a desigualdade, a segregação e a fragmentação do espaço.

O debate contemporâneo em torno das alterações na estrutura das grandes cidades destaca a tese da **cidade global**, segundo a qual as grandes cidades estariam em processo de reestruturação sob o impacto das transformações da globalização econômica na base produtiva e no mercado de trabalho.

Cidade global ■ (Global city)

O termo foi elaborado pela socióloga Saskia Sassen em 1991, segundo a qual as cidades globais exercem influência econômica, política e cultural a nível mundial. Outras características fundamentais das cidades globais são as seguintes: ser mundialmente conhecidas; ter influência ativa em eventos internacionais como a cidade de Nova Iorque, que sedia a ONU, e de Bruxelas, onde se encontram as sedes da OTAN e da União Europeia, além de possuírem uma grande população e um sistema de transporte avançado e eficiente; ter um aeroporto internacional de grande porte e uma bolsa de valores com influência na economia mundial; possuir infraestrutura de comunicações avançada, presença de sedes de grandes companhias transnacionais e de uma abundante oferta de serviços financeiros, tecnológicos e de consultoria. Assim, cidades como Bruxelas, Chicago, Cingapura, Hong Kong, Londres, Madri, Milão, Moscou, Nova Iorque, Paris, Seul, São Francisco, São Paulo, Shangai, Sydney, Tóquio, Toronto e Washington são consideradas globais.



Figura 18.1: Nova Iorque, exemplo de cidade global.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/793764>

A hipótese central da tese da cidade global é a existência de relações estruturais entre as transformações econômicas e a intensificação da dualização da estrutura social. Saskia Sassen (1998) estrutura a tese sobre a dualidade social a partir da ideia de que o processo de reestruturação econômica teria configurado, nos países capitalistas centrais, sociedades pós-industriais cuja dinâmica econômica seria determinada pelos serviços financeiros, informacionais e de alta tecnologia.

Como consequência, o mercado de trabalho teria se alterado, evidenciando uma estrutura sócio-ocupacional em cujo topo estariam situadas categorias profissionais superiores, altamente qualificadas e bem remuneradas, em contraste com uma base constituída por categorias profissionais inferiores, compostas por pessoas em empregos formais e informais de baixa remuneração ou desempregadas. Assim, a estrutura social das grandes cidades tenderia à dualização, ou seja, ao aumento da distância entre as duas posições sociais, inferiores e superiores, e a contração das camadas médias.

Por sua vez, o impacto espacial da dualização social configuraria áreas demarcadas por padrões sociais diferenciados que levariam, de um lado, à apropriação exclusiva dos espaços mais valorizados e, de outro, à configuração de espaços exclusivos da pobreza. A idéia de dualidade estaria baseada, portanto, na diferenciação social e espacial entre as áreas centrais prósperas, onde se localizam os grupos sociais mais abastados, e os enclaves, próximos geograficamente, onde haveria concentração de pobreza.

Nesse contexto, constata-se a expansão de novas formas de produção dos espaços urbanos, indicando mudanças na organização e no padrão de ocupação em áreas das grandes cidades, marcadas pelas novas formas de **segregação espacial**, tanto em áreas centrais quanto em áreas periféricas. De acordo com estudos recentes sobre as principais cidades latino-americanas, essas novas formas de segregação urbana estariam sendo estimuladas pelo aumento das desigualdades sociais e corresponderiam a uma diminuição da distância física entre ricos e pobres. Tal fenômeno tornaria os mecanismos de separação social mais evidentes, causando novos problemas ou possibilidades inéditas de interação social.

O aumento da pobreza pode não ter acarretado uma sociedade dualizada, como defende Sassen (1998), porém a convivência espacial entre diferentes segmentos da estrutura social alimenta formas de produção do espaço que modificam as práticas cotidianas na cidade. Os habitantes da cidade formal, preocupados com a violência e com a proximidade física dos pobres, utilizam mecanismos de apartação social, como muros, grades e guaritas, além de equipamentos de controle e de segurança, que se espalham nos grandes centros urbanos.

Os espaços públicos passam a ser substituídos por complexos fechados e bairros controlados pela vigilância eletrônica, verdadeiras “cidadelas” que garantem que os mais pobres fiquem de fora da vizinhança. Com isso, observa-se a expansão de espaços residenciais e comerciais exclusivos, com a privatização de espaços públicos, já que há o fechamento

Segregação espacial

O termo é usado para indicar a divisão ou a separação espacial de distintos grupos de população e refere-se à tendência de concentração de um grupo ou classe social no espaço urbano, sendo, portanto, a materialização espacial da desigualdade social. Para Roberto Lobato Corrêa (1969), o processo de segregação origina uma organização espacial, marcada por áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas. A segregação social é um fenômeno importante no estudo sobre as cidades, pois as regras que organizam o espaço urbano são estruturadas basicamente por padrões de diferenciação social que indicam, sobretudo, como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. Assim, a segregação é um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intraurbana, enquanto elemento de diferenciação social, constituindo-se em um problema que suscita discussões e análises sistemáticas. Dessa forma, a explicação da segregação urbana pode ser buscada nos mecanismos desiguais e excludentes inerentes à sociedade de classes.

de ruas e de praças para garantir a segurança de setores da população ameaçados pelas “classes perigosas”.

Trata-se do processo de segregação social que se apresenta sob a forma de condomínios residenciais, centros comerciais, *resorts*, espaços de lazer e entretenimento de alta qualidade, voltados para determinados segmentos sociais. A expansão desses empreendimentos imobiliários vem causando mudanças nos padrões de uso dos espaços urbanos e desdobramentos sobre a sociabilidade nas cidades.

É importante ressaltar que, embora os mecanismos de separação social dependam da cidade, de suas especificidades e história locais, da sua mistura de classes e mesmo da vida cotidiana, este cenário vem expressando uma tendência de aumento da segregação urbana que atravessa tanto as áreas centrais quanto as áreas periféricas. Na realidade, o acirramento das formas de segregação representa um dos traços mais expressivos da urbanização contemporânea da sociedade.



Figura 18.2: Condomínio fechado com áreas de lazer e entretenimento privados, uma nova forma de habitar na cidade.

Fonte: <http://www.realnobile.com/bora-bora-barra-resort-real/concepcao-resort-2.jpg>

estruturas urbanas. Por fim, compartilhando o resultado com os seus colegas, você poderá verificar que, apesar das especificidades históricas das formações sociais e espaciais das cidades pesquisadas, as desigualdades e os contrastes nos centros urbanos estão cada vez mais exacerbados.

Turismo e segregação espacial

Você já sabe que o turismo consome de forma elementar o espaço, impondo uma dinâmica à organização espacial das localidades, que são alvo da exploração turística. Na realidade, o turismo se constitui hoje em um dos principais vetores da reorganização socioespacial das regiões, tendo em vista a necessidade de alocação de infraestrutura básica e empreendimentos turísticos, voltados para o avanço da atividade como construções de aeroportos, aberturas de rodovias, obras de infraestruturas urbanas e de embelezamento, hotéis, restaurantes, pousadas, parques temáticos, centros comerciais etc.

Nesse sentido, em que medida o turismo e o lazer podem acentuar os mecanismos de segregação social nas cidades?

Podemos destacar vários exemplos de formas de segregação em complexos turísticos, espaços de lazer e entretenimento como os parques temáticos e aquáticos, *resorts*, clubes privativos e centros comerciais, os chamados *shoppings centers*. O Walt Disney World Resort, por exemplo, é uma cidade de entretenimento que possui parques temáticos, parques aquáticos, hotéis, áreas de recreação e esportes, restaurantes e lojas. Considerado o maior conjunto de parques temáticos do mundo, foi inaugurado em 1971, cinco anos após a morte de seu criador, o desenhista Walter Elias Disney.

Assim como os condomínios fechados, esses empreendimentos turísticos buscam pessoas com um poder aquisitivo que as permita consumir os seus produtos e serviços. Desse modo, a criação e o uso desses espaços estão intimamente relacionados ao poder de compra dos consumidores, visto que buscam atingir um público-alvo previamente definido, isto é,

aqueles com as mesmas condições financeiras de usufruir o que esses espaços oferecem como segurança, conforto, opções de consumo e lazer de alto padrão de qualidade, por exemplo.



Figura 18.3: Castelo da Cinderela, uma das atrações do Walt Disney World Resort, localizado no estado da Flórida, nos EUA.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cinderella_Castle.jpg

Conclusão

A solução para os problemas urbanos que se agravam em nossas cidades não está no estímulo crescente à apropriação exclusiva de espaços. Ao contrário, a produção de espaços residenciais e comerciais privativos aprofunda a segregação e a exclusão de grupos sociais, diminuindo as possibilidades de interação entre diferentes formas de agir e pensar. Além disso, essas for-

Resposta Comentada

Com o desenvolvimento desta atividade, você poderá constatar o uso diferenciado dos espaços da cidade, assim como a apropriação cada vez mais exclusiva de seus bens materiais e culturais. Além disso, você poderá verificar que os empreendimentos imobiliários que estimulam a segregação afetam diretamente o uso cotidiano do espaço da cidade, as relações sociais e econômicas, bem como as práticas culturais locais.

Resumo

A cidade é um espaço privilegiado de experiências humanas e de apropriação e usufruto desigual de bens materiais e culturais. Por isso, constitui-se em um espaço de lutas sociais pelo direito à cidade, as quais não se restringem à luta pelo acesso às estruturas urbanas. As grandes cidades são marcadas por profundos contrastes e desigualdades. Mais do que nunca, as grandes cidades do mundo albergam tanto grandes concentrações de poder e riqueza como desconcertantes situações de desigualdade e pobreza, caracterizando a justaposição de vidas e meios de vida. O fenômeno da globalização e a disseminação das tecnologias da informação intensificaram o processo de urbanização, tornando as cidades um lugar de encontro de culturas, línguas e origens, assim como de desigualdade e segregação social. Os impactos da globalização e das transformações econômicas sobre a estrutura das cidades configuraram áreas demarcadas por padrões sociais diferenciados que levam, de um lado, à apropriação exclusiva dos espaços mais valorizados e, de outro, à configuração de espaços exclusivos da pobreza. Trata-se do processo de segregação social, que se apresenta sob a forma de condomínios residenciais, centros comerciais, *resorts*, espaços de lazer e entretenimento de alta qualidade, voltados para determinados segmentos sociais. A expansão desses empreendimentos imobiliários vem causando mudanças nos padrões de uso dos espaços urbanos e desdobramentos sobre a sociabilidade nas cidades. Na realidade, o acirramento das formas de segregação representa um dos traços mais expressivos da urbanização contemporânea da sociedade.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula iremos abordar o tema da produção e o consumo de imagens urbanas impulsionadas pelo turismo e realizar uma reflexão sobre a configuração de espaços de consumo turístico que estabelecem e difundem práticas sociais de apropriação dos lugares.

18

Produção e consumo de imagens urbanas

Meta da aula

Abordar o tema da produção e do consumo de imagens urbanas impulsionados pelo fenômeno turístico.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer o processo de produção de espaços para o consumo turístico;
- 2 analisar usos e formas de apropriação de lugares estabelecidos em localidades receptoras do turismo.

Introdução

Nas duas últimas aulas, mencionamos que o turismo condiciona a organização espacial das localidades onde se desenvolve, em função do deslocamento de pessoas e da concentração de equipamentos e serviços necessários à lógica de desenvolvimento da atividade. De fato, o turismo promove a reorganização de espaços, produz lugares e formula práticas territoriais, tendo em vista que comercializa atributos tangíveis e intangíveis como bens, serviços, culturas e paisagens.

Esses atributos atendem aos interesses da dinâmica econômica do turismo que tem como principal objetivo atrair e sustentar a permanência do turista no lugar visitado. Desse modo, apesar do caráter de liberdade e de escolha individual associado ao turismo como opção de lazer, os bens e serviços da atividade também estão submetidos às leis de mercado que estabelecem uma lógica na configuração e no uso do espaço para o turismo.

Nessa perspectiva, o fenômeno turístico influencia a promoção e a construção de imagens urbanas voltadas para a mercantilização da cidade e seus espaços que atingem, inclusive, a formulação de políticas locais. Algumas cidades brasileiras mostram-se pródigas na construção de imagens positivas, com intervenções de embelezamento e modernização de bairros, especialmente nas zonas turísticas. Essas intervenções buscam a manutenção das qualidades visuais de espaços urbanos com grande apelo turístico, a remoção de elementos indesejáveis e a criação de aspectos desejáveis na paisagem urbana, às vezes sem qualquer relação com a história e a cultura locais. Assim, a cidade ganha destaque na competição interurbana pela aquisições de capitais de toda espécie.

Posto isto, na aula de hoje iremos abordar o tema da produção e do consumo de imagens urbanas impulsionadas pelo turismo, tendo em vista que a organização do espaço no sistema capitalista é condicionada pela lógica mercantil e que os meios de produção estão localizados prioritariamente nos centros urbanos.

Além disso, iremos realizar uma reflexão sobre a configuração de espaços de consumo turístico que estabelecem e difundem formas e práticas sociais de apropriação dos lugares, nos quais o visitante realiza determinadas atividades freqüentemente superficiais em termos de vivência social autêntica.

Produção de espaços para o turismo

Você já sabe que o turismo é considerado uma atividade capaz de promover significativas mudanças socioespaciais. Todavia, a dinâmica produtora do turismo também reproduz as contradições do sistema capitalista. Ana Fani Alessandri Carlos (1999) realiza uma análise dos espaços transformados em atrativos turísticos, os quais apresentam intervenções destinadas à recepção e ao entretenimento de visitantes. Trata-se de locais que se tornam em espetáculos fabricados para os olhos do turista, nas palavras da autora, um “espectador passivo”.

Esses locais criados pela indústria do turismo tendem a ser artificiais, tendo em vista que o cotidiano do turista é marcado pela criação de um cenário ilusório, distante da realidade local, com atividades predefinidas e controladas. A autora refere-se aos espaços fabricados para o consumo turístico, isto é, criados para seduzir e fascinar o turista-consumidor e desvinculados de qualquer identidade ou vivência social autêntica.

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem à passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações, desfrutando a própria alienação e a dos outros (YÁZIGI; CARLOS; CRUZ, 1999).

A autora utiliza sua experiência em uma viagem ao Havaí para exemplificar as sensações que um turista pode ter nesses espaços fabricados para o consumo turístico, visto que todas as atitudes são controladas, eliminando o caráter espontâneo da viagem. Esses espaços suprimem, portanto, as possibilidades de descoberta do outro e de práticas culturais dos lugares visitados. Segue o relato da autora:

O que me moveu, inicialmente, a fazer este texto foi uma sensação produzida por uma viagem ao Havaí, especificamente Honolulu. Sensação que se é parte de um cenário, a sensação de que tudo é controlado, que cada passo seu ou mesmo cada gesto é esperado, cada atitude predeterminada. Este espaço é, na realidade, produto de um processo no qual nada é natural, tudo se volta para o espetáculo porque aqui o lugar é ele próprio mercadoria. Em Honolulu tudo é muito bem planejado, o que dá a sensação de que se é um ator participando de um filme. Em nenhum outro lugar essa sensação parece ser tão forte. Ao caminhar-se, particularmente pela área dos hotéis, na praia de Waikiki, a sensação de cenário de filme se reforça. Os hotéis, uns ao lado dos outros – como grandes torres fincadas no chão – têm lobbies que se comunicam, pontuados por belíssimos (mas falsos) jardins tropicais, absolutamente simétricos, sem uma única folha caída no chão, tampouco folhas amareladas, fontes de água corrente, lagos com peixes coloridos, tochas, aléias serpenteadas por belos gramados de todos os tamanhos, poltronas confortáveis, bancos colocados estrategicamente e, evidentemente, muitas lojas. Tudo muito limpo. Um filme de Elvis Presley (YÁZIGI; CARLOS; CRUZ, 1999).

A figura dos *resorts* ou hotéis de lazer ilustra, em grande medida, o relato exposto. Geralmente construídos fora dos centros urbanos, são voltados para atividades de lazer e entretenimento de seus hóspedes. Como afirma a autora, nesses lugares “o espetáculo contempla a vitória da mercadoria que produz cenários ilusórios, vigiados, controlados sob a aparência da liberdade”.



Figura 19.1: *Resort* em San Diego.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Town_and_Country_fh000023.jpg

Nesse contexto, o espaço produzido ou modificado pela atividade turística perde o seu sentido histórico. Trata-se de um lugar sem identidade, “espaço vazio”, onde o homem que o habita não se reconhece, visto que o lugar é produto das relações humanas que se realizam no espaço vivido.

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço vazio. Ausência. **Não-lugares.** Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações que se realizam no plano vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida (YÁZIGI; CARLOS; CRUZ, 1999).

Não-lugar

O conceito de não-lugar opõe-se à noção de lugar antropológico, fundado na idéia de totalidade proposta por Marcel Mauss. Assim, o lugar é como a segunda natureza do nativo, portanto, um espaço relacional, identitário e histórico.

O antropólogo Marc Auge define o não-lugar como um espaço de passagem em oposição à idéia de uma cultura localizada no tempo e no espaço.

Caracterizado como espaço de circulação e de consumo, o não-lugar descortina um mundo provisório comprometido com o transitório. Desse modo, o não-lugar é incapaz de dar forma a qualquer identidade sociocultural.

Formas de apropriação de lugares turísticos

Yázigi; Carlos e Cruz (1999) acreditam que o turismo feito nos moldes do “não-lugar” reforça a alienação motivada pelo trabalho, uma vez que a lógica estabelecida pela indústria turística não difere da racionalidade imposta ao processo de trabalho na fábrica. Nesse sentido, é possível pensar que, se as condições impostas ao turista fossem impostas ao trabalhador durante as horas de trabalho, seguramente haveria interferência dos sindicatos.

Para superar essa alienação, seria preciso que o lazer ligado ao turismo funcionasse como meio de enriquecimento pessoal, em que as formas sociais de apropriação dos lugares visitados permitissem a criatividade, a descoberta e as relações espontâneas com a cultura e os modos de vida locais.

O turismo como opção de lazer está associado a uma situação de liberdade, na qual o indivíduo desfruta de seu tempo livre para desenvolver atividades ou práticas turísticas. Ao contrário, nos lugares simulados, criados pela indústria turística, produzem-se comportamentos predeterminados e modos de apropriação dos lugares, destacando a ausência de ações espontâneas e de um laço entre o indivíduo-turista e o lugar visitado.

O turismo cria uma idéia de reconhecimento do lugar, mas não o seu conhecimento; reconhecem-se imagens antes veiculadas, mas não se estabelece uma relação com o lugar, não se descobre seu significado, pois os passos são guiados por rotas, ruas pré-estabelecidas por roteiros de compras, gastronômicos, históricos, virando um ponto de passagem (os passos dos turistas são sempre apressados, aí não se fica, só se deixa passar) (YÁZIGI; CARLOS, CRUZ, 1999).

A autora deixa claro que o não-lugar caracteriza-se por sua homogeneidade e por sua transitoriedade. Ele existe apenas para “ser visto, fotografado e depois esquecido”. A tendência é que, ao término da viagem, o turista não tenha conhecido nada, mas apenas registrado impressões passageiras, que possivelmente se perderão da memória. Um dos motivos desse registro pas-

sageiro feito pelo turista é o fato de que numa viagem turística o tempo geralmente é exíguo e dedicado ao consumo de bens e serviços.

Os *city tours* são um exemplo bastante característico da experiência descrita, pois mostram a cidade ao turista com pouco tempo disponível para conhecer o lugar visitado, realizando passeios que proporcionam uma noção geográfica da cidade.



Figura 19.2: O Routemaster, ônibus londrino de dois andares.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/779508>

No roteiro turístico programado, como apresentado a seguir, o visitante conhece o lugar em aproximadamente cinco horas. Todos os instantes são previstos e planejados, segundo a equação tempo/lugares, o que impõe uma forma de apropriação dos espaços. Logo, os contatos espontâneos com a localidade visitada são excluídos dos roteiros de viagem em nome da mobilidade e do “poder olhar” tudo.

Tabela 19.1: Roteiros de viagem

		Bus 1	Bus 2	Bus 3
Início	Shopping Iguatemi	-----	-----	09:40h
	Rio Vermelho	08:30h	09:30h	10:30h
↓	Farol da Barra Parada de 10 minutos	09:00h	10:00h	11:00h
	Praça Municipal	09:40h	10:40h	11:40h
	Mercado Modelo	09:55h	10:55h	11:55h*
↓	Igreja do Bonfim Parada de 10 minutos	10:25h	11:25h	13:25h
	Ribeira Parada de 10 minutos	10:45h	11:45h	13:45h
	Mercado Modelo	11:15h	12:15h	14:15h
↓	Dique do Tororó	11:30h	12:30h	14:30h
	Shopping Iguatemi	11:45h	12:45h	14:45h
	Jardim de Alah	12:00h	13:00h	15:00h
↓	Rio Vermelho	12:30h	13:30h	15:30h
	Farol da Barra	-----	-----	16:00h
Final				

* Parada de 1 hora somente neste horário – 11:55h.

Além disso, esses lugares fragmentados pela indústria turística reforçam a hierarquia social e espacial, já que se excluem do roteiro aqueles aspectos indesejáveis da paisagem e se realçam os elementos desejáveis aos olhos do turista. De fato, as imagens explicitadas nesses roteiros turísticos são aquelas que se impõem como dominantes em cada cidade, geralmente onde opera um projeto de modernização urbana definido. Dessa forma, a cidade é organizada ao modo do roteiro de viagem programado, concretizando, assim, um modo de reconhecê-la e interpretá-la.

Até que ponto a experiência nos lugares turísticos está dissociada do espaço da vida? Será que o lugar turístico pode se constituir em um espaço de descobertas e interações sociais entre o turista e o habitante da localidade?

Para responder a essas questões, destacamos o estudo de Beatriz Labate (2000), que realiza uma discussão sobre o significado da viagem, cuja compreensão não se reduz ao fenômeno turístico. A autora inclusive alerta que, apesar de constituir um conceito das bases do conhecimento antropológico, as viagens não têm sido estudadas suficientemente pelas Ciências Sociais.

Entre os autores que se dedicam ao estudo da prática do turismo, há um consenso sobre a mudança de *status* da atividade que, em fins do século XIX, teria deixado de ser uma experiência individual, passando a ser uma experiência coletiva, com grupos guiados, nos quais se criavam exibições afastadas da população local. Desse modo, a viagem hoje assume um significado que difere daquele que assumiu no mundo moderno, isto é, sinônimo de prazer e de realização pessoal.

Diferentemente de outras épocas, a viagem do turista atual está associada ao consumo, portanto, desvinculada de qualquer pretensão que não tenha o lazer como referencial principal. Além disso, o mundo globalizado é baseado na mediatização das imagens de todo e qualquer evento e lugar. Isso faz com que o olhar daquele que viaja se modifique, passando a perceber esse mundo como mercadoria consumível.

Sobre o significado da prática da viagem, Beatriz Labate (2000) esclarece que, até meados do século XIX, existiam formas organizadas de viagem. Entretanto, viajar, especialmente por motivo de lazer, era acessível apenas a uma elite reduzida. Logo, a prática da viagem consistia em uma marca de *status*.

A partir da banalização das ferrovias e do transporte de passageiros, em meados do século XIX, as viagens foram se tornando mais comuns aos indivíduos de menor renda e, aos poucos, transformaram-se em “uma atividade altamente racionalizada e ordenada”, dando origem ao turista como o

concebemos hoje: um consumidor homogêneo, de conduta passiva, que se contenta com a padronização da viagem, desde que ela seja monetariamente acessível.

Será que ainda é possível verificar o moderno significado da viagem, isto é, aquele vinculado ao aprendizado e ao enriquecimento pessoal e cultural?

O surgimento do viajante-turista, tal como proposto por Labate (2000), remete a um renascimento da viagem como aprendizado existencial. Implica uma jornada em que esse viajante se desloca por terras desconhecidas e povos estranhos, enriquecendo sua própria bagagem sociocultural. No discurso dos entrevistados pela autora, em suas pesquisas de campo realizadas no litoral da Bahia, transparece o desejo de conhecer a si mesmo e ao outro, o que evidencia o caráter existencial e de aprendizado da viagem. Apesar de o estudo evidenciar a existência de um diálogo entre as práticas do viajante-turista e as demais práticas turísticas, há um elemento da reflexividade sobre os lugares e ambientes visitados.



Figura 19.3: O viajante ou *mochileiro*.

Mochileiro ■

Também conhecido como *backpacker*, mochileiro é a denominação mais utilizada para descrever os turistas que viajam de forma independente. Trata-se da pessoa que organiza as suas viagens por conta própria, dando ênfase ao conhecimento, à aventura e à diversão. Geralmente, utiliza meios de hospedagem mais econômicos e costuma fazer viagens mais longas, pois tem muito tempo para a sua realização. Quanto ao seu perfil, em geral são jovens que, com pouco dinheiro, querem conhecer os lugares visitados e aprender sobre outras culturas.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mochileiro>.

Ainda de acordo com Labate (2000), enquanto o turista encara a sua viagem como uma oportunidade de tirar férias da vida rotineira, o viajante-turista encara a sua viagem como uma oportunidade de descobertas e de trocas de experiências. Ele busca o contato face a face com o habitante do lugar visitado, o que permite a compreensão das viagens e do turismo como um fenômeno sociocultural. Para diferenciar o turista – aquele que somente tira férias – daquele que é viajante-turista, a autora propõe o esquema apresentado na tabela a seguir.

Tabela 19.2: A diferença entre turista e viajante

TURISTA (aquele que tira férias)	VIAJANTE (aquele que viaja)
Relaxar do trabalho	Aprender sobre outras culturas
Pouco tempo	Muito tempo
Muito dinheiro	Pouco dinheiro
Mais jovem ou mais velho	Jovem
Organizado	Inesperado
Padronizado	Pessoal
Conforto	Aventura
Chato	Divertido



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Realize uma pesquisa na internet e levante alguns roteiros elaborados por agências de turismo e de viagens. A partir da discussão realizada na primeira parte desta aula, analise a relação entre a programação ofertada pelo roteiro escolhido por você e as possibilidades de interação entre turista e lugar visitado.

visitante com o lugar e as possibilidades de descoberta de uma cultura e um modo de vida local. Dessa forma, o grande desafio que se coloca são as barreiras impostas pela indústria turística, cuja atuação determina uma compreensão e um comportamento durante as viagens.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Responda à seguinte questão: É possível o turista transpor as barreiras da aparência e percorrer as particularidades do lugar visitado na sua essência ou autenticidade?

Resposta Comentada

É possível o turista superar a condição de consumidor ou telespectador de conduta passiva a partir de uma nova compreensão das viagens e um novo comportamento durante as mesmas. Para tanto, o turista deve encarar a sua viagem como uma oportunidade de descobertas e troca de experiências, percorrer as particularidades do lugar visitado e buscar interagir com o habitante da localidade. Assim, a viagem que não será apenas uma fuga do cotidiano, mas uma oportunidade de enriquecimento pessoal e cultural, de exercício da liberdade para descobrir modos de vida, os quais possibilitam uma vivência social mais autêntica com o lugar visitado.

Resumo

O turismo contemporâneo promove a reorganização dos lugares e formula práticas territoriais, tendo em vista que comercializam atributos tangíveis e intangíveis como bens, serviços, cultura e paisagem, qualidades que atraem e sustentam a permanência do turista no lugar visitado.

Os espaços transformados em atrativos turísticos apresentam intervenções diretamente destinadas à recepção e ao entretenimento de turistas, localidades que se tornam em espetáculo fabricados para os olhos do visitante. Dessa forma, esses espaços tendem a ser artificiais, pois o cotidiano do turista é marcado pela criação de um cenário ilusório, distante da realidade local e do espaço vivido pelo habitante do lugar, com atividades predefinidas e controladas. Na realidade, por serem criados para seduzir e fascinar o turista-consumidor, esses espaços são desvinculados de qualquer identidade ou vivência social autêntica. Logo, trata-se de lugares sem identidade, onde os homens que o habitam não se reconhecem, já que são produto das relações humanas que se realizam no espaço da vida. Assim, enquanto o lugar suscita aqueles que pertencem ou que vivenciam o sentimento de identidade, por se enxergarem nos elementos da paisagem e das construções, o não-lugar significa a negação do lugar e a criação de outro espaço sem identidade, isto é, um espaço produto de outras relações.

Nos espaços simulados, criados pela indústria turística, também se produzem comportamentos predeterminados e modos de apropriação dos lugares, destacando a ausência de um laço entre o indivíduo-turista e o lugar visitado. Para superar esta alienação do turista-consumidor de conduta passiva, seria preciso que o lazer ligado ao turismo funcionasse como meio de enriquecimento pessoal, em que as formas sociais de apropriação dos lugares visitados permitissem a criatividade, a descoberta e as relações espontâneas com a cultura e os modos de vida locais. Nesse sentido, o surgimento do “viajante-turista” remete a um renascimento da viagem como aprendizado existencial a qual implica uma jornada em que esse viajante se desloca por terras desconhecidas e povos estranhos, enriquecendo sua própria bagagem sociocultural.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos discutir a importância do consumo visual para o turismo, evidenciando a construção do “olhar do turista”; prévia à realização da visita, presente em práticas de propaganda, revistas, jornais e cartões-postais que despertam o interesse por lugares, principalmente quando são legitimados como patrimônio histórico, artístico e cultural.

Turismo e Sociedade

Referências

Aula 11

BRANDÃO, Renato. *Diferenças no acesso a educação e cultura revelam perfil da desigualdade social*. Agência Brasil. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/06/22/materia.2007-06-22.0934802600/view>>. Acesso em: 16 set. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. *Sociologia geral*. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas. 1999.

PAZZININ, Marcos. *Classe c compra mais e consumo cresce no nordeste*. Entrevistador: Paulo Henrique Amorim. Conversa afiada. Disponível em: <<http://www.paulohenriqueamorim.com.br/materias144.asp>>. Acesso em: 16 set. 2008.

VIANA, Edílson. *A relação entre a estrutura social e a estratificação*. Vestibular 2008. Aula 16. Disponível em: <<http://www.portalimpacto.com.br/docs/EdilsonVestAula16.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

Aula 12

CAMARGO, L. O. de L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. 2. ed. São Paulo: SESC, Perspectiva, 1999.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das Viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, L. G. G. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

Aula 13

BACAL, S. *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Aleph. 2003.

CAMARGO, L. O. de L. *O que é lazer*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

MARCELINO, N. C. *Lazer e Humanização*. Campinas: Papirus. 1983.

REQUIXA, R. *O lazer no Brasil*. São Paulo - SP, Brasiliense, 1977.

ROLIN, L. C. *Educação e lazer: a aprendizagem permanente*. São Paulo: Ática, 1989.

Aula 14

ABRASTUR. *Objetivos do turismo social*. Disponível em: <<http://abrastur.com.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

CAMARGO, L. O. de L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

TURINEWS. Disponível em: <<http://turinews.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em 4 de nov. 2008

Aula 15

BACAL, S. *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Aleph. 2003.

CAMARGO, Luis Otávio de Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo*: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MARCELINO, N. C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 1983.

REQUIXA, R. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROLIN, L. C. *Educação e lazer: a aprendizagem permanente*. São Paulo: Ática, 1989.

Aula 16

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (Re)Produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *A cidade*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

PINHEIRO, Manoel Carlos; FIALHO JUNIOR, Renato da Cunha. Pereira Passos: vida e obra. *Os urbanistas*, ano 3, v. 3, n. 4, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/osurbanistas4/PinheiroFialho2006.html>>. Acesso em: 21 jan. 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

Aula 17

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (Re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EdUSP, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

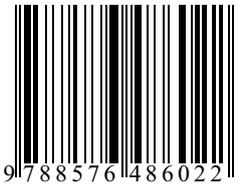
Aula 18

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994. (Travessia do Século).

SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa; Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ISBN 978-85-7648-602-2



9 788576 148602



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério
da Educação



BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL